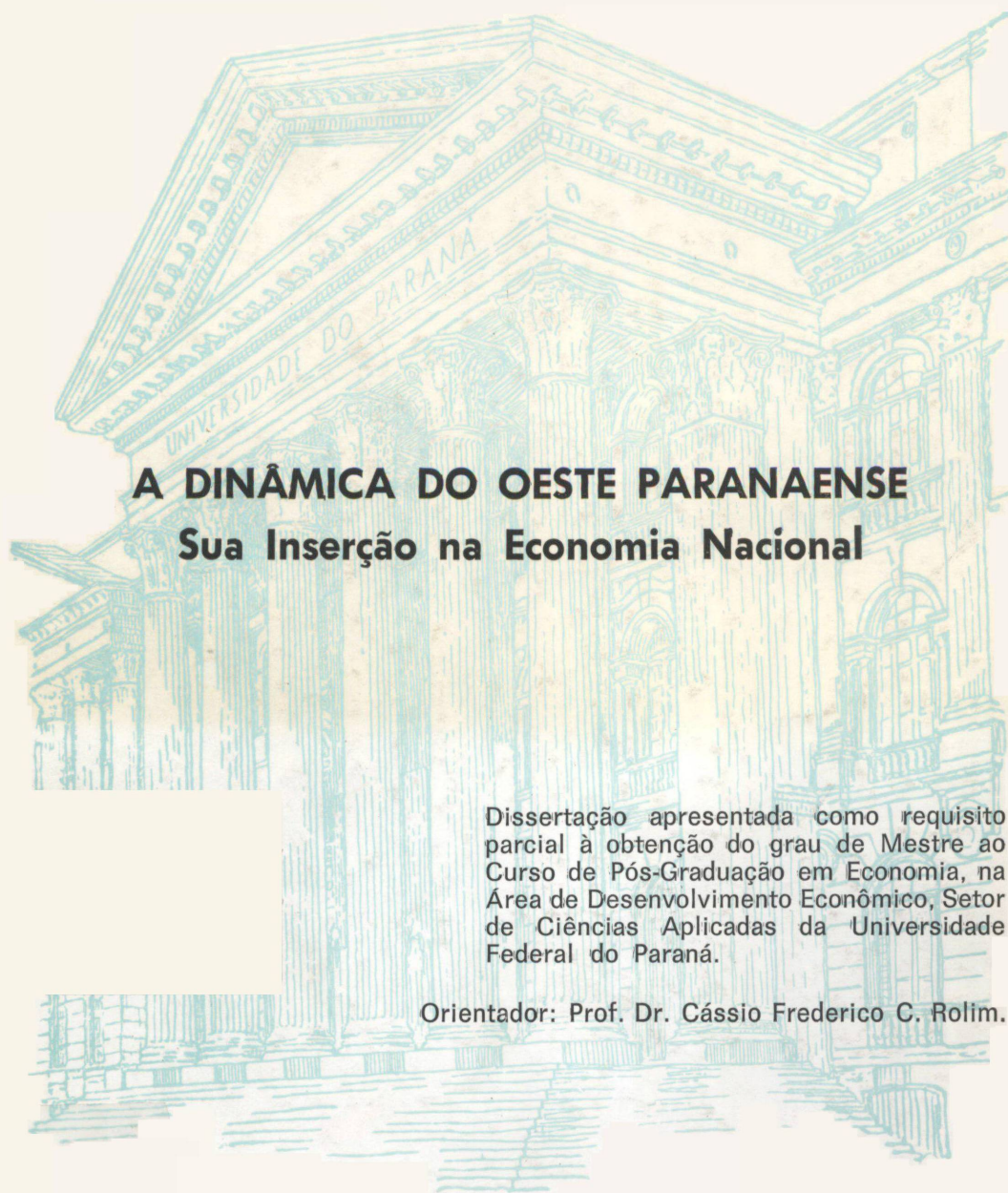


MOACIR PIFFER



A DINÂMICA DO OESTE PARANAENSE

Sua Inserção na Economia Nacional

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre ao Curso de Pós-Graduação em Economia, na Área de Desenvolvimento Econômico, Setor de Ciências Aplicadas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Cássio Frederico C. Rolim.

CURITIBA

1997

MOACIR PIFFER

A DINÂMICA DO OESTE PARANAENSE

Sua Inserção na Economia Nacional

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre ao Curso de Pós-Graduação em Economia, na Área de Desenvolvimento Econômico, Setor de Ciências Aplicadas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Cássio Frederico C. Rolim.

CURITIBA
1997

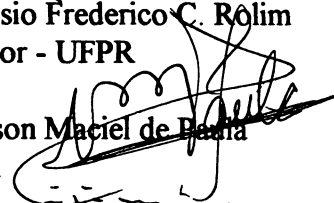
MOACIR PIFFER

A DINÂMICA DO OESTE PARANAENSE. SUA INSERÇÃO NA
ECONOMIA NACIONAL

Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre no Curso de Mestrado em Desenvolvimento Econômico da Universidade Federal do Paraná pela Comissão formada pelos professores:



Prof.Dr. Cássio Frederico C. Rölum
Orientador - UFPR



Prof.Dr. Nilson Maciel de Paula
UFPR



Prof.Dr. Antonio Evaldo Comune
USP

DEDICO

**Aos meus pais, Setembrino e Fiorinda, por
me ensinarem a fé e o caminho.**

**Aos meus irmãos, Gilberto, Neide, Janete e
Marli, por me afirmarem no caminho**

**À minha esposa e companheira, Marina por
me mostrar que não caminho sozinho**

AGRADECIMENTOS

Durante a elaboração deste estudo tive a ajuda preciosa de várias pessoas envolvidas as quais devo externar o meu sincero agradecimento:

Ao Prof. Dr. Cássio Frederico Camargo Rolim, meu orientador, com o qual tenho uma dívida de gratidão, pois não deixou que me sentisse desestimulado, socorrendo-me em muitas dificuldades. Sempre dedicou atenção nas leituras de revisão das versões, fazendo críticas bastante pertinentes, contribuindo com suas observações e sugestões primorosas.

Ao PICDT/CAPES-UNIOESTE, pelo apoio institucional e financeiro que possibilitaram amparo e tranquilidade nos gastos orçamentários para a realização desta tarefa.

Aos professores do Curso de Mestrado em Desenvolvimento Econômico da UFPr que foram uma combinação de idéias durante a realização do curso.

Aos professores do Departamento de Economia da UNIOESTE Campus de Toledo pelo incentivo e ajuda nos momentos em que precisei.

A todos os colegas funcionários da Biblioteca da UNIOESTE Toledo, particularmente a Dirlene e a Cleonice que se empenharam na busca de literaturas bibliográficas nos instantes que precisei.

Aos colegas do setor de informática da UNIOESTE Toledo, Élio, Fabiana e Josemar que me ajudaram em muito na preparação e montagem dos arquivos para impressão deste estudo.

Ao professor e amigo Miguel Uribe Opazo pela sua espontaneidade e colaboração quanto aos dados estatísticos.

Ao professor Dr. Ramón Garcia Fernandez pelas sugestões valiosas.

Aos órgãos Públicos e Privados e as Instituições que contribuíram nas informações e fornecimentos dos dados estatísticos, possibilitando a elaboração e a análises da região, Estado e País.

À professora Izabel pela contribuição imprescindível na revisão.

Ao Airton, pelas suas valiosas contribuições nas inúmeras vezes em que precisei para a construção das tabelas, ajuste do texto e ordem dos arquivos.

Ao Vilmar Reinaldo Pedralli, pelas tantas vezes nos acertos, ajustes e impressões dos textos deste trabalho.

À minha esposa, Marina por entender o sacrifício e apoiar nas horas mais difíceis, entendendo e estimulando, mesmo naqueles momentos ambíguos quando este trabalho não parecia ter fim.

A Deus, por ter colocado todas essas pessoas em meu caminho.

RESUMO

O presente estudo teve por objetivo analisar o crescimento do Oeste Paranaense e sua inserção na dinâmica nacional a partir dos anos 70, adotando uma perspectiva eminentemente nacional para entender a dinâmica de crescimento regional. Para tanto, questionou-se como o Oeste cresceu, quais foram os determinantes nacionais responsáveis pelo crescimento da região e, quais foram os fatores que inseriram a região na dinâmica nacional. Nesse sentido, utilizou-se a abordagem teórica da Base de Exportação explicitada por Douglas North, na qual o crescimento de uma economia depende das atividades básicas, que vendem seus produtos além de suas fronteiras, que, por suas vendas possibilitam a compra de bens e serviços não produzidos localmente e induz o crescimento das atividades não-básicas (ou residenciais). Complementando essa linha de estudo, empregou-se a metodologia de Schickler para estimar a dimensão e o multiplicador desta base de exportação, assim como estimar o emprego básico e não-básico do Oeste Paranaense. Os resultados obtidos indicam que o Oeste Paranaense cresceu e inseriu-se na dinâmica nacional através de sua base de exportação, soja e trigo, decorrentes da dinâmica nacional, determinado pelos fatores exógenos (conjuntura mundial favorável, principalmente pelas políticas de desenvolvimento nacional, particularmente a política agrícola e outros), e pelos fatores endógenos da região que responderam favoravelmente aos estímulos externos (terra fértil, relevo quase plano que propicia a mecanização integral de culturas modernas e evita desgaste do solo, clima subtropical favorável, fácil acesso aos grandes centros do País pela construções de rodovias e estradas e outros). Enfim, o Oeste cresceu em função da dinâmica nacional através de sua base de exportação, soja e trigo, que impulsionou o crescimento de outros setores bem como de outros ramos de atividades na região.

ABSTRACT

The objective of this study was the analyses of the growth of the West of Paraná and its insertion in the national dynamics beginning in the 70s, taking in an eminently national perspective to understand the dynamics of the regional growth. For that, the questioning was based on how the West developed and which national determinants were responsible for the regional growth and which factors were responsible for inserting the regional into the national dynamics. For this end, the Exportations Basis Theory explained by Douglas North was used. According to this theory, the development of an economy depends on the basic activities which sell their products abroad and because of these sales enables the purchase of goods and services not produced locally and thus leading to the development of non-basic (or residential) activities. Complementing this line of study, the Schickler methodology was used to determine the dimension and the multiplier of this basis of exportation, as well as the basic and non-basic employment in the West of Paraná. The results have shown that the West of Paraná developed and was inserted in the national dynamics through its basis of exportation, soybean and wheat, arising out of the national dynamics, determined by exogenous factors (favorable worldwide conjunctures, mainly by the national development politics, particularly the agricultural politics and others), and by endogenous factors which responded favorably to external stimuli(fertile, plain lands which enable entire mechanization of modern cultures and avoid soil wearing out, favorable subtropical climate, easy access to large centers by the construction of roads and others). In short, the West developed in terms of national dynamics through its basis of exportation, soybean and wheat, which stimulated the growth of other sectors as well as other activity lines in the region.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	x
RESUMO	vi
ABSTRACT	vii
 I - INTRODUÇÃO	 01
 II - COLOCAÇÃO DO PROBLEMA	 03
2.1. Aspectos Iniciais.....	03
2.2. O Oeste Paranaense	08
2.3. Objetivo do Trabalho.....	13
 III - ANÁLISE ESPACIAL E ESPACIALIDADES CONCRETAS.....	 17
3.1. Análise Espacial e a Teoria da Base de Exportação	17
3.2. A Espacialidade da Economia Brasileira	27
3.3. A Formação Espacial do Paraná	31
 IV - A REGIÃO E A SUA BASE DE EXPORTAÇÃO	 39
4.1. Descrição das características da região Oeste e suas Vinculações com o Nacional.....	39
4.2. A Região e sua base de exportação	48
4.3. Crescimento Regional em Função dos Produtos de Exportação	59
4.4. Estimativa do multiplicador da Base de Exportação do Oeste Paranaense .	64

V - A ESTRUTURA DA BASE DE EXPORTAÇÕES DA REGIÃO	
OESTE E SUA INSERÇÃO NO ÂMBITO NACIONAL	72
5.1. O marco histórico da Economia do Oeste Paranaense	72
5.2. O primeiro estágio da economia extrativa e subsistência (1950-1960)	74
5.3. A formação de uma Base Agrícola de exportação(1960-1970).....	80
5.4. A evolução dessa base (1970-1980).....	87
 VI - A DINÂMICA DO CRESCIMENTO DO OESTE: PRINCIPAIS	
FATORES DETERMINANTES DA SUA INSERÇÃO	
NA ECONOMIA BRASILEIRA DURANTE OS ANOS 70.....	94
6.1. O crescimento Regional e Modernização	94
6.1.1. A Modernização	94
6.1.2. O Crédito Agrícola.....	107
6.1.3. Infra-Estrutura	123
6.2. Os fatores endógenos e exógenos	133
6.3. O crescimento da região pela Base de Exportação	136
6.4. O crescimento em função da Dinâmica Nacional	139
 VII - CONSIDERAÇÕES FINAIS	153
7.1. Um Quadro de Síntese	153
7.2. O Quadro Atual	160
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	164

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - EXTRATO DE ÁREA E NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DE MRH DO OESTE PARANAENSE 1975/80.....	44
TABELA 2 - TAXA DE CRESCIMENTO DA ÁREA E DA PRODUÇÃO DE SOJA E TRIGO NO OESTE PARANAENSE EM 1970-1990.....	61
TABELA 3 - EVOLUÇÃO DA ÁREA DE PRODUÇÃO DA REGIÃO OESTE-PARANAENSE 1970-1990	62
TABELA 4 - BASE ECONÔMICA DO EXTREMO OESTE PARANAENSE -1970	68
TABELA 5 - BASE ECONÔMICA DO EXTREMO OESTE PARANAENSE - 1980	69
TABELA 6- EXTREMO OESTE PARANAENSE - ÁREA DE LAVOURAS PERMANENTES E TEMPORÁRIAS 1960/1970/1975.....	81
TABELA 7- EXTREMO OESTE PARANAENSE - ÁREA COLHIDA DAS PRINCIPAIS CULTURAS TEMPORÁRIAS - VARIAÇÕES PERCENTUAL 1960-1970.....	82
TABELA 8- DISTRIBUIÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA DO NÚMERO E DA ÁREA AGREGADA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DO EXTREMO OESTE PARANAENSE CONFORME EXTRATO DE ÁREA 1960/1970	83
TABELA 9 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA PRODUÇÃO DO ALGODÃO, MILHO, SOJA E TRIGO DA MICRORREGIÃO	

HOMOGÊNEA EXTREMO OESTE PARANAENSE NO TOTAL PRODUZIDO PELO ESTADO DO PARANÁ 1960/1980.....	85
TABELA 10 - EVOLUÇÃO DA ÁREA PLANTADA (ha) DO ALGODÃO, MILHO, SOJA E TRIGO NA MRH - EXTREMO OESTE PARANAENSE 1960/1980.....	86
TABELA 11 - PARTICIPAÇÃO DOS PRINCIPAIS REGIÕES DE SOJA E TRIGO NA ÁREA E PRODUÇÃO TOTAL DESTAS CULTURAS NO ESTADO.....	88
TABELA 12 - RENDA INTERNA DO AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DAS REGIÕES OESTE PARANAENSE 1970/1980.....	99
TABELA 13 - PARTICIPAÇÃO DOS SETORES ECONÔMICOS REGIONAIS NO ANO DE 1970/1980	91
TABELA 14 - QUOCIENTES DE LOCALIZAÇÕES DA REGIÃO OESTE NOS SETORES ECONÔMICOS 1970/1980	92
TABELA 15 - DISTRIBUIÇÃO DE TRATORES EM NÚMEROS ABSOLUTOS E RELATIVOS, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES DO PARANÁ - 1970/1975/1980	98
TABELA 16 - EVOLUÇÃO DA ÁREA COLHIDA E VARIAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA DAS PRINCIPAIS LAVOURAS TEMPORÁRIAS NO EXTREMO OESTE PARANAENSE 1970/1975/1980	102
TABELA 17 - DISTRIBUIÇÃO ABSOLUTA E VARIAÇÃO RELATIVA DA ÁREA SEGUNDO UTILIZAÇÃO DAS TERRAS NO EXTREMO OESTE PARANAENSE 1970/1975/1980	104
TABELA 18 - DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO E DA ÁREA, VARIAÇÃO RELATIVA DA ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, DO EXTREMO OESTE PARANAENSE, SITUADO NOS ESTRATOS INFERIORES E SUPERIORES A 50ha - 1970/1975/1980	105

TABELA 19 - EVOLUÇÃO DO CRÉDITO RURAL CONCEDIDO NO PARANÁ (VALORES CONSTANTES DE 1979	110
TABELA 20 - CRÉDITO DE CUSTEIO CONCEDIDO AO PARANÁ - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS ITENS NO TOTAL 1970/1979	111
TABELA 21 - PARTICIPAÇÃO DAS CULTURAS E TOTAL DOS FINANCIAMENTOS CEDIDOS AO PARANÁ PARA AQUISIÇÃO DE INSUMOS 1979	112
TABELA 22 - EVOLUÇÃO DO CRÉDITO RURAL CONCEDIDO AO PARANÁ, ESTIMA A COMERCIALIZAÇÃO (VALORES CONSTANTES DE 1979) - 1974/1979	114
TABELA 23 - EVOLUÇÃO DO CRÉDITO RURAL DESTINADO A INVESTIMENTO NO PARANÁ - 1970/1979	115
TABELA 24 - VALOR REAL DO CRÉDITO DESTINADO À ATIVIDADE AGRÍCOLA DO BRASIL E DO PARANÁ. TAXA REAIS DE JUROS E VALOR DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA - 1974/1975	117
TABELA 25 - PARANÁ FINANCIAMENTO CONCEDIDO PELO BANCO DO BRASIL S/A A PRODUTORES E COOPERATIVAS PARA CUSTEIO E COMERCIALIZAÇÃO - 1972/74	119
TABELA 26 - PARTICIPAÇÃO DAS GRANDES REGIÕES BRASILEIRAS NO PIB 1970/1985	126
TABELA 27 - TAXA DE CRESCIMENTO DA RENDA INTERNA DA MICRORREGIÃO DO EXTREMO OESTE PARANAENSE POR SETORES ECONÔMICOS 1970/1980	127
TABELA 28 - TAXA DE CRESCIMENTO E RENDA INTERNA DO PARANÁ POR SETORES 1970/1980	127
TABELA 29 - TAXA DE CRESCIMENTO DA RENDA INTERNA DO BRASIL POR SETORES 1970/1980	127
TABELA 30 - PARTICIPAÇÃO TOTAL DA RENDA INTERNA DA REGIÃO OESTE E DO PARANÁ NA DO BRASIL SEGUNDO OS SETORES ECONÔMICOS 1970/1975/1980	128

TABELA 31 - PARTICIPAÇÃO DA RENDA INTERNA DA REGIÃO OESTE DO PARANÁ NA RENDA INTERNA DO BRASIL, SEGUNDO O SETOR AGRÍCOLA 1970/1975/1980	129
TABELA 32 - POPULAÇÃO DO EXTREMO OESTE PARANAENSE 1970/1980/1991.....	142
TABELA 33 - TAXA DE CRESCIMENTO RELATIVO E CRESCIMENTO ABSOLUTO DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS DO EXTREMO OESTE PARANAENSE 1970/1975/1980	143
TABELA 34 - EVOLUÇÃO DO VOLUME DE PRODUÇÃO COMERCIALIZADO PELAS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS SINGULARES E PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DA COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS, NO PERÍODO DE IMPLANTAÇÃO DO PROJETO IGUAÇU POR PRODUTO, SEGUNDO A REGIÃO EXTREMO OESTE 1971/1974.....	147

I. INTRODUÇÃO

O Sistema Capitalista, em virtude do próprio modo de expansão do capital, apresenta uma tendência de aglutinação de economias regionais menos desenvolvidas, a qual tem conduzido à formação de uma estrutura produtiva regional que se insere à dinâmica nacional.

O desenvolvimento capitalista no Brasil proporcionou a integração da economia nacional no final dos anos 70, mediante a incorporação das diferentes regiões e setores à dinâmica da economia brasileira.

Desta forma, ao estudar uma determinada região deve-se analisar os elementos propulsores de seu crescimento e sua inserção à dinâmica e organização da economia nacional, isto é, deve-se examiná-la como parte de um todo.

Neste sentido, o propósito deste trabalho é analisar a dinâmica do crescimento do Oeste do Paraná e sua inserção à dinâmica nacional dos anos 70. Com esse objetivo, buscou-se entender por que e como o Oeste cresceu e quais foram os mecanismos para o seu crescimento e integração à economia nacional.

Utiliza-se, para a compreensão e interpretação do crescimento regional, a contribuição teórica de Douglas North quando analisa o crescimento de regiões que tiveram seu desenvolvimento a partir de uma base de exportação. Utilizou-se também a contribuição de José L. Coraggio, o qual enfatiza em seus argumentos que a divisão social do trabalho apoia-se nas condicionantes naturais do território e da população que mora nesse território, entendendo que uma região é fundamentalmente o “Locus” resultante de um determinado fenômeno social.

Outras contribuições são ao nível de entendimento da espacialidade da economia brasileira e regional do estado do Paraná, mais especificamente as suas regiões.

Este trabalho divide-se em sete capítulos. No primeiro e no segundo, trata-se da introdução expondo o problema da pesquisa, a importância do estudo, os objetivos e hipóteses. Em seguida, expõe-se a análise espacial e espacialidades concretas que trata das Teorias de Desenvolvimento Regional, da espacialidade da economia nacional, do Estado do Paraná e da região Oeste. No quarto capítulo, trata-se de expor a região e sua base de exportação, suas características, sua vinculação com o nacional, seu crescimento em função dos produtos de exportação e a estimativa do multiplicador desta base do Oeste Paranaense. Posteriormente, o quinto capítulo terá como estudo a estrutura da base de exportações e sua inserção no âmbito nacional, na qual será apresentado o crescimento da base regional pelos estágios nos períodos determinados. No sexto capítulo, trata-se de apresentar a dinâmica do crescimento do Oeste, seus principais fatores determinantes e sua inserção na economia brasileira durante os anos 70. Por último, apresentam-se as considerações finais que abordarão um quadro de síntese do estudo e apresentará um quadro atual da economia do Oeste Paranaense.

II. COLOCAÇÃO DO PROBLEMA

2.1. Aspectos Iniciais

A formação do capitalismo, desde os séculos XVII e XVIII, até o século atual, tem-se caracterizado por uma constante e permanente redistribuição espacial das atividades econômicas, repercutindo diretamente nos movimentos migratórios de capitais e pessoas, e inserindo novos territórios ao processo dinâmico da produção capitalista.

O processo de desenvolvimento brasileiro foi significativamente impulsionado pela industrialização em dois momentos importantes neste século: a década de trinta como verdadeiro marco inicial e a de cinquenta como fase de entrada de capitais externos. Esse processo possibilitou a criação de um núcleo central e dinâmico na economia centrado, inicialmente, no eixo Rio-São Paulo, formado por grandes indústrias estrangeiras, estatais e parcerias com as nacionais. Esse núcleo caracterizou-se pela produtividade com ganhos de escala e pela avançada tecnologia que na década de sessenta ampliou sua espacialidade, integrando novas regiões, vinculando-as na dinâmica do capital nacional.

As transformações que ocorreram no Paraná no setor industrial e agrário foram decorrentes desse processo. De uma economia agrícola tradicional passou, a partir dos anos setenta, por uma transformação industrial e uma acelerada industrialização do campo: esta última, particularmente na Região Oeste do Paraná, foi impulsionada por tecnologias avançadas de máquinas, equipamentos, sementes tratadas, crédito abundante, etc., para a produção de soja e trigo.

O sucesso do crescimento desta Região está ligado à sua base de exportação, principalmente soja e trigo. Na análise regional, a base de exportação é um dos elementos

fundamentais para explicar o desenvolvimento de uma região. Constituem a base de exportação aquelas atividades, denominadas básicas, que produzem bens e serviços vendidos fora da região, “exportados” seja para outros países ou para outras regiões. As atividades não básicas são produzidas para consumo e investimento interno à região e decorrem do crescimento das atividades básicas.

O crescimento de uma região, nessa perspectiva, decorre do aumento da demanda por produtos que ela oferece ao resto do mundo. Crescendo a base, cresce toda a região. Assim, as regiões novas crescem quando cresce a demanda das demais regiões sobre seus produtos. Com isso a integração de uma região só pode ser compreendida quando integrada com a sua inserção no sistema nacional.

Assim, compreender uma região significa compreender a dinâmica espacial do país e como essa dinâmica vem afetá-la. Dentro dessa visão será conduzido este estudo.

A economia do Oeste Paranaense dos anos 50 estava estruturada na extração da madeira, erva mate, e numa agricultura tradicional (feijão, arroz, milho, etc). A tecnologia empregada era rudimentar e sua produção era oferecida ao mercado nacional marcando o princípio da sua inserção na economia nacional.

A década de 60 marcou o início da formação de uma base agrícola na Região Oeste quando surgiu um novo ciclo produtivo baseado no soja e trigo, decorrente do início da implantação de uma tecnologia moderna no campo.

Entretanto, a década de setenta que teve como característica a evolução dessa base, marcou a profunda transformação das atividades agropecuárias, agroindústrias, comercialização, etc. nesta região, decorrente da crescente utilização da inovação tecnológica na produção agropecuária, de máquinas, equipamentos, bem como, de insumos industriais, crédito rural, seguro agrícola, etc..

Essa prática provocou verdadeira modificação na base técnica¹ da economia agrícola do Oeste do Paraná e implicou em novas formas de estruturação da produção e comercialização, ou seja, refletiu na pauta dos produtos de exportação, agroindústria, comércio, emprego, etc.. Esse caráter modernizante, dinâmico e diversificado moldou e inseriu a dinâmica da economia do Oeste na dinâmica da economia nacional. A

¹ Base técnica, substituição de instrumentos manuais simples e de animal, por mecânicos e/ou motores modernos, que consiste em fazer várias operações em menor tempo com maior volume de produção.

compreensão desse processo possibilita tornar claro o conjunto das transformações e dos fatores que caracterizaram o crescimento do Oeste do Paraná.

Vários argumentos podem ser enumerados para justificar a realização deste estudo. Uma das principais motivações é escassez de trabalhos relacionados à dinâmica do Oeste do Paraná e sua inserção na dinâmica nacional, embora existam alguns estudos a nível de inventário da produção, emprego, estrutura fundiária, etc.. Segundo, por tratar-se da última região do Estado do Paraná a ser colonizada e ocupada recentemente, mantendo uma estrutura fundiária na qual pequenos e médios proprietários rurais, ainda tem algum significado. Terceiro, devido a esta região apresentar grande influência dos complexos de agroindústrias cuja cadeia produtiva é caracterizada pela integração dos pequenos produtores rurais na produção de soja, trigo e milho para ração e farelo e, suínos e aves para carne e ovos. E por último, por ser uma região que apresentou a mais rápida modernização agrícola na década de setenta.

Para mostrar como se deu a inserção da Região Oeste do Paraná na economia nacional nos anos setenta é necessário entender a dinâmica do capital no espaço nesse período. A explicação do crescimento dessa Região há que ser vista a partir da explicação do que ocorreu na agricultura, na indústria e nos serviços, dentro das diversas regiões que compõem o Brasil e o Paraná, o que só será possível se for satisfatoriamente entendida a dinâmica do capital no espaço nacional como processo metodológico básico para tratar a Região e suas relações de troca enquanto entidade interligada como parte de um todo.

Deve-se ressaltar que neste estudo procurar-se-á evitar o equívoco de considerar a Região como entidade autônoma, isolada e desvinculada do contexto nacional. A preocupação é estabelecer um estudo das relações entre os movimentos de capitais e pessoas, bem como de mercadorias regionais e sua inserção na economia nacional.

Os movimentos de capitais e de pessoas, que ocorreram a nível nacional, nos anos 70 refletiram no crescimento das regiões novas inserindo-as ao mercado dinâmico nacional. Esses movimentos migratórios constituíram os aspectos relevantes para a ocupação territorial na medida em que refletiam a atração exercida por setores dinâmicos das regiões mais desenvolvidas (São Paulo e Rio de Janeiro) e também o papel desempenhado pela expulsão de pessoas de certas regiões, principalmente das áreas rurais,

provocada pela desorganização da produção que se encontra em algumas partes do território nacional.

Na década de 70 o desenvolvimento da economia brasileira caracterizou-se pela busca do financiamento externo devido às pressões de oferta e à grande liquidez do mercado financeiro internacional que tinha como vantagens não só os juros baixos, mas também os prazos mais longos. E, ainda, o capital privado teve auxílio da ação do Estado através da criação de órgãos voltados à questão regional, com concessão de incentivos fiscais e financeiros, e a instalação de empresas estatais para intervir na produção e comercialização. Nessa década ocorreu a sequência do milagre econômico, a sua derrocada e o prenúncio da atual crise.

O “Milagre Econômico Brasileiro” foi um crescimento econômico acelerado do País em grande parte baseado na expansão e desempenho do setor industrial no período 67/73. Esse crescimento foi decorrente de uma elevação de investimentos externos, dentro de uma conjuntura favorável a nível do sistema capitalista mundial e da ação conjunta do Estado através de políticas de desenvolvimento nacional.

Tanto a indústria quanto a agricultura em regiões de renda mais alta (São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, etc.) foram as que mais se beneficiaram com o “boom econômico”.

Nesse período, a agropecuária demonstrou notável transformação, com o avanço do Centro-Oeste e Norte, impulsionado pelo movimento da expansão agrícola.

Segundo a visão de Serra (1982, 35-44) “A partir de 1973, no entanto, passou a verificar-se uma progressiva desaceleração deste crescimento renunciando a crise dos anos 80”.

Essa crise manifestou-se através da Crise Internacional do Petróleo, a recessão nos países industrializados, a deterioração dos termos de intercâmbio e a elevação das taxas de juros no mercado internacional, agravando a situação financeira, econômica e social do país com alto processo inflacionário e desequilíbrios no balanço de pagamentos.

Por outro lado, o crescimento agrícola brasileiro, no final dos anos 60 e início dos anos 70, esteve associado ao desempenho positivo das exportações do café e de produtos primários não tradicionais (soja, trigo, etc.) plantados exclusivamente nos estados do Sul do país. Na indústria, os segmentos que cresceram em ritmo mais rápido foram os equipamentos elétricos e os produtos químicos, fortemente concentrados em São Paulo.

A agricultura, nesse período (68-73), teve como papel fundamental a abertura de mercado para os meios de produção oriundos da indústria; a obtenção de divisas externas para viabilizar o processo de “substituição de importações”; o fornecimento de matérias primas e mão-de-obra para a indústria em expansão para atender o mercado nacional em processo de intensas aglomerações urbanas.

Dessa forma, os efeitos sobre a industrialização no setor agrícola foram estimulados pelas políticas de preços mínimos, créditos abundantes e subsidiados, além dos preços internacionais, sendo que o “boom” da economia influenciou o uso de máquinas agrícolas, equipamentos e insumos modernos (fertilizantes, adubos, etc) principalmente nos Estados do Sul.

De 1973 em diante, sob o prenúncio da crise, os preços dos produtos agrícolas subiram acima dos aumentos de quantidades produzidas, e foram responsáveis pela elevação no valor das exportações, isto é, os bons preços no mercado internacional e a política adotada pelo governo durante os anos 70, foram os maiores responsáveis pelo crescimento físico e de valor das exportações agrícolas.

Assim, a agricultura, além de contribuir para o crescimento da economia na geração de divisas necessárias para o País e na expansão das atividades industriais, destacou o seu papel também, após o milagre, como mecanismo necessário para combater a inflação e os déficits na balança de pagamentos.

Após esse período, o setor agrícola expandiu-se para outras fronteiras, buscando novas regiões do País. Em termos espaciais

...destaque-se como elementos deste período a perda de participação do Estado de São Paulo no Produto Industrial Brasileiro que de 58%, em 1970 atinge 53,4% em 1980. Os movimentos populacionais no território em direção ao Norte, destacando-se o Estado do Paraná como aquele que mais perdeu população em decorrência da agricultura moderna ali desenvolvida. O Estado do Rio de Janeiro continua sua decadência econômica enquanto o Nordeste (leia-se Bahia) consegue aumentar sua participação no VTI da Indústria de Transformação, ao lado da Região Sul, seguidos pelo Norte, notadamente Zona Franca de Manaus. (Rolim, Carleial e Smith citados por Carleial, 1993: 38)

Embora o domínio de São Paulo, o movimento de capital seguiu por outras regiões e, segundo Carleial (op. cit., 40) “aproveitaram os espaços e formaram um corredor da Região Sul a Bahia, passando por Minas Gerais e excluindo o resto do Nordeste”. Nesta mesma direção Diniz e Lemos citados por Carleial afirmam, referindo-se aos anos 70, que

... do ponto de vista espacial a grande desconcentração ocorreu submetida aos ditames da agricultura em razão da ampliação da fronteira em direção à Região Centro-Oeste com repercussões nas regiões Nordeste e Sudeste pela participação de espaços da Bahia, Piauí, Maranhão e Minas Gerais. Essa possibilidade decorreu de mudanças tecnológicas as quais também permitiram uma maior integração setorial, agricultura-indústria e ainda poderão significar movimentos de desconcentração espacial da indústria.
(Diniz e Lemos citados por Carleial op. cit., 40)

Esses movimentos, ocorridos na economia nacional, se ampliaram para as novas regiões, afetaram e integraram o crescimento das mesmas, isso definiu efetivamente o caso do Oeste. Assim, as transformações ocorridas na economia nacional na década de setenta, apresentaram reflexos significativos nas atividades produtivas da economia regional, o que marcou, praticamente, o fim da agricultura tradicional e o surgimento acelerado da agricultura moderna de produtos especializados como é o caso da soja e trigo, bem como o surgimento de agroindústrias ligadas ao setor.

2.2. O Oeste Paranaense

Muitos autores estudaram a região Oeste do Paraná tratando-a como entidade autônoma, com aspectos particulares, dentro de um enfoque que quase chegou a considerá-la auto-suficiente. Esse enfoque resulta em uma análise limitada.

Usando o argumento de Milton Santos,

...não há pois, como considerar a região como autônoma . (...) Compreender uma região passa pelo entendimento do funcionamento da economia ao nível mundial e seu rebatimento no território de um País, com a intermediação do Estado, das demais instituições e do conjunto de agentes da economia .
(Santos: 1984 : 46)

Desta forma, o processo de crescimento da Região Oeste está fundamentalmente inserido no processo da dinâmica da economia nacional quando organiza sua produção na nova base técnica, buscando maior produtividade e especialização, principalmente naqueles produtos de base de exportação (soja e trigo) e, importação de máquinas e equipamentos modernos para a produção de bens e serviços na região.

Desde o início da ocupação e colonização, o Oeste do Paraná, embora de forma não acentuada, mantinha relações de troca com o território nacional e com o resto do mundo. Essa relação se deu pela extração da madeira e da erva-mate, marcando o princípio da inserção regional com o resto do mundo. Essa concepção também é tratada por MELLOS:

... é fácil perceber a crescente penetração ilegal de argentinos extraindo a erva nas proximidades da margem do rio Paraná, antes mesmo das concessões terem sido dadas às empresas estrangeiras. As concessões, por sua vez, foram o marco inicial daquela integração da região ao mercado sul americano (erva-mate e madeira) e mundial (madeira). A partir de então, a região, subordinou-se diretamente aos interesses do capital externo. Portanto, sua integração com o mercado externo deu-se pela via direta e permaneceu assim por meio século. (Mellos 1988 : 59, 60).

O processo de crescimento da agricultura tradicional surgiu com a decadência da extração do ciclo da madeira e da erva-mate, cujo novo ciclo estava estruturado em produtos agrícolas como feijão, arroz, mandioca, milho, etc.. Nessa época, também destacava-se, além da atividade agrícola, a venda de terras em pequenas propriedades.

Silva faz a seguinte observação:

...considerando primordial para o desenvolvimento para o oeste Paranaense, o período fundiário constitui-se em causa e consequência de outras fases econômica com extinção das atividades ervateiras e na eminência de esgotamento das reservas florestais, a divisão e venda de terras tornou-se o grande negócio das empresas colonizadoras. Ao mesmo tempo, enquanto se formava como empreendimento lucrativo, a colonização de terras férteis atuava como ponto de partida de outros ciclos econômicos, ligados à agropecuária” (Silva 1988 : 139).

A concessão de terras por parte do governo do Estado, quer de forma individual, quer por intermédio de companhias organizadas, ocorreu devido à preocupação de que fossem ocupadas, ilegalmente, principalmente por estrangeiros, extensas áreas do território.

Padis afirma que:

...a existência de elementos que se constituíssem em fatores atrativos de população de outras áreas do País ou do exterior, como fora o caso da região Norte, levou a iniciativa a resultados pouco consideráveis contribuindo para que as áreas imensas cedidas a várias companhias permanecessem despovoadas ainda por mais de duas décadas. (...) “todavia a estagnação em que permaneceu o sudoeste Paranaense chegará ao começo do fim a partir da década de trinta. Já na primeira metade dessa década, o governo do Estado, apoiado na ação do governo federal que anulava vários títulos de concessão de terras feitas até aquela época, e que manifesta o desejo de intensificar a penetração para o Oeste do território nacional, passa a concentrar esforços no sentido de estabelecer uma via de comunicação que pusesse fim ao isolamento, que tantas tentativas de ocupação havia frustado. (Padis 1981 : 150 -151).

Mellos argumenta que:

... a maior parcela das melhores terras para agricultura da região, aqueles solos de melhor qualidade e menor declive, ficaram nas mãos da madeireiras-colonizadoras. O requisito fundamental para que o colono tivesse acesso àquelas terras oferecidas pelas companhias colonizadoras, era a sua

disponibilidade de recursos para adquirir o lote, cujo preço era bem superior ao das demais áreas da região e proximidades. (...) afora este requisito, observa-se também que em cada área colonizada eram assentados elementos da mesma origem e procedência, portanto, com a mesma forma de organização e exploração agrícola. (Mellos op. cit. 108).

As vendas de terras dessa região estavam relacionadas com a crise da economia gaúcha e ao movimento migratório populacional. Na visão de Padis:

a atividade pecuária gaúcha sofreu uma série de concorrências com a do Estado de São Paulo, Mato Grosso e Goiás, devido a seleção de raças, menor distância do mercado consumidor e que condiziam a custos menores e de melhor qualidade. Assim como, a triticultura e a rizicultura gaúcha ocuparam uma parcela pequena de mão-de-obra, por ser uma agricultura bastante mecanizada. Isto levou a uma considerável mão-de-obra da zona rural da década de 50, migrar para as cidades. Também, o setor industrial estava passando por um período crítico, tendo perdido seu dinamismo, apresentando quase uma inelasticidade da demanda de mão-de-obra. Este fato foi decorrente da maior integração do mercado nacional, através de uma rede de transporte e principalmente devido ao rápido desenvolvimento da indústria paulista que ocorreu na década dos anos cinquenta” (Padis op. cit, 155)

Findado o período de esgotamento dos recursos naturais do extrativismo nos anos 50, ligando as experiências, decadência e a expansão da fronteira agrícola e aos movimentos de capital no espaço nacional, iniciou-se, na década de 70, no Estado do Paraná, a acelerada modernização do campo principalmente no que tange à Região Oeste. Fato este que embutiu as novas relações de tecnologia e de produção como é o caso da soja e trigo que servem como base de exportação desta Região.

As transformações ocorridas na agricultura da Região estavam associadas à modernização agrícola nos anos 70 a nível nacional. A modernização agrícola foi um processo de transformação da estrutura agrária decorrente das inovações técnicas introduzidas no processo de produção nacional e que se ampliou para as novas regiões do País e do Estado do Paraná. A origem, no entanto, advém da crescente inserção da

reprodução agrícola ao movimento de reprodução do capital, no qual a agricultura exerce o papel de subordinação aos setores de concentração e centralização do capital, em especial ao setor industrial. A agricultura apresenta-se como um crescente mercado para os meios de produção do setor industrial (máquinas, tratores, equipamentos, fertilizantes defensivos, etc.), e este setor passa a demandar os produtos agropecuários, os quais constituem-se em matérias-primas.

Foi a partir dos anos sessenta que a integração tornou-se mais intensa entre a agricultura e a indústria, com reflexos consideráveis sobre a modernização da agricultura.

De modo geral, os principais elementos responsáveis e que estiveram relacionados com a modernização agrícola no Brasil foram o Sistema Nacional de Crédito Rural, com o objetivo de expandir a produção agrícola, bem como modernizar a agricultura; os estímulos dados pela União e Estados, com a finalidade de difusão das inovações técnicas na agricultura através da assistência técnica principalmente a criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural-EMBRATER, em 1974; a fase de expansão da economia (milagre econômico) no período de 1968/73; a implementação do segundo Plano Nacional de Desenvolvimento-II PND, cujo objetivo foi a ampliação do setor de bens de capital e principalmente de insumos básicos, entre os quais destacam-se os produtos químicos e fertilizantes.

Na década de 70, a agricultura do Oeste passou por profundas transformações, fruto do movimento de modernização ocorrido na agricultura nacional incentivado pelo Estado tendo como base uma política de crédito com juros reais abaixo da taxa de inflação, acompanhada pela comercialização dos principais produtos, soja e trigo, voltados ao atendimento da demanda externa em grande escala, primordialmente a crescente demanda por proteínas vegetais no mercado internacional. Aliado a isso, a expansão das fronteiras agrícolas esteve ligada também ao solo de boa fertilidade que possibilitou o lucro adicional ao capital investido pelos proprietários de terra.

A qualidade natural do solo da região advém do fato de ser terra roxa originária de rocha basáltica, de cuja composição química obtém-se vantagens de custos mínimos em fertilidades e correção. A condição física, dada pelo declive, textura, isto é ausência de solos montanhosos, pedregosos e inundáveis possibilitava a mecanização de vastas áreas. Outro fator muito importante é a redução do tempo e a facilidade de

transporte pela construção da Br 277, concluída em 1968, ligando Foz do Iguaçu ao porto de Paranaguá.

Conforme o IPARDES :

...a evolução do cultivo da soja no Extremo-Oeste, cujo resultado é a participação em mais de 1/3 da produção estadual em 1970, explica-se basicamente a partir de duas destinações dadas ao produto. A primeira refere-se ao fato de que o alto valor protéico deste produto foi responsável pela sua difusão na alimentação animal, especialmente do rebanho suínos. É a partir desta destinação que se explica a introdução da soja na região, bem como no Sudoeste Paranaense, ainda na década de cinquenta, pelos colonos oriundos do noroeste do Rio Grande do Sul, os quais consorciavam o cultivo da soja com o do milho. Outra destinação dada ao produto era a comercialização, através da qual o produto seguia para as indústrias de óleos vegetais ou para a exportação. Esta destinação que foi introduzida no Paraná ainda nos anos cinquenta, passou a predominar a partir do final da década de sessenta, impulsionada pela demanda externa. (IPARDES, 1981: 44-61)

2.3. Objetivo do Trabalho

Este estudo tem como objetivo analisar o crescimento da Região Oeste do Estado do Paraná e sua inserção na dinâmica da economia nacional a partir dos anos 70, adotando um ponto de vista no qual utiliza-se uma perspectiva eminentemente nacional para a abordagem do crescimento da economia regional, tendo-a como parte de um sistema maior, isto é, inserida no sistema nacional.

Para tratar mais especificamente este estudo tentar-se-á atingir os seguintes objetivos :

Analisar o comportamento dos movimentos dos capitais e pessoas nos anos setenta;

Analisar o crescimento e a expansão da fronteira agrícola nesse período;

Verificar e analisar as transformações que ocorreram na Região decorrentes das transformações de tecnologias avançadas que se deram a nível nacional;

As principais questões que se pretende responder são:

Como o Oeste cresceu e quais foram os determinantes nacionais responsáveis por esse crescimento?

Quais foram os mecanismos e os elementos pelos quais a região inseriu-se na dinâmica nacional?

O crescimento e a inserção do Oeste estão articulados ao processo da expansão capitalista na economia brasileira, e se estruturaram em uma economia operante devido à sua inserção à dinâmica nacional no período de 68/73, em sintonia com os interesses nacionais que se formaram em torno principalmente da modernização agrícola, expressos através dos instrumentos de viabilização da modernização na região, pela política de crédito/incentivos, financeiros e tecnológicos, preços mínimos, taxas de juros negativos, pesquisa/assistência técnica, seguro agrícola, facilidade de transporte da produção e armazenagem.

Essa expansão foi possível devido à conjugação de alguns elementos como: a existência de produtores capitalistas, que apesar de não possuírem grandes recursos para investimento já estavam integrados com o mercado nacional e mesmo com o exterior; a substituição dos produtos domésticos pelos produtos de exportação; localização e qualidade do solo da região e sua aptidão e atitude para o desenvolvimento dos cultivos modernos, sobre os quais se concentraram os créditos e incentivos da política agrícola; o rápido aumento da área destes cultivos que se refletem no aumento das relações de trocas a montante e a jusante do processo de produção do soja e do trigo; a comercialização feita pelas cooperativas, que se tornaram órgãos oficiais na recepção desses produtos e de outros comercializados pelos preços mínimos que refletiu no incremento da produção recebida; apoio creditício do Estado, tanto através de financiamento para investimento em infra-estrutura de equipamentos, máquinas, implementos e plantio e, infra-estrutura para comercialização, transporte e armazenagem compatíveis com o volume de produção; a construção de rodovias, principalmente a BR 277 na década de 60, que ligou Foz do Iguaçu ao Porto de Paranaguá, atraindo um fluxo contínuo de empresários agrícolas e industriais que intensificaram o uso das terras. Esta mesma rodovia diminuindo os custos

do transporte, facilitou e intensificou as relações de trocas internas e externas pela especialização e comercialização da produção regional.

O processo de crescimento e inserção do Oeste surgiu fundamentalmente de fatores exógenos à região, mais especificamente dos movimentos de capitais e pessoas que migraram de uma região para outra devido às políticas adotadas pelo Estado através de seus instrumentos de política econômica.

Desse modo, esse crescimento esteve intrinsecamente ligado a dois elementos básicos externo à região: primeiro, a prática de uma política econômica do Estado, pela rápida ampliação do crédito rural abundante de longo prazo e a juros negativos, voltada para a modernização agrícola, especialmente para os produtos de exportação soja e trigo da região, que por sua vez facilitou e conduziu a importantes transformações na base técnica da produção agrícola regional; segundo, pela conjuntura internacional extremamente favorável do mercado internacional de matérias-primas, com rápida subida dos preços do soja e de seus derivados (farelo, proteaginoso e oleaginoso) que foi um dos grandes fatores responsáveis pela expansão desta cultura na região, em grande parte graças às políticas públicas adotadas. Além destes fatores, outros que influenciaram nesse crescimento foram a política de preços mínimos, a de seguro agrícola, a de subsídios e a de assistência técnica.

A capacidade da Região reagir aos estímulos externos tem se caracterizado nos fatores produtivos internos(endógenos), isto é, no começo eram a terra fértil, abundante e barata para compra e os recursos naturais capazes de produzir bens extrativos (erva-mate e madeira) e os primeiros mercados locais de comercialização de alimentos e de produtos da lavoura, além de pequenos núcleos de colonos oriundos do sul do país que cultivavam lavouras temporárias (de subsistência) em pequenas propriedades, que constituíam os primeiros elementos de atração e reação à dinâmica nacional.

Posteriormente, a mudança e combinação de fatores produtivos e do desenvolvimento tecnológico e da infra-estrutura mais especificamente na década de 70, permitiram a imigração de capitais e trabalho mais especializado para a região que possibilitaram a criação de um mercado interno mais dinâmico, ou seja, uma ampla variedade de atividades locais (rede bancária, atacadistas de secos e molhados, armazéns, lojas, cooperativas, agroindústrias, etc.) destinados a atender as necessidades da população

da região, e que respondeu de forma mais completa aos requerimentos externos (exógenos).

Dessa forma, o mercado interno teve seu considerável papel de responder aos impulsos exógenos oferecendo e se especializando em seu particular de recursos naturais e da combinação dos fatores produtivos, isto é, exercendo influência na quantidade e qualidade de recursos naturais renováveis, disponibilidade de capital regional e atividade da região para o capital externo, quantidade, qualidade dos recursos humanos nos diferentes níveis da capacitação, disponibilidade e acesso à tecnologia, à estrutura e característica do setor público regional.

Portanto, o desenvolvimento da Região Oeste resulta da ação conjunta dos fatores exógenos e endógenos. Ou seja, a interação de ambos determina a medida na qual podem materializar-se os investimentos no espaço regional e impulsionar o crescimento de toda a região.

III. ANÁLISE ESPACIAL E ESPACIALIDADES CONCRETAS

A proposta deste capítulo é buscar nas teorias que procuram explicar o crescimento das economias regionais um arcabouço teórico que permita interpretar a questão do crescimento e inserção do Oeste Paranaense na dinâmica nacional.

A teoria econômica do crescimento regional fornecerá os elementos analíticos básicos que orientarão a linha de raciocínio a ser seguida. Parte da análise teórica das explicações do crescimento das regiões, particularmente da Teoria da Base de Exportação será vista sob a ótica de Douglas North, enquanto a análise teórica do conceito de região, da divisão social do trabalho e das leis naturais do território seguirá a concepção de José Luís Coraggio. Por outro lado, serão vistos os principais autores que tratam das tendências predominantes na espacialidade da economia brasileira, bem como aqueles que tratam da formação da economia do Estado do Paraná e da sua Região Oeste.

3.1. Análise Espacial e a Teoria da Base de Exportação

Para entender a dinâmica do capital no espaço e compreender como a Região Oeste inseriu-se na economia brasileira nos anos 70, ou seja, como e de que forma ela participou em seu espaço particular, com uma parcela que caracterizou a economia nacional nesse período, o marco referencial básico será José Luís Coraggio, que trata da divisão social do trabalho e das leis naturais do território, e Douglas North, que considera as exportações regionais como o principal fator determinante do crescimento de uma região, e de sua interação com as demais regiões e com o resto do mundo.

Coraggio enfatiza em seus argumento que a divisão social do trabalho irá se apoiar nas determinações naturais do território e da população sem ser, no entanto, produzida por ela.

Ele entende uma região como “locus” de um determinado fenômeno social. A região é a resultante de um processo social-natural no qual não existem apenas elementos sociais, mas também naturais, cuja lógica, no entanto, é dada pelas leis que governam os processos sociais. Nesse sentido comenta que, “todo processo social diferenciado tem uma espacialidade própria, construída sobre a base da espacialidade física dos suportes naturais de tal processo, a partir das leis sociais que lhe são inerentes”. (Coraggio 1987:46)

Por outro lado, quando se pretende estudar uma região, uma das preocupações centrais é a de entender as suas relações com as demais regiões que compõem o sistema nacional e com outros países. Nesse sentido, o foco de interesse está voltado para os fluxos inter-regionais de produtos e serviços, capital, mão-de-obra e população. No entanto, o ponto de partida para a existência dos fluxos comerciais está na especialização regional. Nessa perspectiva a base teórica para a explicação desses fenômenos pode ser encontrada nos trabalhos de Douglas North.

Os trabalhos de North constituem o cerne da chamada Teoria da Base de Exportação que por sua vez representa um avanço sobre a denominada Teoria da Base Econômica. Parte da constatação de que é possível separar as atividades econômicas de uma região em básicas e não básicas. As básicas teriam como destino mercados externos à região e as não básicas destinariam-se aos mercados locais. Além disso, a expansão das atividades básicas induziria o crescimento das não básicas.

North expõe a sua Teoria da Base da seguinte forma: “o sucesso da Base de Exportação tem sido o fator determinante da taxa de crescimento das regiões. Portanto, a fim de compreendermos este crescimento, devemos examinar os fatores que propiciaram o desenvolvimento dos produtos básicos regionais”. (North, 1977: 312)

A Teoria da Base de Exportação é direcionada para o desenvolvimento de regiões novas dos Estados Unidos/Canadá, isto é, desenvolvida para regiões de colonização recente com base na agricultura, especificamente para regiões que cresceram em estruturas capitalistas. Dessa forma, a teoria é útil tanto para a análise do desenvolvimento histórico da economia americana como para a compreensão dos problemas atuais das regiões novas, relacionados com o crescimento regional. Por isso,

buscou-se nessa teoria o suporte teórico para explicar o crescimento da Região Oeste, que se enquadra na concepção e no contexto da Teoria da Base de Exportação de Douglas North.

Assim, ele argumenta,

...apesar de se referirem explicitamente ao desenvolvimento dos Estados Unidos, poderiam aplicar-se, da mesma forma, a outras áreas que apresentem as seguintes condições: a) regiões que tenha se desenvolvido dentro de um quadro de instituições capitalista e, portanto, sensíveis a oportunidades de maximização dos lucros, e nas quais os fatores de produção apresentaram relativa mobilidade, e b) regiões que tenham se desenvolvido sem restrições impostas pela pressão populacional. (North, op. cit. 292-293)

Essas condições apresentadas estão presentes no Oeste, pois seu desenvolvimento ocorreu dentro dos padrões capitalistas que buscam a maximização dos lucros. Os fatores de produção (capital, mão-de-obra e recurso natural) foram de fácil mobilidade e seu desenvolvimento ocorreu sem grandes pressões populacionais. O seu crescimento e povoamento foi determinado pelo mercado nacional e mundial.

De acordo com North:

“os Estados Unidos foram colonizados como um empreendimento capitalista. O povoamento das regiões novas e seu crescimento subsequente foram determinados pelo mercado mundial. O resultado foi um tipo de desenvolvimento bastante diferente do descrito pela teoria de crescimento regional, segundo o qual as regiões, partindo da economia de subsistência, vão gradualmente ampliando seus mercados. Desde as primeiras sociedades anônimas, ao longo de toda a expansão em direção oeste, o objetivo básico era explorar a terra e seus recursos, com o fim de produzir bens que pudessem ser comercializados “fora” e que se transformariam em renda monetária. (North, op. cit. 295).

As observações de Harold Innis, citado por North (op. cit. 298), revelam que nos estudos sobre o crescimento da economia canadense, pesquisas iniciais convenceram-

no da importância crucial dos produtos primários exportáveis, na configuração das novas economias. Investigações subseqüentes sobre o desenvolvimento dessas exportações primárias tiveram sempre o objetivo de tentar compreender “de que modo foi gerada a economia canadense e como ela se estruturou em uma economia operante”. Uma análise dos produtos primários torna-se a base da compreensão do desenvolvimento econômico daquele país. Além disso, essa abordagem forneceu lúcidas indicações sobre as instituições sociais e políticas do país.

North (op. cit. 298) refere-se ao termo “produtos primários” como o principal artigo produzido por uma região e que tem sido geralmente usado para designar produtos da indústria extrativa, uma vez que o conceito dele de produtos de exportação de uma região pode incluir produtos do setor secundário ou mesmo terciário. Ele usa a expressão “produtos de exportação” (ou serviços) para referir-se aos itens individuais e a expressão “Base de Exportação para designar, coletivamente, os produtos e serviços de exportação de uma região”.

Do ponto de vista da região, North apresenta em sua concepção que,

...a demanda pelo artigo de exportação era um fator exógeno, mas tanto o processamento como os custos de transferências não o eram. Historicamente, as regiões novas procuraram reduzir esses custos, num esforço combinado para promover o seu bem estar econômico. Os esforços incessantes das novas regiões para conseguir melhoramentos internos subsidiados pelo governo federal, a ajuda estadual para a construção de canais, a ajuda federal e estadual para estradas de ferro e melhoramentos em rios e ancoradouros eram uma parte do esforço contínuo da cada região para reduzir os custos de transferência, com o objetivo de melhorar a posição competitiva de seus produtos de exportação. (North, op. cit. 299).

Ele argumenta que:

À medida que as regiões cresciam em torno de uma base de exportação, desenvolviam-se as economias externas, o que melhorava a posição do custo competitivo de seus artigos de exportação. O desenvolvimento de organizações especializadas de comercialização, melhoramentos no crédito e

nos meios de transporte, uma força de trabalho treinada e indústrias complementares, foram orientadas para a base de exportação. (North, op. cit. 300).

Afirma ainda, que os produtos primários de exportação desempenham papel igualmente vital na sensibilidade cíclica da região, através deles as mudanças do nível de renda de outras regiões se fazem sentir na economia-objeto. Além disso, a sensibilidade da região às flutuações dependem das elasticidades-renda dos produtos primários de exportação. É claro que as regiões que se especializaram em poucos produtos terão maiores flutuações na renda do que as regiões mais avançadas.

Desse modo, North (op. cit. 304) argumenta, “é evidente que esse crescimento está vinculado ao sucesso de suas exportações, e pode ocorrer como resultado da melhoria do desenvolvimento de novos produtos de exportação”.

Assim, ele afirma que:

...uma razão, historicamente importante do crescimento de novas exportações foi o maior desenvolvimento dos transportes. Frequentemente, tais desenvolvimento têm permitido a competição de uma região com outras, na produção de bens e serviços que eram, anteriormente, economicamente impraticáveis, por causa dos altos custos de transferência. O crescimento da renda e da demanda em outras regiões, além dos progressos tecnológicos, também foram importantes. A participação do governo estadual e federal na criação de benefícios sociais básicos resultou em novos produtos de exportação em muita regiões. (North op. cit. 309)

Sobre a expansão de uma região, North afirma que ela se expande devido ao resultado do crescimento da demanda de seus bens de exportação existentes, seja devido a um aumento da renda na área de mercado, ou na mudança dos gostos. Da mesma forma, ele alega que um melhoramento na posição de custo de processamento, ou de transferência dos produtos de exportação da região em relação à regiões competidoras, promoverá o desenvolvimento.

A importância da base de exportação,

...é o resultado de seu papel básico na determinação do nível de renda absoluta e per capita de uma região, e conseqüentemente, na determinação da quantidade de atividades locais, secundárias e terciárias, que se desenvolverão. A base de exportação também influenciou significativamente o tipo de indústria subsidiária, a distribuição da população e o padrão de urbanização, o tipo da força de trabalho, as atitudes sociais e políticas da região e sua sensibilidade e flutuações da renda e do emprego. (...) Numa região jovem a dependência dos produtos primários é reforçada pelos esforços conjuntos dos habitantes da região, para reduzir os custos de processamento e de transferência, através da pesquisa tecnológica, dos subsídios dos governos estadual e federal para o melhoramentos sociais básicos, assim como através da tendência dos fornecedores de capital de fora da região para reinvestir na base primária existente. (North op. Cit. 312-313).

Quando aumenta a demanda dos produtos de exportação da região, isto significa dizer que tem gerado efeitos múltiplos na região, ou seja, induz ao aumento de investimentos não apenas na indústria de exportação, mas em todas as atividades econômicas. Assim,

à medida que cresce a renda da região, as poupanças locais tenderão a se extravasar para novos tipos de atividades. Em primeiro lugar, essas atividades satisfazem a demanda local, mas ulteriormente, algumas delas se tornarão indústrias de exportação. Esse movimento é reforçado pela tendência dos custos de transferência de se tornarem menos importantes. Como resultado, as bases de exportação das regiões tendem a se tornar mais diversificadas e tendem a perder sua identidade como regiões. Finalmente, a longo prazo, podemos esperar, com a mobilidade, uma maior equalização da renda per capita e uma dispersão mais ampla da produção. (North. Op. Cit: 313).

Quando North descreve como essa base de exportação está sendo formada, mais precisamente das regiões jovens dependentes dos produtos primários percebe-se que

a Região Oeste se encaixa nessa situação, pois seu crescimento está na base agrícola, principalmente na produção de soja e trigo.

Nesse sentido, evidencia melhor esta questão, quando afirma,

“uma produção bem sucedida de bens agrícolas (ou mesmo de muitos produtos extrativos) destinados à venda fora da região pode ser e sob certas condições tem sido, o principal fator de indução do crescimento econômico, do desenvolvimento de economias externas, da urbanização e, eventualmente do desenvolvimento industrial. O argumento pode ser defendido, a grosso modo, da seguinte maneira: a) a especialização e a divisão do trabalho constituem os fatores mais importantes da expansão inicial das regiões; b) a produção de bens para a venda fora da região induzem essa especialização e, c) o engajamento na economia internacional em expansão (ou no nacional, no caso de algumas regiões dos Estados Unidos) nos últimos séculos tem sido o caminho, através do qual várias regiões tem alcançado o desenvolvimento econômico. (North, 1977a : 334 - 335)

Finalizando, North (op. cit. 343) afirma, que apenas um comércio de exportação agrícola, bem sucedido, pode e realmente tem induzido à urbanização, aos aperfeiçoamentos do mercado de fatores, e a uma alocação mais eficiente dos recursos para investimento.

Schwartzman (1975: 55-65) sintetiza os argumentos de North dizendo que o desenvolvimento de uma região a partir de uma base de exportação dependerá do dinamismo dessa base e da sua difusão para o resto da economia regional, ou seja, apresenta duas condições necessárias para o desenvolvimento de uma região:

a- Manutenção do dinamismo do produto de exportação. É preciso que a renda real de uma economia esteja crescendo para se falar em desenvolvimento econômico, embora esta seja condição apenas necessária, mas não suficiente para deflagar o processo de desenvolvimento. Desta forma, é necessário que a venda dos produtos de exportação esteja crescendo a uma taxa adequada para que sejam criadas as condições necessárias para o desenvolvimento da região;

b- A difusão do dinamismo por outros setores da economia. Esta difusão ocorre quando o produto de exportação estiver desenvolvendo outros setores da

economia. É preciso que outras atividades produtivas surjam, que a distribuição da renda atinja o maior número de pessoas possível e que, eventualmente, surjam outras “bases” de exportação.

Quanto à manutenção do dinamismo do produto de exportação, dois fatores são responsáveis, conforme mostra a figura 1: a) elasticidade renda da demanda - que determina, em grande parte, a possibilidade que tem a região de manter o seu dinamismo através de um só produto de exportação. Se o produto tem uma baixa elasticidade-renda, não haverá uma tendência secular para o aumento de suas vendas à medida em que as regiões importadoras se desenvolvem e; b) custo do produto de exportação - isto é, a capacidade da região reduzir o custo do produto fará com que aumente sua capacidade competitiva e ganhe mercado. Nesse sentido há duas maneiras de diminuir o custo, melhorando a rede de transporte e aumentando a produtividade dos fatores utilizados.

Quanto a difusão do dinamismo para outros setores da região, depende de dois fatores:

a) características do produto de exportação. Isto é, a tecnologia usada na produção do produto de exportação pode causar repercussão nos outros setores produtivos da região. Essa repercussão dependerá da quantidade de insumos regionais utilizados, da possibilidade de o produto exportado ser usado como insumo para outras atividades e da demanda secundária gerada pelos fatores de produção utilizados nos vários estágios.

Schwartzman (op. cit. 62) citando Hirschman, afirma que essas repercussões podem ser classificadas da seguinte maneira: i) encadeamentos para trás - são as repercussões da indústria de exportação sobre outras atividades que podem fornecer-lhe insumos, inclusive bens de capital. Este encadeamento depende do produto de exportação e dos preços relativos da região; ii) encadeamentos para frente - são os efeitos causados nas atividades que se criam para utilizar o produto da indústria de exportação. Um exemplo desse encadeamento são as indústrias que se estabelecem em torno de um pólo petroquímico e; iii) encadeamento da demanda final - é o investimento realizado na indústria local de bens de consumo para atender a demanda dos fatores de produção da indústria de exportação e das outras atividades traduzidas por ela;

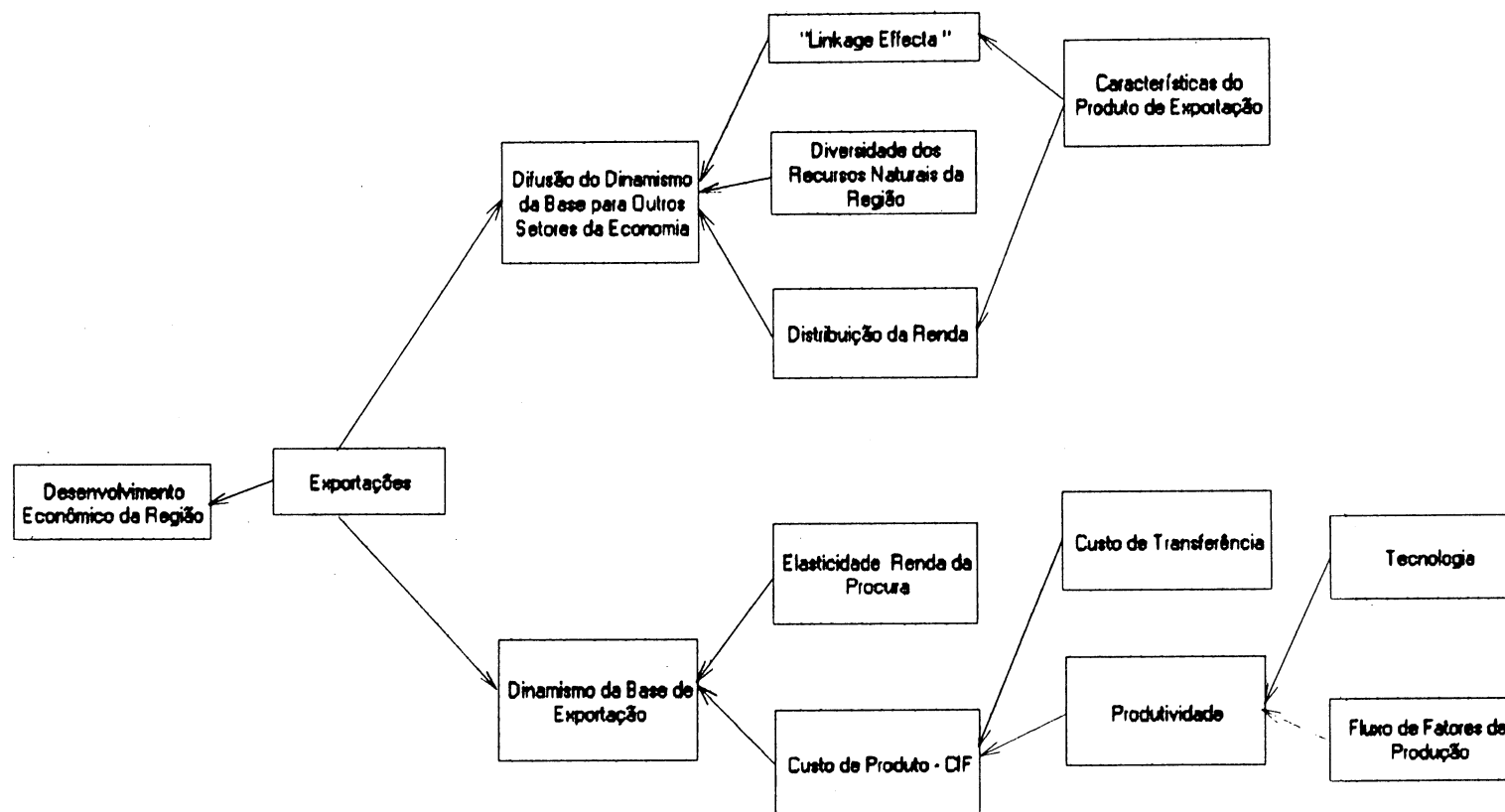
b) diversidade dos recursos naturais da região. Se a região possuir outros recursos naturais, em que seus rendimentos não sejam muito inferiores aos da base, então

o desenvolvimento desta e o aparecimento de economias externas poderão ser também explorados. Isto provocará uma diversificação da produção e poderão surgir até novos produtos de exportação. Além disso, a diversificação fornecerá uma proteção contra a instabilidade da demanda dos produtos da base e assegurará um maior incentivo para a aplicação dos lucros da base na própria região.

Analisando a figura 1, Schwartzman (op. cit. 64-65), considera quatro variáveis estratégicas para a compreensão do desenvolvimento regional, englobando também as propensões a consumir e a importar contidas na análise do multiplicador. A propensão a importar depende da função de produção do produto de exportação e da distribuição de renda conseqüente. Depende, também, das características tecnológicas da base ao requerer mais ou menos insumos que podem ser produzidos na região a preços competitivos. A propensão a consumir e a poupar também será influenciada pela função da produção, via distribuição de renda.

Além desses dois fatores, podemos distinguir elementos do lado da oferta influenciando a capacidade de desenvolvimento da região. Eles se referem, basicamente, aos fatores que influenciam o custo de produção da base, quais sejam, os custos de transferência e as variações na produtividade. Estas últimas, por sua vez, são influenciadas pelas variações tecnológicas e pelos fluxos de fatores de produção escassos que a região consegue atrair. Finalmente, deve-se distinguir os elementos fora do controle da região, mas que influenciam as suas chances de crescimento. São elas, a elasticidade-renda de demanda do “resto do mundo” e as variações tecnológicas na produção do bem exportado ou substitutos próximos, bem como variações no gasto das pessoas, provocando deslocamentos na curva de procura dos produtos de exportação.

FIGURA 1: Fatores que Condicionam a Capacidade de uma Região em se Desenvolver a Partir de uma Base de Exportação



Extraído: Schwartzman, Jacques, p.65

3.2 A Espacialidade da Economia Brasileira

Os movimentos do capital no espaço brasileiro se ampliaram, integraram novas regiões e buscaram sua reprodução ampliada nas diversas regiões do País. A compreensão desses processos pode ser vista nas interpretações de Diniz e Lemos ao afirmarem que:

...os aspectos teóricos que conseguem explicar de forma aproximada o movimento das atividades produtivas no espaço seriam basicamente três, especificamente quando se leva em consideração as características específicas de uma economia periférica como a brasileira: a) notória e decisiva intervenção do Estado na economia, tanto em termos globais, setoriais e regionais; b) o papel dos recursos naturais na mudança e/ou expansão do espaço econômico; e c) o papel dos fatores especificamente espaciais. A presença marcante do Estado desde 1930 constituiu o pilar básico do que veio a ser hoje o capitalismo brasileiro, sustentáculo principal da industrialização, o Estado acabou sendo uma condição necessária para a unidade do espaço econômico nacional que até então se caracterizava pela fragmentação em enclaves exportadores para o mercado internacional. (...) Todavia, nos anos cinquenta tinha sido pródigos na criação de aparato institucional voltado para o problema regional como principal exemplo é a própria criação da SUDENE, em considerar-se que a capacidade operacional do Estado brasileiro somente foi realizado na década seguinte, especialmente após a reforma tributária de 1966. A partir daí, dado o nível de centralização dos recursos, a capacidade de intervenção do Estado na dinâmica espacial tornou-se absolutamente relevante. (Diniz e Lemos, 1990: 162 - 193)

Segundo a visão de Diniz e Lemos no que se refere ao espacial,

...a grande concentração na década de 70 ocorreu submetida aos ditames da agricultura em razão da ampliação da fronteira em direção à Região Centro-Oeste, com repercussões nas regiões Nordeste e Sudeste pela participação de espaços da Bahia, Piauí, Maranhão e Minas Gerais. Essa possibilidade decorreu de mudanças tecnológicas as quais também permitiram uma maior

integração setorial, agricultura-indústria e ainda poderá significar movimentos de desconcentração espacial da indústria. Quanto a indústria de transformação nesta década, a Região Sul apresentou maiores ganhos de participação, ou seja, ficou com a maior parte (indústria mecânica e de material de transporte em Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) em relação a perda de participação do Rio de Janeiro e São Paulo. Quanto ao setor agropecuário da Região Sul, desde a década de 40 as transformações vêm ocorrendo em função do alargamento da fronteira agrícola no Paraná, Mato Grosso do Sul e Goiás e com a retomada da agricultura do Rio Grande do Sul. Este deslocamento é decorrente do esgotamento relativo das terras paulistas, da melhoria paulatina da infra-estrutura, da qualidade das terras e do seu menor preço nos estados do Sul do País. Do ponto de vista do valor da produção, observou-se aumento da participação do Norte, pequena queda do Nordeste e uma queda no Leste. Também foi observada uma modesta queda da participação de São Paulo, recuperação do Paraná, devido à queda de sua participação na década de 60 com a crise da cafeicultura e a substituição na década de 70 pela soja, e uma pequena queda de participação do Rio Grande do Sul". (Diniz e Lemos, op. cit. 169-171)

Esses autores afirmam que, o processo de desconcentração industrial brasileiro ocorrido a partir dos anos setenta, se deu dentro do mesmo padrão industrial vigente desde a década de cinquenta, ou seja, em setores pesados e tradicionais. Desse modo, a linha de orientação conjugada com as necessidades de se aproveitar os recursos naturais de localização próxima às fontes de matérias-primas, bem como as políticas de incentivos estaduais e regionais e dos projetos estatais, permitiram uma desconcentração geográfica dos investimentos industriais e agrícolas devido aos efeitos de modernização do campo e conseqüentemente da produção. Segundo Diniz e Lemos,

...foi em decorrência da mudança tecnológica que se viabilizou a incorporação produtiva dos cerrados, abrindo e ampliando a nova fronteira agropecuária e exercendo efeito desconcentrador das atividades agropecuárias no Brasil. Na mesma direção, a superação dos desafios tecnológicos da agricultura no trópico poderia contribuir para a incorporação produtiva da região Norte e, conseqüentemente, exercer efeitos

espaciais na economia brasileira. Acrescente-se ainda que as mudanças tecnológicas na indústria e na agricultura tem acelerado a integração desses setores, o que não só amplia a transformação dos produtos agropecuários (a agroindústria a jusante da agricultura), como também envolve a demanda crescente de um conjunto de máquinas, implementos e insumos industriais criando o setor produtor a montante da agricultura. (Diniz e Lemos, op. cit. 174)

Também afirmam, como importante pré-requisito o desenvolvimento do sistema viário para o desenvolvimento, a integração e complementaridade econômicas regionais, bem como a ocupação de regiões vazias. Assim, o papel do sistema viário na dinâmica regional é decisivo para a integração do setor industrial.

Nessa linha de raciocínio, à propósito do caso brasileiro, “é absolutamente inegável o processo de integração, como vinculação ao sistema produtivo nacional, o que significa a inexistência de regiões autônomas economicamente e reflete a presença das partes da economia nacional localizadas em parcelas específicas do território”. (Carleial 1993: 36)

Diniz e Lemos, admitem que a natureza dessa integração tem merecido reflexão insuficiente, questão já apontada em trabalhos anteriores (Carleial, 1989) , (Rolim e Carleial, 1990) e (Carleial , 1993).

De acordo com Carleial,

...a percepção da realidade brasileira até a década de 70 indica que o desenvolvimento do capital auxiliado pela ação do Estado - através da criação de órgãos voltados para a questão regional da concessão de incentivos fiscais e financeiros ao capital privado e da intervenção produtiva mediante a instalação de empresas estatais - foram capazes de criar uma economia nacional integrada que eliminou as economias regionais como “ilhas”, estabelecendo uma matriz produtiva densa e complexa que se espacializou por todo o território nacional. Atinge-se, portanto, o objetivo de preencher os espaços vazios da estrutura produtiva e até mesmo do território. (Carleial, 1993: 37)

Para Carleial, quando os espaços se integram, e cada um deles o faz de forma diferente e em diferentes ramos da matriz produtiva nacional, geram internamente nas regiões, movimentos desintegradores.

Na concepção de Ablas,

...com as alterações que se observou na sociedade brasileira no decorrer da década de sessenta, começa a aparecer uma tendência a passar a análise do nível regional para uma perspectiva nacional. Essas alterações políticas desarticulam as relações de poder a nível regional e estadual, fazendo com que a instância nacional ganhasse importância levando a problemática da divisão espacial do trabalho (e conseqüentemente das disparidades regionais) para âmbito institucional mais amplo. Com isso a questão regional passa a merecer referências nos planos globais, resultando daí algumas medidas concretas que procuram influir nos critérios de localização industrial no sentido de forçar o deslocamento de indústrias principalmente para as áreas da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste). Nesse sentido, fica igualmente incorporada na política nacional a questão da desconcentração espacial do investimento. (Ablas 1988: 121).

O autor argumenta que há um centro dinâmico formado pela área metropolitana de São Paulo e, em torno deste há diversas periferias, ou seja :

a) ampliação deste núcleo e centrando-se nas cidades do Rio de Janeiro e Belo Horizonte; complementado pela área agrícola de alta produtividade e constituída pelo Estado de São Paulo, com ampliações para o Norte do Paraná, triângulo mineiro e sul de Minas e ainda parcelas dos Estados de Goiás e Mato Grosso do Sul;

b) Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e mais recentemente Mato Grosso, Goiás, sudeste do Pará, Rondônia e Acre; encontram-se integrados ao centro dinâmico através da infra-estrutura de comunicações e pela complementaridade das atividades econômicas com as atividades produtivas do Sudoeste;

O processo social e a forma espacial tem no Brasil as seguintes implicações, segundo a visão de Ablas:

a) que após 1929, o capitalismo reflexo e dependente que se instala é o responsável pela atual distribuição das estruturas produtivas espacializadas;

b) quando do processo de substituição de importações já estava definida a base territorial para a ocupação futura do território;

c) o processo firmou-se no Sudeste e espraiou-se para o Sul, permitindo a expansão da fronteira agrícola do Centro-Oeste e Norte;

d) que em etapas recentes, pós 1970, a política de exportação tem beneficiado de forma mais acentuada a região sudeste que é o centro dinâmico.

Assim, nas argumentações de Ablas,

...a região Sudeste como um todo exerce uma espécie de dominação, tem seu suporte o Estado de São Paulo. Como resultado, observa-se que o centro do sistema de regiões encontra-se no Estado de São Paulo, para onde convergem significativos fluxos de pagamentos oriundos dos déficits do balanço de pagamentos com o restante do espaço brasileiro. É interessante notar ainda que os demais Estados da região assumem posições que transferem recursos indiretamente das demais regiões na direção de São Paulo. (Ablas op. cit., 132, 133)

3.3 A Formação Espacial do Paraná

Vários estudos foram realizados sobre o Paraná e sua economia, mas o que sobressai sobre todos eles é o de Pedro Calil Padis (1981), com sua obra, **“Formação de uma Economia Periférica : o caso Paraná,”** por fazer um retrospecto eficaz dos primórdios do Paraná até o final dos anos 60. O autor parte do princípio de que várias economias regionais que surgiram no Brasil estão em condições de periféricas, caso do Nordeste, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e também do Paraná. A denominação do termo “periférico” é devido ao fato de a economia de cada uma dessas regiões ou Estados estar subordinada ao centro dinâmico do País. Isto é, São Paulo, devido a vários fatores, dentre eles a acumulação cambial no poder central, fez com que o Paraná, através de sua economia cafeeira, subsidiasse a indústria paulista.

Padis afirma em seu estudo o domínio de São Paulo sobre o Paraná, mais especificamente a Região Norte do Estado, que apesar da dinâmica da economia cafeeira

não conseguiu fazer surgir as atividades indústrias porque a demanda paranaense por tais produtos estava sendo satisfeita pela indústria paulista, e esta por sua vez, demandava produtos alimentares e matérias-primas para suas indústrias.

Este autor, seguindo Brasil Pinheiro Machado (1963), delimita o Paraná em três regiões: o Paraná Tradicional - corresponde às primeiras regiões ocupadas - litoral e Campos Gerais, cuja história remonta aos séculos XVII e XVIII. Vincula-se a essa região a mineração, o tropeirismo, a erva-mate, a madeira e a imigração européia; a Região Norte é considerada como um prolongamento da economia paulista, sua ocupação foi por mineiros e paulistas cuja principal atividade foi a cafeicultura; a Região Oeste/Sudoeste foi de ocupação mais recente, em consequência de problemas que atingiram o Rio Grande do Sul. Os colonizadores gaúchos mantinham seus vínculos (costumes e tradições) e as atividades desenvolvidas eram as lavouras brancas, soja e trigo consequência da modernização da agricultura influenciada por uma política favorável aos produtos de exportação iniciada na década de 60, cujo fenômeno da intensa modernização na agricultura ocorreu de forma acelerada na Região Oeste do Paraná a partir da década de 70.

A região Oeste é mais ou menos intermediária entre a região Norte e a Sudoeste. Ela limita-se a Noroeste com o Estado do Mato Grosso do Sul, a Oeste com o Paraguai e a Sudoeste com a Argentina, e dentro do Estado do Paraná limita-se ao norte com a região Noroeste, ao sul com a região Sudoeste e a leste com a região Campos de Guarapuava.

Desta forma, a sua contribuição está assentada na análise sobre três regiões assim divididas: o Norte, Paraná Velho e o Sudoeste, nas quais Padis examina os processos de formação e integração, bem como, as determinações exógenas que lhes deram origem. Assim, justifica-se a contribuição deste estudo quando se quer analisar uma região do Estado do Paraná, mais especificamente a Região Oeste que é objeto de estudo desta dissertação.

A ocupação do território do Estado do Paraná, segundo Padis (1981: 15), “se deu por um processo muito lento e bastante descontínuo. Apenas no começo da segunda metade do século XVI teve início, por parte dos espanhóis, a ocupação do território paranaense.”

De um modo geral toda a penetração populacional, com a finalidade de ocupar o território, é movida fundamentalmente pela atividade econômica, ou seja, a fixação de núcleos populacionais em determinadas áreas é possível e subsiste, se houver uma atividade econômica que a sustente e se estabeleça em caráter permanente. (Padis op. cit., 37)

Na concepção de Padis, a economia desenvolve-se quase exclusivamente em função de estímulos externos quer sejam nacionais ou internacionais.

Tece a seguinte conclusão sobre a economia do Paraná até 1930:

Assim é perfeitamente, possível concluir, que até o fim da terceira década deste século, o Paraná não passava de uma economia periférica no sistema econômico brasileiro, especialmente no de São Paulo. E, além de periferia, de situação bastante precária. No entanto, a partir da década de trinta, uma verdadeira revolução irá ocorrer na economia do Estado e transforma-lhe a fisionomia. (Padis op. cit., 82)

O surgimento e expansão da cafeicultura foi, na concepção de Padis um grande empreendimento imobiliário. A partir de 1945 os cafezais se estenderam por toda a região Norte do Paraná, garantindo ao Paraná o primeiro lugar entre os Estados produtores.

No fim dos anos 50, Padis afirma que, quando praticamente se encerrava a expansão cafeeira e as poupanças paranaenses começavam a demandar outras atividades, intensificou-se a transferência de capitais do Estado para outros centro do País. Todavia, por essa época, um fenômeno interessante ocorria dentro do território do Estado: era a ocupação do Sudoeste. Segundo ele, essa Região ficou durante vários anos isolada da economia estadual, permanecendo a níveis de subsistência e mantendo relações apenas com Santa Catarina e com o Rio Grande do Sul.

O sudoeste do Paraná, para Padis (op. cit. 147), é a parte compreendida por 63 municípios encravados numa área de aproximadamente 66,5 mil km, ou seja 3,4 por cento do total do Estado. Essa região confunde seus extremos Oeste, Sudoeste e Sul com os do próprio Estado. Ao Norte, limita-se com a região Norte, e a Leste, os seus confins são com a região chamada de Paraná Velho, a sua ocupação esteve associada à imigração de

pessoas de outros Estados, especialmente gaúchos devido à crise gerada naquele Estado, e por catarinenses.

O estudo de Padis sobre a Região Sudoeste é muito importante para este trabalho porque esta região foi colonizada de forma semelhante à Região Oeste do Paraná.

Segundo Padis (op. cit., 152) nas suas argumentações, “embora, desde a terceira década deste século, se pudessem encontrar gaúchos em terras do Sudoeste paranaense, foi a partir de 1952, e especialmente depois de 1956, que esse movimento migratório se intensificou de forma surpreendente.” Essa situação ocorreu devido à situação crítica da economia gaúcha na década de cinquenta, especialmente na sua segunda metade.

Assim a população:

...expulsa da zona rural, seja pelo agigantamento. seja pela minimização da propriedade, incapaz igualmente de ser absorvida pelo setor urbano da economia gaúcha, viu-se a braços com o espectro do desemprego. E outra alternativa não teve que cruzar fronteiras do Estado em busca de trabalho em outras regiões. Isto intensificou-se a partir de 1952, agigantando-se depois de 1956 e permanecendo por cerca de mais uma década. (Padis op. cit., 155)

Neste sentido,

...inicialmente essa população deslocou-se para o Estado de Santa Catarina, cujo interior ocupou. (...) Uma vez ocupada a área do interior desse Estado, a população gaúcha atingiu a Região Sudoeste do Paraná, promovendo sua rápida transformação, revitalizando, demográfica e economicamente, os núcleos populacionais e contribuindo para a sua multiplicação. (Padis op. cit., 156)

O movimento econômico desta Região está associado aos fenômenos ocorridos na economia gaúcha. Padis aponta que,

...na década 50, entretanto, a economia urbana gaúcha começou a apresentar graves sinais de debilidade, contribuindo para tornar mais

caudaloso o fluxo migratório que deixava o Estado em demanda de sobrevivência. Praticamente de todos o Estado, famílias inteiras se deslocavam em direção do Oeste de Santa Catarina e do Sudoeste Paranaense, levando consigo todos os seus pertences - que no mais das vezes não eram muitos - e os seus hábitos e costumes. Ao imigrar, essa população, marcada por traços culturais e econômicos de quase um século, estava condicionada por vários fatores a realizar uma ocupação e um povoamento com características bastante peculiares e quase específicas. Por esse motivo, acabaram, em grande parte, reproduzindo nessas áreas o mesmo modelo de ocupação italo-germânica registrado no Rio Grande do Sul. As regiões do Oeste catarinense e do Sudoeste paranaense apresentam aspectos ecológicos bastante semelhantes aos das regiões norte e noroeste do Estado gaúcho. (...) a crescente divisão da terra, conduziu à decomposição da renda dos agricultores gaúchos e ao rebaixamento do seu nível de vida, conduziu-os à venda de suas propriedades. Mas, o resultado dessas vendas, no mais das vezes, não era muito considerável, Chegando às novas terras, os recursos disponíveis permitiam a aquisição de áreas duas ou três vezes superiores àquelas deixadas no Rio Grande, desde que o preço das terras no Sudoeste paranaense era duas ou três vezes menor que no Estado gaúcho. Porém o fato de que as novas propriedades fossem maiores não queria dizer que atingissem dimensões elevadas. Na verde, dificilmente se encontrava na região de ocupação gaúcha propriedades com área superior a 10 alqueires, ou seja, 24 hectares. (Padis op. cit. 168, 169)

Nos últimos anos da década de cinquenta começou a implantação de um sistema viário, ainda limitado, mas que irá iniciar o fim do isolamento social e econômico da Região. E estabelecer seus primeiros vínculos com o subsistema paranaense e mais tarde vincular-se com outras regiões e Estados, principalmente São Paulo, e a partir de 1960/62 o Sudoeste paranaense começou a surgir como região de significação econômica.

Com o sistema viário e a instalação de casas comerciais de grande porte tem um nítido carácter subsidiário pois, estando ou não vinculada pela propriedade de capital, tem uma autonomia de decisão bastante reduzida, agindo em consonância com os interesses de estabelecimentos mercantis,

industriais e financeiros dos grandes centros, especialmente de São Paulo. Não é, portanto, temerário, afirmar-se que, através desse mecanismo, parte apreciável da renda na Região Sudoeste do Paraná é transferida para os centros dinâmicos do País, mais notadamente São Paulo. (Padis op. cit., 175)

Assim,

...essas rápidas transformações, especialmente o crescimento dos núcleos urbanos e a criação de novos com subsequente multiplicação da demanda dos serviços, provocarão diversidade na origem dos migrantes. Assim é que, na última década, virão para o Sudoeste paranaense não só agricultores, mas habitantes das cidades gaúchas - e de outros pontos do País - cuja capacitação profissional ia do pequeno comerciante, prestador de serviços, até os profissionais liberais, da formação universitária. Nesse momento, pode-se dizer, a Região Sudoeste do Paraná está definitivamente integrada no subsistema paranaense, e com ele no sistema nacional, sofrendo "ipso facto," as mesmas conseqüências, isto é as decorrentes do ser fornecedor de produtos primários, especialmente alimentos e comprador de produtos industrializados. (Padis op. cit., 172)

O trabalho desenvolvido por Padis apresenta-se como uma visão tradicional da formação econômica do Paraná, tratando o Estado como uma economia periférica e dependente, isto é, sua expansão corresponde a estímulos do pólo paulista em que este demanda matérias-primas e produtos alimentares à sua industrialização.

Há trabalhos que surgem como análises alternativas ou como crítica à década de 60 sobre o trabalho de Padis, é o de Maria Helena Oliva Augusto (1978)². Esta autora procura, em sua análise, desmistificar a idéia de que o Paraná era o grande importador de São Paulo. Rejeita a idéia do Paraná periférico, dependente e explorado pela economia paulista, argumentando que não existem regiões que exploram regiões, mas é a própria indústria que subordina a agricultura através das relações de troca, isto é, algo inerente à dinâmica do capital na busca incansável de reprodução.

² O trabalho de tese de doutorado de Padis foi apresentado e defendida em 1970, sua publicação aconteceu em 1981.

O conceito de periferia analiticamente apresenta-se historicamente de forma distinta, ou seja, em suas palavras,

(...) se se pensa a “não-participação” como indicadora da situação periférica, nesse segundo momento assinalado não se trata absolutamente de periferia, pelo contrário o que se tem é a incorporação do Estado (...) o que se esta querendo indicar é que a integração do Estado do Paraná à economia nacional, que se dá basicamente através do café, indica não uma situação periférica do Estado mas, pelo contrário, aponta para uma expansão do pólo dinâmico capitalista. (Augusto 1978: 36)

Neste sentido, Leão argumenta que

...é possível entretanto, entender porque Padis não distingue entre os dois momentos da economia paranaense, para sua classificação como economia reflexa, periférica, subsidiária ou dependente. Em ambos, o Estado apresentaria um padrão de crescimento para fora, subordinando-se a impulsos vindos de fora de sua fronteiras. (Leão 1989 : 8)

Ainda, contra argumenta que:

...os dois últimos argumentos de Padis sobre as causas da não- diversificação da economia paranaense devem ser revistos. Eles se referem ao término do processo de industrialização substitutiva e ao domínio do mercado pela indústria paulista, após a segunda metade dos anos cinqüenta. Os argumentos são estáticos, pois num período de expansão da economia nacional abrem-se oportunidades de investimento na periferia, desde que o alargamento do mercado permita a convivência entre indústrias localizadas na periferia e no centro (por exemplo, as primeiras podem nascer por uma estratégia de investimentos, via multiplantas de indústrias sediadas no centro). (Leão op. cit. 14, 15).

Desta forma, Leão sintetiza a economia paranaense na década de 70, utilizando os trabalhos do IPARDES, buscando expor sua análise na explicação das razões do

dinamismo da economia paranaense oriundo do café e das economias externas que gerou gradativamente, na medida em que se consolidavam, as relações entre a agricultura e a indústria nos anos 70.

A análise de Padis apresentada aqui está relacionada ao período anterior a 1970, no processo de ocupação do Estado do Paraná. As críticas, principalmente de Leão, já tem os anos 70 como o referencial. A inserção da economia paranaense na economia nacional muda na década de 70.

Não obstante, as críticas feitas a Padis, seu trabalho é um clássico, fundamental para a análise da formação da economia do Paraná. Por isso, é o ponto de partida para esta dissertação.

IV. A REGIÃO E A SUA BASE DE EXPORTAÇÕES

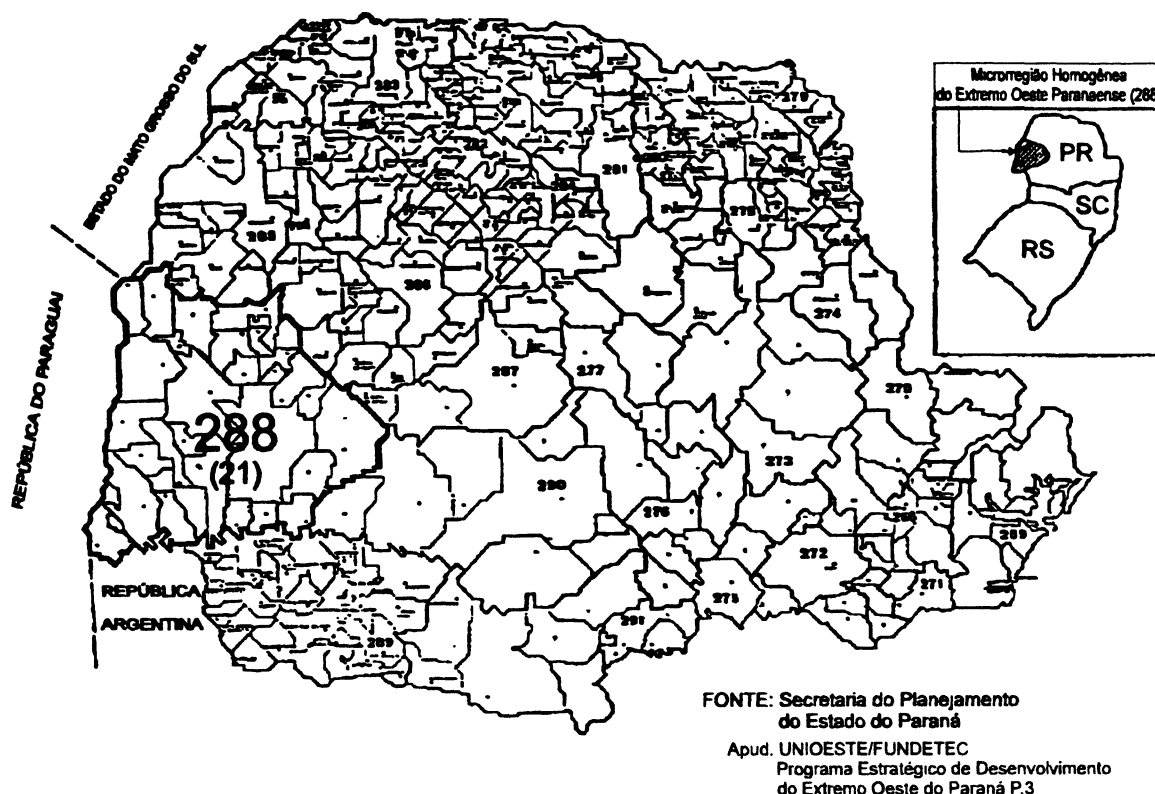
4.1. Descrição das Características do crescimento da Região Oeste e suas vinculações com o Nacional

O território da Região Oeste do Paraná está situado no terceiro planalto paranaense, limita-se ao Sul, pelo Rio Iguaçu, com a Região Sudoeste; ao Norte, pelo Rio Piquiri, com a Região Noroeste; a Leste, pelo Rio Guarani, com a Região de Pitanga e Campo Mourão; e a Oeste, pelo Rio Paraná, estabelecendo fronteira com as repúblicas do Paraguai e Argentina. Segundo o IBGE, esta região é denominada de Extremo Oeste do Paraná nº 21 ou 288 (o Oeste do Paraná) e que atualmente se divide nas Microrregiões de Cascavel, Toledo e Foz de Iguaçu com seus respectivos municípios conforme figura 1.

A Região Oeste do Paraná apresenta, segundo o IBGE (1991), uma superfície de 22.967,9 km, ou seja 2.296.790 ha, correspondendo a 11,5% da superfície do Estado do Paraná, com uma densidade populacional de 44,23% hab/km, superior à média estadual de 42,36 hab/km.

O relevo da região apresenta-se mais ou menos homogêneo, sem fortes ondulações e um solo de elevada fertilidade natural, o que favoreceu a mecanização agrícola na década de 70. Possui um clima temperado, quente e de precipitações pluviométricas bem distribuídas, com uma média anual entre 1.400 e 2.000 mm, o que torna muito favorável a agricultura de produtos temporários, especialmente a soja.

Figura 1 - Localização do Extremo Oeste Paranaense (288 ou 21) e Demais Microrregiões do Paraná



O oeste Paranaense, apesar de ter iniciado sua ocupação de forma muito lenta no século passado, efetivou-a somente a partir da década de 40, acentuando-a na década de 50. Atingindo o auge da ocupação e colonização da região após a década de 60.

Esta região, na década de 70, apresentou a mais rápida transformação tecnológica na área agrícola do Paraná, destacando-se na produção de lavouras temporárias, principalmente de soja.

Após a década de 40, a colonização e sua ocupação se efetivaram em função dos movimentos de capitais e pessoas que se deslocavam em duas frentes principais: a do Norte e a do Sudoeste do Estado. Nesta direção são apontadas as informações do IPARDES, que

...o processo histórico de ocupação se deu por dois movimentos distintos: o primeiro de caráter precário e de baixa densidade, diretamente vinculado à economia da madeira e do mate, e o segundo representado pela ocupação de caráter colonizador decorrente do fluxo migratório de diferentes frentes de ocupação. (IPARDES, 1977: 40)

Essas frentes se deram em dois movimentos distintos: o primeiro foi originário do Norte, devido à substituição do café por outras atividades de lavouras ou pecuária, e o segundo, formado por descendentes de alemães e italianos provenientes do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

...na verdade, o fluxo maior de pessoas que se dirigiam para o Extremo-Oeste do Paraná encontravam o seu ponto de partida no Estado do Rio Grande do Sul. Na região podem ser encontrados, com grande realce, as marcas características de extensas áreas do Estado gaúcho, quer na feições de sua gente, quer nos seus hábitos e costumes e, especialmente, na sua atividade econômica.. (Padis, 1981: 152)

A população da região em 1970 era de 750 mil e passou em 1980 para 952 mil habitantes, correspondendo a um crescimento de 26,9%, apresentando uma das mais elevadas taxas de crescimento no Estado, ou seja, 2,47%, devido, em partes, à construção da Usina Hidrelétrica de ITAIPU, no município de Foz de Iguaçu. O aumento absoluto muito expressivo da população se deu no espaço urbano, posicionando a Região tanto em termos de urbanização quanto em volume total da população, inferior apenas à Região Metropolitana de Curitiba. A população apresentada pelo último Censo demográfico do IBGE de 1991 é de 1.015.929 habitantes, enquanto para o total do Estado é de 8.443.254 habitantes, ou seja, representa 12,03% do Estado, perdendo só para a Região Metropolitana e Região Norte. Os principais centros urbanos que se destacam na Região são: as cidades de Cascavel, Foz de Iguaçu e Toledo.

A profunda modernização na atividade primária na década de 70 aliada às políticas nacionais resultaram na implantação da produção de produtos que demandaram tecnologias altamente modernas de máquinas e tratores, insumos, crédito, subsídios, etc., como é o caso da soja e trigo, bem como na implantação de Cooperativas, dos Complexos Agro-industrial (CAIs) e Frigoríficos de abate e transformação (SADIA) ligados ao setor de alimentos. Também surgiram algumas indústrias ligados ao setor madeireiro, construção, confecções e bebidas.

A produção de soja é uma atividade que a partir da década de 70 tem se destacado sobre as demais culturas da região. Segundo as informações levantadas pelo último Censo Agropecuário de 1985 pelo IBGE, a produção do soja foi de 1.331.516t para uma área de 667.662 ha, enquanto a produção de trigo se posiciona em segundo lugar com 929.202 t.

A estrutura fundiária da Região, segundo os dados do IBGE para o ano de 1975 e 1980, apresentou em 1980 um total de 75.093 estabelecimentos rurais, correspondendo a uma área de 1.837.529 ha, o que representava 16,53% e 11,22% dos totais respectivos do Estado.

Na evolução da estrutura fundiária para os anos de 1975 e 1980, pode-se verificar um acentuado processo de concentração de terras, embora no início da colonização o predomínio fosse de pequenas propriedades (lotes de aproximadamente 10 hectares), mesmo assim, ainda têm grande representatividade as pequenas e médias propriedades. Nas pequenas propriedades, que variam de 0 a 20 ha, nota-se uma queda no número de estabelecimentos, conforme Tabela 1, porém ainda apresentam grande significado para a região, ou seja, correspondem a 73% do total em 1980.

TABELA 1 - ESTRATOS DE ÁREA E NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DA MRH DO OESTE PARANAENSE 1975/80.

ESTRATOS DE ÁREAS HA	Nº ESTABELECIMENTOS		PERCENTUAL %		ACUMULADO %	
	1975	1980	1975	1980	1975	1980
<i>0 a menos de 10 ha</i>	50.267	35509	55,29	47,29	55,29	47,29
<i>10 a menos de 20 ha</i>	21902	19334	24,09	25,75	79,38	73,04
<i>20 a menos de 50 ha</i>	14064	14575	15,47	19,41	94,85	92,45
<i>50 a menos de 100 ha</i>	2861	3381	3,15	4,50	98,00	96,45
<i>100 a menos de 1000 ha</i>	1742	2205	1,92	2,94	99,92	99,89
<i>1000 ha ou mais</i>	71	89	0,08	0,11	100,00	100,00
<i>total</i>	90.907*	75.093* ¹	100	100	100	100

* - Esse total exclui 226 estabelecimentos sem declaração de área.

*¹ - Esse total exclui um estabelecimento sem declaração de área.

Fonte: Censo Agropecuário do Paraná 1975/80 IBGE.

A maior redução foi verificada na faixa de 0 a 10 ha, ou seja, em 1975 o número de estabelecimentos era de 50.267 e passou em 1980 para 35.509 apresentando uma queda de 29,36%. A faixa de 10 e 20 ha passou de 21.902 estabelecimentos em 1975 para 19.334 em 1980, ou seja, um decréscimo de 11,71%.

A faixa que abrange de 20 a 50 ha manteve-se praticamente estável, passando de 14.064 para 14.575 estabelecimentos. Os estabelecimentos com maiores extensões de terra apresentaram crescimento mais acentuado. As faixas que variam de 50 a 100 ha sofreram um aumento de 2.861 em 1975 para 3.882 estabelecimentos em 1980, enquanto a faixa de 100 a 1000 ha, apresentou um aumento de 71 em 1975 para 89 estabelecimentos em 1980.

As transformações ocorridas na economia nacional foram decorrentes das políticas públicas de desenvolvimento nacional que a partir da década de 30, têm como finalidade principal a industrialização do País e a partir da década de 50 marca de fato o

processo da industrialização pesada, uma vez que se cria no País um setor produtor de bens de capital no qual se forma um núcleo endógeno de acumulação. É a partir de 1967, com o novo ciclo econômico, que o núcleo de acumulação se redefine sob o comando dos setores produtores de bens de consumo duráveis, favorecendo o crescimento urbano-industrial ligado a este segmento, o qual ampliou as relações capitalistas de produção para o resto do País, principalmente para as regiões de crescimento mais recente ligado ao setor agrário. Particularmente e dentro de suas especificidades o Oeste Paranaense está associado neste contexto.

A política de desenvolvimento do país via industrialização e simultaneamente de ocupação e integração das regiões ao núcleo do setor industrial localizado em São Paulo estimulou a industrialização do setor agrário (através de instrumentos fiscais, creditícios, monetários, etc.), especificamente a modernização e expansão da fronteira agrícola, bem como destinando recursos para o setor viário das regiões, isto é, ligando a região aos grandes centros dinâmicos do País, através das rodovias. Neste sentido, o Oeste Paranaense inseriu-se a estes movimentos ocorridos a nível nacional.

Esse processo de inserção da Região na dinâmica nacional consolidou-se a partir da intensificação da modernização da agricultura regional e sua relação estreita com a indústria a partir do final da década de 60 e principalmente na década de 70, decorrente da política agrícola.

A política agrícola no final da década de 60 e durante os anos 70 trouxe em seu bojo um pacote de medidas como crédito para aquisição de máquinas e insumos, juros baixos, etc., que estimulou os agricultores da região a escolher essa maneira mais fácil de se obter maior volume de produção e rendimento da produtividade e, conseqüentemente

maior lucratividade decorrente dos bons preços dos produtos de exportação entre eles como destaque a soja no mercado interno e internacional.

Com a melhoria das rodovias da região, principalmente a BR 277 que liga Foz do Iguaçu ao Porto de Paranaguá passando pelo Oeste, e dos meios de comunicação, permitiu ao Oeste Paranaense as intertransações de mercadorias com os mercados urbano-industriais dos maiores centros do País e, conseqüentemente, com a criação de condições internas favoráveis, a região respondeu de forma favorável às transformações que estavam ocorrendo a nível nacional. Desta forma, os investimentos de capitais e insumos modernos foram introduzidos no espaço regional através dos produtores rurais que passaram a modificar as culturas tradicionais (café, arroz, feijão, etc.) pelas culturas ditas modernas (soja e trigo). A associação conjunta entre a utilização de máquinas e equipamentos modernos das indústrias nacionais e os recursos naturais da região (solo fértil, conformação plana e outros), possibilitaram a vinculação regional com o nacional.

As primeiras manifestações de interação do Oeste Paranaense deram-se a partir da década de 50, quando a Região estava ligada à produção agrícola de gêneros alimentícios tradicionais como feijão, arroz e outras, sendo que intercambiavam o excedente destes produtos para fora da região com as cidades de Ponta Grossa, Curitiba, São Paulo e, em troca compravam produtos semi-industrializados (sal, açúcar, roupas, instrumentos de trabalho agrícola e outros). O saldo dessas transações permitia também aos colonos e agentes do comércio aplicar em outras atividades, especificamente nos pequenos centros de aglomeração urbana em hotéis, pensões, ferrarias, marcenarias, bodegas, casas de comércio, etc., além de melhorias nas atividades de agropecuária.

A presença das serrarias na região não foi só devido à abundância de madeiras nobres de pinhos, cedro, peroba, etc., mas devido à demanda nacional por madeiras beneficiadas para a construção civil e para as indústrias de móveis.

A política de redefinição do desenvolvimento econômico nacional, a partir da década de 50, garantiu o desenvolvimento da industrialização associado ao capital estrangeiro que desencadeou uma acelerada urbanização nos grandes centros do País, aumentando consideravelmente o consumo de madeiras. Consequentemente o Oeste Paranaense passou também a vincular-se, por este setor madeireiro, ao nacional.

O Oeste Paranaense passou a ter expressão econômica quando respondeu favoravelmente ao modelo de desenvolvimento econômico nacional de industrialização, através do qual introduziu no seu espaço geográfico técnicas modernas de produção agrícola, principalmente na produção de produtos básicos de exportação (soja e trigo) que foram comercializados para fora da região.

A intensificação e consolidação dessa vinculação da região ao nacional se efetivou com as políticas públicas de desenvolvimento industrial do País e pela modernização e integração da agricultura sob o comando do capital industrial no final da década de 60 e principalmente na década de 70.

A política agrícola tinha como finalidade industrializar e integrar as regiões produtoras de alimentos, as quais propiciavam condições internas favoráveis para a introdução de equipamentos e insumos modernos. Nesse sentido, foi apresentado pelo Estado uma série de mecanismos de indução para os produtores rurais introduzirem novas técnicas de produção tais como: máquinas modernas, crédito barato, juros baixos para pagamento a longo prazo, etc., possibilitando a transformação do setor produtivo tradicional para o moderno, produzindo culturas temporárias de exportação que associadas

às construções e melhorias nas rodovias da região permitiram a vinculação do Oeste Paranaense aos grandes centros urbano-industriais do País.

4.2. A Região e sua Base de Exportação

Até o final do século XIX, a Região Oeste do Paraná ficou praticamente isolada, apenas algumas intenções sem efeito, devido ao difícil acesso terrestre e o pouco interesse dos governos federal e estadual em ocupá-la. A única via de acesso era pelo Rio do Prata, resultado de um acordo entre Brasil e Argentina, para facilitar a entrada de estrangeiros para a exploração da erva mate e da madeira.

Neste sentido descreve Emer,

... nos tratados de limites, e a partir de critérios adotados por Portugal e Espanha na solução dessa questão a região passou a fazer parte do território brasileiro. Mas, de 1750 até a metade do século passado a região, embora uma área de fronteira, ficou completamente abandonada. Considerando seus recursos naturais e suas condições de produção econômica, o Oeste do Paraná só foi ocupado quando se descreveu um outro sistema de produção e quando os mercados tornam-se favoráveis ao consumo de seus produtos. Contudo, fatores econômicos, conflitos da fronteira e a vontade política determinaram o deslocamento da população paranaense para o Oeste do Paraná. (EMER, 1991: 37).

A penetração dos pioneiros no Paraná foi mais tardia que em outros Estados do País. Segundo as afirmações de MONBEIG (1984 : 132) “ocorreu em ritmo análogo aos pioneiros paulistas, sobretudo a partir de 1925. Na década de 60 ainda houveram grupos indígenas na floresta do Norte e do Oeste do Paraná”.

O tratado assinado, de navegabilidade fluvial entre Brasil, Argentina e Paraguai em meados do século passado (XIX) tinha como finalidade chegar até a província de Mato Grosso. Por outro lado, a Argentina tinha permissão de navegar o Rio Paraná de Foz de Iguaçu até as Sete Quedas. Dessa forma, despertou o interesse das companhias estrangeiras na Região Oeste que ficou mais propícia à penetração Argentina, via fluvial, do que a ligação terrestre com os grandes centros do Brasil.

O período de 1730 a 1870 é denominado de período econômico do tropeirismo, no qual se deu o início da penetração e ocupação de regiões do Estado do Paraná.

Essa atividade tinha como objetivo buscar o gado selvagem nas regiões de Missões no Rio Grande do Sul, engordá-lo e depois vendê-los nos mercados de Sorocaba. Dessa maneira, evidenciam-se nesse período os interesses capitalistas paranaenses ligados à ocupação dos campos naturais e com o comércio de muares e gado.

Esta atividade proporcionou a vinculação dos caminhos da província com as regiões de campos naturais, Campos Gerais aos Campos de Guarapuava e Palmas, Chapecó ao Rio Grande do Sul, o qual era denominado de “Caminho das Missões ou Viamão”.

Há vários autores (Wachowicz - 1982, Emer-1991, Sperança-1992, Machado-1963) que analisaram esse ciclo do tropeirismo, assim como os movimentos e interesse por parte dos governos federal e do Estado do Paraná na segunda metade do século XIX

devido às disputas territoriais na fronteira do Paraná (Oeste do Paraná) com a Argentina e, as frentes de ocupação do Paraná, principalmente o Paraná Tradicional.

No final do século XIX e início do século XX o governo do Estado do Paraná passou a legalizar terras a companhias estrangeiras, principalmente obrages³ argentinas que intensificaram-se na exploração da erva-mate e madeira na região. Também se instalaram, ilegalmente, outras empresas estrangeiras com a mesma finalidade de exploração.

As obrages que mais se destacaram foram a de Domingues Barth, Nunez J. Gibava, Empresa Mate Laranjeiras e Júlio Thomas Allica, sendo esta a maior de todas as obrages.

Foi instalado e introduzido por estas empresas na região, o sistema de exploração de recursos extrativos naturais, assim como as formas de organização e relação de trabalho que eram inerentes a este tipo de empresa, que tinha como denominação obrage.

...a chamada obrage foi propriedade e/ou exploração, típica de regiões cobertas de matas subtropicais, em território argentino e paraguaio. O interesse fundamental de um obragero não era a colonização em regime de pequena ou média propriedade, nem o povoamento de suas vastas terras. Seu objetivo precípua era a extração da erva-mate, nativa na região, bem como da madeira em toros, abundante na mata nativa, subtropical. A obrage, portanto, estava ligada ao binômio extrativista: mate-madeira. Essa exploração, típica desde o início do século passado na Argentina e no Paraguai, penetrou de forma natural e espontânea, pelos vales navegáveis do Paraná e Paraguai. Como o controle geoeconômico da navegação do sistema do Prata pertencia à Argentina, foram os obrageros desta nação, os principais responsáveis pela

³Obrages são grandes propriedades e/ou um sistema de exploração pertencentes a companhia estrangeira com a finalidade de extração da madeira e erva-mate em território brasileiro.

introdução desse sistema em território brasileiro, ou mais especificamente: paranaense e mato-grossense. (Wachowicz, 1982: 44)

Os grandes interessados na exploração dessa atividade (binômio mate-madeira) eram os argentinos e os paraguaios, que utilizavam como mão-de-obra os chamados “mensus,” ou seja, mensalistas que trabalhavam nas obrages. Essas empresas exerceram uma poderosa hegemonia e impuseram seu modo de produção e as relações sociais na região.

Um dos fatores fundamentais para manter-se como sistema de Obrage era o seu isolamento, isto é, o controle dos caminhos de acesso era muito importante para o controle da grande mão-de-obra existente, que era formada principalmente por argentinos e guaranis.

O porto no Rio Paraná centralizava todo o movimento da obrage, ou seja, comprava, vendia gêneros alimentícios a preços exorbitantes, oriundos da Argentina, bem como monopolizava o comércio da erva-mate que era oferecido ao mercado argentino. E toda a transação era feita pela moeda peso argentino, pois era a única que circulava na região.

Dessa forma, as tentativas de valorização e ocupação fracassaram devido à falta de condições econômicas, assim como não existiam as condições devidas de penetração no sertão de mata para a inserção da Região Oeste à economia nacional. Todavia, mais tarde, o Movimento Militar 1924/25 que se deu na região, desarticulou e destruiu as relações de produção das obrages.

Esclarece-se melhor esta passagem quando Wachowicz afirma,

...a presença de revolucionários paulistas e gaúchos nas regiões das barrancas do Rio Paraná, prestou afinal de contas, um grande serviço para a região. Revelou para o País inteiro, a situação social e econômica em que se encontravam as populações da região. (...) A revolução de 1930 veio encontrar o Oeste do Paraná ainda dominado pelas obrages. (Wachowicz op. cit. 140)

Nesse sentido,

...todo esse processo de transformação, tem profundas ligações com o movimento histórico da Revolução de 1930, com a implantação de um Estado criador das classes sociais modernas, da industrialização e das relações cidade-campo. No caso específico do Oeste do Paraná, as políticas que derivaram da Revolução de 1930 (ocupação de espaços vazios pela redistribuição de população, marcha para o Oeste e interligação das ilhas de desenvolvimento) assumem significado especial. (Emer op. cit. 83 ; 84)

A passagem da Coluna Prestes pela região Oeste também teve papel importante ao constatar e denunciar a situação de abandono nacional e a dominação de estrangeiros. Foi necessário tomar medidas que coibissem a entrada de mais estrangeiros bem como seu alastramento pela região e simultaneamente povoar a região e integrá-la ao contexto nacional.

Getúlio Vargas, no ano de 1932, reforçou a necessidade de abasileiramento na área de fronteira adotando o decreto 19.842, proibindo a permanência de estrangeiros em regiões de fronteira, com o propósito de reforçar a segurança nacional. A população

estrangeira que se encontrava na região tinha obrigatoriamente de nacionalizar-se ou retirar-se para fora da região.

Desse modo, a intervenção do governo federal teve papel decisivo na decadência das companhias estrangeiras. As tropas revolucionárias contribuíram para o declínio das obras, que já vinham entrando em crise. O governo exigiu das companhias estrangeiras instaladas nas regiões de fronteiras o mínimo de 2/3 do quadro de seus funcionários de nacionalidade brasileira.

A Marcha para o Oeste teve decisões políticas importantes para a unificação de núcleos coloniais ao nacional.

Assim,

...o argumento de ocupar vazios demográficos está vinculado ao objetivo de abrir caminhos para ser ocupado pelo contingente populacional excedente de antigos núcleos coloniais, ocupando regiões com população nacional neutralizando a presença de estrangeiros resultando no abasileiramento de fronteiras geo-políticas. (Gregory, 1994: 75)

Com a Revolução de 1930 foi possível revelar para o resto do País a preocupação de ocupação das fronteiras do Oeste paranaense. Nesse sentido, com a Marcha para o Oeste, iniciou-se uma nova fase da história paranaense.

Na concepção dos intelectuais ideólogos, Silvio Romero, Cândido Rondon, Tristão Araripe, Cassiano Ricardo, entre outros, conceberam a idéia da Marcha para o Oeste, ideologia do bandeirantismo e do nacionalismo que caracterizou o Estado Novo no governo ditatorial de Getúlio Vargas. Esse argumento de ocupar a fronteira tinha outro objetivo, ou seja, abrir caminho para o excedente populacional do Rio Grande do Sul em

benefício de capitalistas gaúchos que poderiam se instalar no Oeste Paranaense, bem como de criar nesta região uma nova base de apoio político.

A competição pela ocupação entre os governos federal e estadual criaram um clima de atrito, prevalecendo a força de Getúlio Vargas com a criação do Território Federal do Iguaçu, o qual seria extinto em 1945 com a queda de Getúlio.

O movimento tenentista, preocupado com os destinos políticos do Brasil, buscou conhecer a real situação da nação e propor um projeto de desenvolvimento nacional para inserir o País no contexto mundial que exigia a substituição de importações via aumento e diversificação da produção de alimentos e de matérias-primas, simultaneamente à industrialização.

Assim,

...a história do Oeste do Paraná está relacionada ao movimento tenentista e inserida ao contexto da discussão nacional das décadas de 1920 e 1930. A coluna liderada por Miguel Costa, oriunda de São Paulo, chegou à região em 1924, ocupando Guaira. Em 1925 as tropas gaúchas, lideradas por Luís Carlos Prestes, se encontraram com as de Miguel Costa, provocando um processo de evacuação da região. A presença dos tenentes no Oeste do Paraná atraiu, também, as tropas legalistas de Artur Bernardes, de cuja incursão resultou o estabelecimento de uma linha telegráfica sob a orientação do Marechal Cândido Rondon. (...) a adoção de um modelo de desenvolvimento nacional, a partir da Revolução de 1930, fez com que o Brasil buscasse definir as suas fronteiras, integrando os seus espaços produtivos para a incrementar a produção agrícola e a industrialização. Esta integração só se faria possível mediante um processo de ocupação e

colonização. O movimento tenentista, a política nacionalista de Vargas e a criação do Território do Iguaçu em setembro de 1943, contribuíram substancialmente para a decadência das Obrages e, em especial, da Companhia de Madeiras del Alto Paraná, que posteriormente foi vendida a Alberto Dalcanalle e Paschoal Ruaro. (Schallenberger e Colognese, 1994: 20-21)

Com a venda da Fazenda Britânia (companhia inglesa) ao grupo gaúcho, a Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S.A - MARIPÁ, com sede no Rio Grande do Sul, com filial na cidade de Toledo, no Estado do Paraná, passou a investir de forma decisiva na região, negociando a compra e venda de extensa área de terra e tornando-se a principal empresa de colonização da Região Oeste do Paraná.

Os objetivos da MARIPÁ S.A, segundo os seus estatutos, eram: “a exploração industrialização, beneficiamento e comércio de madeira; produção industrialização da erva-mate; compra e venda de terras e colonização; agricultura e pecuária em geral; participação em qualquer ramo de indústria e comércio”. (1946, artigos 2º)

Tendo como propósito dinamizar a comercialização das terras e simultaneamente desenvolver a ocupação efetiva da região, a empresa iniciou na década de 50 uma colonização com características norteadoras para atender futuros migrantes principalmente do Sul. Assim, o plano de colonização que garantiu o sucesso desse empreendimento foi a opção pelo sistema de pequenos lotes rurais e o desenvolvimento da policultura com o uso da mão-de-obra familiar que já se praticava no Rio Grande do Sul e Oeste de Santa Catarina.

Dessa forma, segundo Wachowicz (op. cit. 173) “a MARIPÁ criou três tipos de propriedade: o lote urbano, a chácara e a propriedade rural (colônia)”.

O valor da propriedade rural na localidade de origem, no Rio Grande do Sul, era maior que o da Região Oeste e tornava-se atrativo adquirir e investir em terras no Oeste do Paraná. Além disso, outros fatores chamavam a atenção dos colonos: os solos férteis, grandes áreas de terras que poderiam ser cultivadas distantes de morros, ricas em água, clima agradável, e perspectiva de ganhar dinheiro e ter uma melhor qualidade de vida.

Com o início da ocupação da região Oeste, a produção estava organizada, segundo Paula,

(...) em torno do atendimento ao consumo imediato da família. Nesse período (1920 a 1930) no entanto, a atividade mercantil que mais mobilizou a população não só regional, mas principalmente de fora, foi a extração da erva-mate, que era demandada pelo mercado argentino e Paraguai.

A venda de semi-industriais de consumo imediato (açúcar, sal, roupas, medicamentos, etc) ao colono era feita por pequenos estabelecimentos comerciais (os bodegueiros). A suinocultura era uma atividade que sustentava uma ligação dos colonos com o mercado extra-regional, ligada também ao consumo familiar, da qual se extraía a banha e se utilizava a carne para o consumo. A extração da erva-mate e a criação de suínos foram as duas atividades que promoveram a formação dos primeiros laços mercantes dos produtores, atingindo o âmbito externo da região. A extração da madeira, embora tenha ocorrida mais intensamente após a década de 50, foi uma atividade promovida quase exclusivamente pelas companhias de terra (Companhia Industrial Madeireira Colonizadora do Rio Paraná - MARIPÁ e a Terra Pinho no Oeste). (PAULA, 1983: 32-35)

Foi a partir da década da 40 que se iniciou, de forma paulatina, o processo de ocupação efetiva do Oeste, em função das movimentações populacionais e de capitais que se dirigiam para o Oeste paranaense.

A ocupação particular se deu através das companhias colonizadoras (Colonizadora MARIPÁ, Colonizadora Gaúcha, Colonizadora Bento Gonçalves, Colonizadora Pinho Terra, Colonizadora Norte do Paraná) que compravam grandes quantidades de terras principalmente de empresas que anteriormente pertenceram a grupos estrangeiros como foi o caso da Colonizadora MARIPÁ, a mais importante colonizadora da região Oeste, que era de capital de um grupo gaúcho.

Assim, Mello afirma que:

... a maior parcela das melhores terras para a agricultura da região, aqueles solos de melhor qualidade e menor declive, ficaram nas mãos das madeiras colonizadoras. O requisito fundamental para que o colono tivesse acesso àquelas terras oferecidas pelas companhias colonizadoras, era a sua disponibilidade de recursos para adquirir o lote. (...) eram assentados elementos da mesma origem e procedência, portanto, com a mesma forma de organização e exploração agrícola. A colonização pertencente à MARIPÁ e que parte do município de Toledo em direção ao oeste, foram assentados colonos do sul de descendência italiana e alemã. (...) nas áreas colonizadas pela Pinho e Terra, também predominou o assentamento de colonos do sul, (...) a colonizadora gaúcha, assentou também elementos paulistas, em áreas que julgavam propícios ao cultivo do café. Da mesma forma na colônia Peruíbe, situada ao Norte da região, no Vale do Piquiri, a Colonizadora Norte do Paraná - CONAPA, assentou elementos ligados à lavoura cafeeira,

oriundos do Norte do Estado, cuja população era composta, sobretudo por paulistas e mineiros. (Mellos, 1988: 108-109)

A colonização espontânea teve também importância na região, pois o camponês comprava do caboclo (habitante tradicional da região) o direito de propriedade, ou então, se apossava de uma área desocupada (denominada de posseiro). Esse tipo de colonização se deu em terras devolutas ou sem intermediários, ou seja, diferente das migrações que adquiriam terras das antigas obras e/ou companhias colonizadoras.

Com as melhorias da antiga Estrada Estratégica que ligava Catanduvas a Foz do Iguaçu (atualmente BR 277), assim como das melhorias nas condições das estradas e nos transportes rodoviários de caminhões e de outros veículos automotores a partir da década de 50, o Oeste Paranaense passou a ter condições fundamentais de iniciar sua base econômica e sua inserção econômica a nível regional, estadual e nacional.

Isso facilitou, sobremaneira, a comercialização dos produtos excedentes agrícolas do Oeste do Paraná com São Paulo que em contrapartida adquiria os produtos industrializados.

Dessa forma, Cascavel, Guaíra, Foz de Iguaçu, Toledo, e cidades próximas se abasteciam também de produtos industriais vindos de Guarapuava, Ponta Grossa, Curitiba, cujo transporte era feito por carroças, jeeps e caminhões que chegavam a Cascavel e Foz de Iguaçu e distribuíam para as demais localidades da região. Por outro lado, os excedentes de produtos agrícolas eram vendidos para Guarapuava e Ponta Grossa devido à estas cidades estarem ligadas com os centros consumidores do País por via rodoferroviária.

No entendimento de Padis:

...o melhoramento das vias de acesso a região devido a implantação de um sistema viário permitiu maior fluxo de pessoas que se dirigiam para o Extremo-Oeste do Paraná na sua maioria originária do Sul, e principalmente ligando a Oeste Paranaense as grandes regiões consumidoras, articulando-se e estabelecendo-se vínculos sociais e econômicos com o próprio Estado do Paraná, e com outras regiões do País, principalmente com São Paulo e Rio de Janeiro. Padis (op. Cit. 153-157)

Entretanto, com o aparecimento dos excedentes de produção agrícola, decorrente da boa qualidade do solo, o lucro da extração da madeira por empresas nacionais e a superação do nível do autoconsumo, foi responsável para a estruturação da base econômica regional, e que nas afirmações de Padis (op. cit. 171), permitiu que “a região começasse a surgir como significação econômica a partir de 1960”.

4.3 - O Crescimento Regional Em Função Dos Produtos De Exportação

O crescimento da Região, como já foi visto, está intimamente associado ao surgimento do parque industrial moderno produtor de bens de capital, intermediário e de insumos e com a ação das políticas do Estado que promoveu a expansão da fronteira agrícola através do fornecimento de recursos de crédito e a ampliação da malha viária (rodovias e ferrovias) pelo País, a qual possibilitou a agricultura do Oeste Paranaense, via produtos de exportação, integrar-se ao setor secundário, tanto na obtenção de insumos modernos quanto na produção.

Essas políticas estão expressas no Plano de Ação do Governo-PAEG para o período 1965-66 tendo como objetivo principal “acelerar o ritmo de desenvolvimento econômico do País” dentre outros e, no II Plano Nacional de Desenvolvimento-PND (1975-79) que definia a função da agricultura e da pecuária na estratégia nacional de desenvolvimento, significando, por um lado, a expansão do Produto Interno Bruto (PIB) com menor preço para o consumidor, maior renda para o produtor rural e melhor padrão de vida, por outro lado, efetiva a vocação do País e neste particular o Oeste Paranaense passou a ser em parte um supridor nacional, regional e até mundial de alimentos mais especificamente de produtos agrícolas de exportação.

Nesse sentido, as políticas adotadas nas década de 60 e 70 até o início dos anos oitenta tinham como principais objetivos para o Brasil o equilíbrio da balança comercial, a diminuição da inflação, a superação do problema energético e colocam a agropecuária nacional como sendo o setor prioritário da economia nacional.

A partir do final da década de 60 e início da década de 70 a mecanização da agricultura nacional viabilizou a implantação e expansão de empreendimentos econômicos agrários modernos na região em função dos produtos de exportação. O crescimento da base de exportação regional, ou seja, o Oeste Paranaense cresceu em função dos produtos agrícolas de exportação, especificamente soja e trigo, conforme a TABELA 2.

TABELA 2 - TAXA DE CRESCIMENTO DA ÁREA E DA PRODUÇÃO DE SOJA E TRIGO NO OESTE-PARANAENSE EM 1970-1990.

ANOS	SOJA				TRIGO			
	Área(ha)	%	Produção (t)	%	Área (ha)	%	Produção (t)	%
70	195.000	-	228.230	-	92.100	-	81.363	-
71	249.550	27,97	308.949	35,37	115.410	25,31	114.424	40,63
72	347.400	39,21	407.508	31,90	182.795	58,39	85.243	(25,50)
73	469.945	35,27	820.054	101,23	211.206	15,54	233.833	174,31
74	806.601	71,64	1.653.270	101,61	371.029	75,67	751.154	221,24
75	1.091.800	35,36	2.669.523	61,47	324.741	(12,47)	180.529	75,97
76	1.206.726	10,53	2.900.664	8,66	513.656	58,17	180.529	0
77	1.283.762	6,38	2.941.084	1,39	835.029	62,57	675.427	274,14
78	1.304.355	1,60	1.701.479	(42,15)	972.286	16,44	926.534	37,18
79	1.326.305	1,68	2.270.621	33,45	1.050.737	8,07	919.542	(0,75)
80	1.304.561	(1,64)	2.542.900	12,0	1.013.446	3,55	1.028.130	11,81
81	1.160.500	(11,04)	2.751.138	8,19	661.323	(34,75)	717.452	(30,22)
82	1.126.000	(2,97)	2.239.879	(18,58)	791.246	19,65	700.096	(2,42)
83	685.743	(39,10)	1.574.577	(29,70)	360.268	(54,47)	367.832	(47,46)
84	740.995	8,06	1.384.760	(12,06)	338.151	(6,14)	510.238	38,71
85	740.720	(0,04)	1.429.807	3,25	476.640	40,95	1.040.354	103,90
86	631.750	(14,71)	560.710	(60,78)	609.700	27,92	937.871	(9,85)
87	480.650	(23,92)	1.091.182	94,61	565.600	(7,23)	1.150.972	22,72
88	642.900	33,76	1.455.931	33,43	590.500	4,40	921.461	(19,94)
89	726.790	13,05	1.635.505	12,33	681.020	15,30	965.821	4,81
90	685.370	(5,70)	1.474.051	(9,87)	492.928	(27,62)	277.394	(71,28)

Fonte: SEAG/DERAL - Núcleo Regional de Toledo 1996.

SEAG/DERAL - Núcleo Regional de Cascavel 1996.

Os dados revelam que houve maior incorporação de área para o cultivo da soja nos anos de 74 e 75, ou seja, representando uma taxa de crescimento de 71,64% e 35,36%

respectivamente, enquanto a maior expansão, em números absolutos, se verificou no ano de 1979 com 1.326.305 ha. A partir daí houve redução da área na região.

A maior taxa de crescimento da produção da soja se deu o ano de 1973 e 1974 o que responde com um percentual de 101,23% e 101,61%, respectivamente. A maior produção realizada se deu no ano de 1977 com 2.941.084 toneladas. A partir deste ano até 1982 a produção manteve-se aproximadamente em 2.300.000 toneladas e depois começou a decair e chegou em 1990 com uma produção de 1.474.051 toneladas.

Quanto ao trigo, os dados mostram que a partir de 1974 houve a maior taxa de incorporação de área que correspondeu a 75,67% em relação a 1973, porém em termos absolutos a maior incorporação registrada foi em 1979 com 1.050.737 ha. Quanto à produção de trigo, a maior taxa de crescimento aconteceu em 1974 e em 1977 com 221,24% e 274,14% respectivamente. O maior crescimento da produção de trigo verificada no Oeste Paranaense foi em 1987 com 1.150.912 toneladas. A partir deste ano houve declínio na produção, chegando em 1.990 com uma produção apenas de 277.394 toneladas. Todavia, a TABELA 3, mostra melhor a evolução da produção e da área de cada uma dessas culturas.

TABELA 3 - EVOLUÇÃO DA ÁREA DE PRODUÇÃO DA REGIÃO OESTE-PARANAENSE 1970/1990.

		1970	1975	75/70	1980	80/75	1985	85/80	1990	90/85
Soja	Área	195.000	1.091.800	560%	1.304.561	119%	740.420	(43%)	685.370	(7%)
	Produção	228.930	2.669.523	1.166%	2.542.900	(5%)	1.429.807	(44%)	1.474.051	103%
Trigo	Área	92.100	324.741	353%	1.013.446	312%	830.795	(18%)	492.928	(41%)
	Produção	81.363	150.529	185%	1.028.130	683%	1.040.354	101%	277.394	(73%)

Fonte: SEAG/DERAL - Cascavel-Toledo 1996.

Os dados da tabela 3 revelam que a produção da soja teve grande evolução no período 75/70, ou seja, em 1975 representou 1.166% em relação a 1970, enquanto a evolução da expansão da área incorporada para a produção foi de 560%. Em 1980 em relação a 1975 a evolução da produção da soja sofreu declínio em 5% enquanto a área apresentou evolução positiva em 119%. A produção da soja voltou a ter evolução positiva em 1990 de 103% em relação a 1985 e a área incorporada para produção sofreu redução de 7% .

Quanto ao de trigo, este teve uma evolução positiva de produção assim como de expansão da área incorporada para o período de 1970 a 1985. A maior evolução da produção de trigo que se verificou foi de 683% em 1980 em relação a 1975 e uma evolução de 312% na área incorporada. A partir de 1985 houve redução da produção assim como na incorporação de área, apresentando uma produção negativa de 73% e um declínio na área de 41% em 1990 em relação a 1985.

Esses dados confirmam que a Região Oeste Paranaense respondeu favoravelmente, através dos produtos de exportação, às políticas de desenvolvimento nacional para a agricultura e ainda, revelam que o Oeste cresceu em função dos produtos de exportação. Os produtos de exportação formaram a base de exportação regional que refletiu no crescimento das atividades econômicas da região.

O Oeste Paranaense foi sensível aos impactos de transformações externas. Nesse sentido, os determinantes básicos de crescimento são o volume e a produção dos produtos modernos de exportação e a capacidade de introduzir e adaptar a inovação tecnológica no setor produtivo regional.

4.4. Estimativa do Multiplicador da Base de Exportação do Oeste Paranaense

A Base de Exportação do Oeste Paranaense, como já foi visto, teve na agropecuária, particularmente na soja e no trigo, os seus elementos fundamentais. No entanto, ela não se resumiu a esses produtos. Assim sendo, far-se-á, nesta seção, uma estimativa do que poderia ser essa base e, em decorrência, obter-se-á um multiplicador da base econômica.

Não é tarefa fácil quantificar essa base econômica. O que será apresentado aqui é uma estimativa rudimentar de um multiplicador do emprego básico, seguindo a metodologia descrita em Schickler (1972). Como é sabido o multiplicador obtido sofre severas restrições fartamente encontradas na literatura. Mesmo assim é útil para ilustrar esta discussão.

Considerando-se a equação abaixo:

$$E = EB + EN$$

Onde:

E = Emprego total

EB = Emprego básico

EN = Emprego não-básico

Admitindo a proporcionalidade entre o emprego não-básico e o emprego total tem-se que:

$$EN = \alpha E \quad \text{para } (0 < \alpha < 1)$$

$$E = \alpha E + EB$$

$$EB = E - \alpha E$$

$$EB = E (1 - \alpha)$$

$$E = 1/1-\alpha. EB$$

ou $E = K EB$ sendo que K representa o multiplicador de emprego da região.

O problema será fazer uma estimativa adequada do emprego básico e conseqüentemente de α . A metodologia proposta por Hoyt e apresentada por Schickler inclui os seguintes passos:

1- “determinar o número de pessoas ocupadas nos principais tipos de atividades urbanas;

2- determinar o emprego nas indústrias de transformação, excluindo as empresas cujas produções são destinadas, predominantemente, para o mercado local;

3. determinar o emprego nas indústrias extrativas, que certamente produzem para o mercado não-local;

4. determinar o emprego nos governos não-locais, nos serviços de transporte e comunicação, nas atividades de recreação e nas que servem a turistas;

5. determinar a participação da cidade na renda nacional; aplicar esta percentagem ao número total de pessoas ocupadas nas atividades comerciais, financeiras, profissionais liberais e outras; supor que o excesso de emprego da cidade, além da percentagem acima, seja emprego básico. Por exemplo, se 15 milhões de pessoas estão empregadas em atividades comerciais no país e se a cidade participa em 1% na renda nacional, supõe-se que 150.000 empregos sejam necessários nestas atividades da cidade; se agora a cidade ocupa 200.000 pessoas no comércio, admite-se que 50.000 sejam empregos básicos;

6. somar os itens 2-5 e achar a participação de cada classe de atividade básica neste total. As percentagens assim calculadas indicam a importância de cada tipo de atividade para o desenvolvimento da área urbana". (Schickler, 1972 : 19-20)

O quociente de localização é um aperfeiçoamento do item 5 da metodologia proposta por Hoyt. Neste estudo foi considerado da seguinte forma:

$$QL = \frac{\frac{Si}{S}}{\frac{Ni}{N}}$$

Onde:

QL = quociente de localização

Si = emprego, na atividade i na Região Oeste

S = emprego total, na região

Ni = emprego na atividade i, no Brasil

N = emprego total, no Brasil

Quando o quociente de localização para uma determinada atividade i, da região for superior a um, admite-se que o valores maiores que a unidade, indicam atividades de exportação ou emprego básico.

Isso pode ser observado quando o emprego está ligado às atividades básicas de exportação, ou seja pela relação: $\frac{Si}{S} > \frac{Ni}{N}$ que quando o valor obtido será maior que a unidade, supondo que a Região-Oeste exporta o excedente para o Brasil.

Nesse sentido, Cruz (1977: 25), citando Vasconcelos, apresenta a seguinte fórmula para calcular o emprego básico de uma região, particularmente através dela é possível determinar as atividades e o emprego básico e não-básico da Região Oeste Paranaense em 1970 e 1980:

$$Bi = Si - St \left(\frac{Ni}{Nt} \right)$$

onde,

Bi = emprego básico da atividade na região Oeste

Si = emprego na atividade i da Região Oeste

St = emprego total da Região Oeste

Ni = total de emprego nas atividades do País

Nt = total de emprego no País

Em 1970, ao analisar a base econômica do Oeste Paranaense, foram verificadas como atividades básicas ou de exportação, a agricultura, a pecuária e a silvicultura que apresentaram um coeficiente locacional maior que 1 (um), que em termos de valores representaram 90.674, assim como as atividades industriais, como pode ser verificado pela Tabela 4.

TABELA 4 - BASE ECONÔMICA DO EXTREMO-OESTE PARANAENSE - 1970

Ramos de Atividade	Extr. Oeste	Brasil	Base Exportação	
Agric. Pec. Silv.	207.531	13.090.358	90.673,47	90.673,47
Ativ. Industriais	16.416	5.295.427	-30.856,24	16.416
Comércio	10.119	2.263.539	-10.087,60	
Prestação de Serviço	12.019	3.624.494	-20.354,68	
Transp. Comum	4.776	1.244.395	-26.632,70	
Atividades Sociais	4.595	1.429.833	-8.169,11	
Adm. Pública	3.212	1.152.341	-7.074,94	
Outras	4.825	1.414.049	-7.798,20	
Total da PEA	263.493	29.516.436	<i>Emprego Básico</i>	107.089
			<i>Emprego não Básico</i>	156.404
			<i>Alfa</i>	0,59357754
			<i>1-Alfa</i>	0,40642246
			<i>Multiplicador</i>	
			<i>Emprego</i>	2,46049393

Fonte: IBGE - Censo Demográfico -1970

Do total da População Economicamente Ativa do Oeste Paranaense de 263.493 e para o Brasil de 29.516.436, foi verificado 107.089 de emprego básico e 156.404 não-básico, o qual correspondeu a um multiplicador de emprego de 2,5, ou seja, significando que a Região Oeste teve um efeito multiplicador de crescimento em 2,5.

Quando se analisa a base econômica do Oeste em 1980 verifica-se uma intensificação e expansão da base de exportação. Isso pode ser observado quando comparado ao multiplicador de emprego de 70 que foi de 2,5 e 80 passou para 3,8 como mostra a TABELA 5.

TABELA 5 - BASE ECONÔMICA DO EXTREMO-OESTE PARANAENSE - 1980.

Ramos de Atividade	Extr. Oeste	Brasil	Base Exportação	
Agric. Pec. Silv.	160.301	12.661.017	58.065,26	58.065,26
Ind. Transformação	24.870	6.939.421	-31.164,75	24.870
Constr. Civil	27.663	3.171.046	2.057,30	2.057,30
Outras Ativ. Industr.	2.060	661.996	-3.285,51	2.060
Comércio	36.397	4.037.917	3.791,45	3.791,45
Transp. Comun.	11.642	1.800.243	-2.894,68	
Prestação Serviço	47.535	7.032.126	-9.248,32	
Atividades Sociais	15.254	2.971.100	-8.737,17	
Adm. Pública	7.845	1.722.284	-6.062,18	
Outras	7.769	1.274.376	-2.521,39	
Total da PEA	341.336	42.271.526	<i>Emprego Básico</i>	90.844
			<i>Emprego não Básico</i>	250.492
			<i>Alfa</i>	0,73385755
			<i>1-Alfa</i>	0,26614245
			<i>Multiplicador Emprego</i>	3,75738629

Fonte: IBGE - Censo Demográfico - 1980

As atividades que passaram a ser atividades básicas ou de exportação na região foram a agricultura, a pecuária, a silvicultura; indústrias de transformações; construção civil; outras atividades e o comércio. Assim, do total da População Economicamente Ativa no Oeste Paranaense de 341.336 e no Brasil de 42.271.526, foi determinado para a Região 90.844 de emprego básico e 250.492 de emprego não-básico.

Isso quer dizer que o crescimento do Oeste está assentado sobre a base de exportação e que a mesma está se diversificando e se difundindo para outros setores ou atividades básicas ou de exportação da região. No entanto, os resultados para os dois

decênios, 1.970 e 1.980, confirmam o papel fundamental das atividades agropecuárias na formação da base de exportação regional.

Em síntese, a ocupação da Região Oeste está ligada à forma de exploração econômica e da fronteira de expansão agrícola. A origem dessa etapa de processo de ocupação, colonização e formação da base de exportação, do espaço econômico do Oeste Paranaense e seus primeiros sinais de integração ao mercado nacional e internacional foi marcada, de um lado, pelo fluxo do capital estrangeiro na extração da erva mate e madeira e, por outro lado, a frente sulista dentre as três fronteiras de ocupação foi a que mais se destacou na ocupação e colonização e início de uma agricultura de subsistência. A frente camponesa sulista formada por gaúchos e catarinenses devido a necessidade de novas áreas de terra para expansão dos investimentos, fez com que avançassem em terras paranaenses especificamente nas Regiões Sudoeste e Oeste do Paraná. Nesta fase, observou-se a expansão das relações de troca de mercadorias e os primeiros sinais da formação da base de produção agrícola na região, refletindo sobretudo uma pequena relação de inserção da produção agrícola regional e seu estreitamento dos laços com o mercado nacional e exterior, principiando a formação de uma estrutura mercantil que passará a se articular de forma mais intensa a partir dos anos 50.

A partir da década de 60 e durante a década de 70, a modernização da agricultura nacional viabilizou a introdução de instrumentos modernos na agricultura regional, possibilitando o crescimento do Oeste em função dos produtos de exportação, soja e trigo. Entretanto, fez-se uma estimativa do que seria esta base, em decorrência do multiplicador da base. Foi observado que em 1970, chegou-se ao multiplicador de 2,5 o qual intensificou-se em 3,8 em 1980.

Esta nova etapa, na qual vai se dar a estruturação da base de exportações, especificamente no início do primeiro estágio da base de exportação, formação, a evolução da mesma e sua vinculação com o nacional, é objeto de estudo do próximo capítulo.

V. A ESTRUTURA DA BASE DE EXPORTAÇÕES DA REGIÃO OESTE E SUA INSERÇÃO NO ÂMBITO NACIONAL

5.1. O marco histórico da economia do Oeste Paranaense

A população que se deslocou para a região determinou a construção inicial da base econômica no final da década de 40 e década de 50. Assim, até 1950, a região caracterizou-se por uma economia predominantemente de subsistência com pouca comercialização de produtos agrícolas, e com um nível tecnológico baixo.

Na concepção de North, as regiões passaram por uma sequência de estágios de desenvolvimento, no qual o Oeste Paranaense se insere, ou seja,

...o primeiro estágio da história econômica da maioria das regiões é uma fase de economia de subsistência, auto-suficiente, na qual existe pouco investimento ou comércio. A camada principal da população, a agrícola, localiza-se de acordo apenas com a distribuição dos recursos naturais; segundo, à medida em que ocorrem melhorias nos transportes, a região passa a desenvolver algum comércio e especialização local; terceiro, diz respeito ao aumento do comércio inter-regional a região tende a se deslocar através de

uma sucessão de culturas agrícolas que vão da pecuária extensiva à produção de cereais, à produção de laticínios à horticultura; o quarto, refere-se por causa do crescimento da população e dos rendimentos decrescentes da agricultura (...) é forçada a se industrializar nos seus primeiros estágios de industrialização baseiam-se, tipicamente, em produtos agrícolas isto é, em atividades de processamentos de alimentos e, por último atinge-se o estágio final do desenvolvimento regional quando a região se especializa em atividades terciárias, produzindo para exportação. (North, op. cit: 293)

De acordo com Padis,

...ao mesmo tempo em que desenvolveu especialmente as culturas de trigo, milho, batata e frutas, incentivaram - embora em pequena escala - a criação de suínos e bovinos, desenvolviam atividades artesanais de fiação e tecelagem, fabricavam vinho, moíam o trigo etc. Tais atividades se desenvolveram em nível tecnológico relativamente baixo, com pouca mecanização, apesar de certa especialização de atividades e conseqüentemente, de uma visível divisão do trabalho. (Padis, op. Cit: 167)

Dessa forma, à medida que vão ocorrendo mudanças na organização agrícola devido às políticas nacionais e da ampliação e inserção do mercado regional ao resto do País e do mundo, as mercadorias regionais, principalmente os produtos agrícolas de exportação como a soja e outros, passaram a ser os elos de ligação com mercado nacional via melhorias nos transporte.

Complementando, Paula (1983: 45) afirma que “a chegada dos imigrantes permitiu a sua integração à sociedade capitalista, acumulando os requisitos para se tornar um pedaço da agricultura nacional”.

O início do crescimento econômico regional estava relacionado: à produção de gêneros alimentícios e suínos, inclusive produtos secundários (manteigas, queijo, produtos derivados do suíno, etc.) pelos colonos; com os bodegueiros e estes com os comerciantes de fora da região com produtos semi-industrializados (sal, açúcar roupas, ferramentas, etc); com a intensificação da comercialização com outras atividades e serviços urbanos, tais como: hotéis, pensões, pequenos armazéns de secos e molhados, etc. Além de grande número de serrarias que ocupavam um número elevado de mão-de-obra, ampliando consideravelmente o mercado consumidor de produtos e serviços.

A existência de máquinas agrícolas, carroças, caminhões, jeeps e tratores, ampliou as oportunidades para os trabalhadores especializados em mecânica, tornearia e assistência, ferraria e outros, além de profissionais liberais, que passaram a dar mais dinamismo para certos núcleos urbanos que se formavam na região: Cascavel, Foz de Iguaçu, Toledo, Guaíra, Marechal Cândido Rondon, Assis Chateaubriand e Palotina.

5.2. O primeiro Estágio da Economia Extrativa e Subsistência (1950-1960)

Durante a década de 50 :

...o sistema produtivo de modo geral, repousava no tripé da produção agropecuária dos colonos, pequenos proprietários com trabalho familiar; na

exploração de madeira por inúmeras pequenas serrarias, que empregavam muitos trabalhadores; o comércio de inúmeros armazéns familiares de secos e molhados para o fornecimento de produtos industrializados à população regional e intermediação na comercialização de produtos dos colonos. (Emer, op. cit.: 148)

A extração da madeira após a década de 50, praticada quase exclusivamente pelas companhias de terras, possibilitou acumulação, através do comércio de terras, da exploração predatória das reservas existentes em abundância.

A redefinição do desenvolvimento econômico nacional, nessa década, pela associação do capital industrial nacional ao capital estrangeiro, desencadeou no País uma acelerada urbanização, aumentando consideravelmente o consumo de madeira, utilizada tanto na construção civil como na indústria de móveis, além da demanda por gêneros alimentícios.

A exploração da madeira também passou a ser feita em outras bases, ou seja, do corte de toras, passou a existir a indústria da madeira, a qual exercia o papel de pré-industrialização, desdobrava a madeira em diversos tipos, isto é, tábuas padronizadas, ripas, vigas, lâminas e beneficiamento, dentro dos padrões exigidos pelas indústrias de imóveis e pela construção civil.

No entendimento de Oliveira (1980: 115), “os anos cinquenta marcam o aprofundamento da divisão social do trabalho na direção da industrialização tornando a indústria o motor e o centro dinâmico da economia, portanto de sua expansão”. Nesse sentido, a ampliação do dinamismo nacional repercutiu em direção à Região Oeste do Paraná e, simultaneamente, ela respondeu às transformações que estavam ocorrendo a nível nacional. Como exemplo dessa época é a Colonizadora MARIPÁ que ajudou na

instalação de indústrias como carpintarias, marcenarias e outras atividades ligadas ao próprio setor, assim como teve papel decisivo em outras atividades como oficinas mecânicas, moinhos, máquinas de beneficiamento, etc. Esse fator foi importante, porém a economia do Oeste Paranaense, naquele momento, era formada basicamente pelos produtos agrícolas de subsistência (arroz, feijão, milho, suínos, etc.) que em decorrência da industrialização do País e o início da aglomeração urbana-industrial nos grandes centros como São Paulo e Rio de Janeiro passaram a demandar maior volume de produtos alimentares e a Região passou a suprir parte dessa demanda exportando via cerealistas regionais, caminhoneiros e outros para esses centros e outras regiões do País. E com o decorrer do tempo e com o sucesso da Colonização, da exportação dos produtos primários de subsistência principalmente, e a extração da madeira, motivaram outros grupos ou pessoas a investirem, abrindo seus próprios negócios na região. Dessa forma, vai surgindo no Oeste sua base econômica e iniciando sua integração ao espaço econômico nacional na década de 50.

O Oeste, a partir da intensa colonização, até a década de 60, desenvolveu o comércio de excedentes de produtos primários, e na medida em que aumentava a mercantilização desses excedentes a região foi estabelecendo as condições próprias de alargamento da sua base de exportação quando da melhoria dos meios de comunicação e transporte (estradas, rodovias, ferrovias, correios, rádio, energia elétrica, telefone, etc.) com os centros urbanos do Estado do Paraná e do País.

O início do processo de acumulação do Oeste formou-se com a industrialização do ciclo da madeira e com a produção de excedentes agropecuários dos colonos, comercializados para fora da região, os quais permitiram a articulação incipiente

ao contexto nacional. Por outro lado, as relações comerciais internas (endógenas) também foram aprofundadas.

As relações mercantis foram estruturadas e sustentadas pela base comercial formada pelos excedentes agrícolas disseminados em toda a Região Oeste do Paraná, ou seja, desde as cidades já formadas, até mesmo os pequenos núcleos e povoados.

Nessa mesma direção, Paula, ao analisar o Sudoeste paranaense afirma que,

...a produção de alimentos, voltada anteriormente para o atendimento das necessidades da família, passa a ser destinada para fora do estabelecimento e até da própria comunidade rural, uma vez que o mercado já se infiltrava praticamente em toda a região. (...) a expansão da economia mercantil, já havia atingido as regiões de origem dos colonos antes de sua migração sendo seu deslocamento para o Sudoeste resultado de uma certa divisão do trabalho transferindo para outras regiões um contingente de produtores capazes de participar da oferta de alimentos para o mercado nacional. Outro ponto a ser indicado é que a migração se constitui não somente de agricultores para ocupar a terra virgem, mas também de comerciantes e outros integrantes que vieram compor o novo espaço da geografia do Estado. (Paula, op. cit.: 59)

No entendimento de Emer:

...a colonização do Oeste do Paraná representou a transferência do sistema de vida e de produção dos colonos dos estados do Sul. A primeira preocupação dos colonos na nova terra, foi iniciar a produção para a subsistência da família e, ao mesmo tempo, para vender, isto é, produzir

mercadorias e iniciar suas relações com o capital comercial. (Emer, op. cit.: 164)

Ao analisar a Região Sudoeste do Paraná, Paula introduz também diversas regiões e principalmente a Região Oeste na expansão horizontal da agricultura, quando afirma que :

...a década de 60 representou, assim, um período de expansão horizontal da agricultura, não só a nível de Sudoeste mas também de Paraná como o todo, posto que havia um processo de também em outras regiões, como o Extremo-Oeste e o Norte. Portanto, as áreas de matas estavam se convertendo em produtoras de alimentos na medida em que seus ocupantes passaram a ter como atividade principal não somente o cultivo do café que liderou a colonização no Norte do Estado mas também a produção de feijão, arroz, milho e a criação de suínos e animais de consumo doméstico . (Paula, op. cit.: 72)

Nesse sentido, o autor continua em suas afirmações:

...a produção alimentar foi, portanto, principalmente nesse período em que sua articulação com a acumulação de capital se fazia, basicamente através do mercado de produtos e que a integração mercantil dos colonos passa a ser feita, a partir dessas atividades responsáveis pelo seu auto-abastecimento e, ao mesmo tempo pela sua monetarização, em torno das quais se formou a estrutura mercantil. (Paula op. cit. 74-75)

Padis trata a região como sendo :

...quase exclusivamente agrícola, sendo extremamente escassas as atividades do setor secundário. E que os núcleos criados na região tem como projeção as atividades econômicas pastoris, sendo, portanto, dependente delas. O nível das atividades desenvolvidas nesses centros, e especificamente a sua diversificação, são diretamente decorrentes de intensidade e da extensão alcançados pelo setor primário. Enquanto que a composição do setor secundário se dava relacionados com a manipulação ou transformação dos produtos primários como, madeiras, beneficiamento de cereais (café, arroz, etc), tratamento e cortume de couros. O setor terciário se manifesta principalmente através dos atendimentos comerciais e financeiros. As unidades financeiras e estabelecimentos bancários estão presentes na região desde a década de 60, exercendo o papel de financiar certas atividades locais e de recolher a poupança obtida na região. E por outro lado, as unidades comerciais atuando como propósito de recolher a produção local e colocá-la nos grandes centros comerciais do País, os quais agiam em consonância com os interesses de estabelecimentos mercantis, indústrias e financeiros dos grandes centros, especificamente de São Paulo. (Padis op. cit. 174-175)

No final da década de 50, o comércio exerceu a função de receptor dos produtos agrícolas e fornecedor de víveres (suínos e aves) e utensílios, estabelecendo uma relação de integração complementar das atividades agrícolas, a qual vai manifestando as primeiras relações de vinculação do mercado regional ao mercado estadual e nacional.

O comerciante tinha influência importante sobre os colonos locais, o qual se constituiem agente de ligação entre os habitantes dos núcleos coloniais regionais ao mercado externo.

5.3. A formação de uma Base Agrícola de Exportação (1960-1970)

A política nacional na década de 50 estava voltada para a industrialização e integração das regiões menos desenvolvidas no espaço nacional e atuava como processo de atração para o crescimento do número de trabalhadores nos centros urbanos industriais, proporcionando uma maior demanda por produtos alimentares e simultaneamente impulsionando o início do crescimento da produção de máquinas e equipamentos para o setor agrário.

Esses fatores passaram a estimular os produtores locais que antes produziam para o consumo local e regional, ou mesmo para complementação alimentar de animais. Entretanto, estimulada pelo setor dinâmico industrial do País localizado principalmente na Região Metropolitana de São Paulo, a Região Oeste passou a responder com novas culturas na década de 60, tais como: soja, trigo, arroz, algodão, hortelã, milho e mandioca.

Os armazéns regionais (antes do aparecimento das cooperativas) atuavam como fornecedores de insumos, sementes e produtos industrializados, também mantinham uma relação de compra e venda dos produtos agrícolas dos colonos.

Embora ainda utilizando baixa tecnologia, a agricultura do Oeste do Paraná foi se integrando ao capital industrial e, ao final da década de 60, marcou significativamente a ampliação e expansão de sua base de exportação, atingindo o auge de sua base e inserção

na década de 70 quando dos movimentos de capitais e pessoas para outras fronteiras agrícolas do País em decorrência do favorecimento de novas políticas nacionais de industrialização e mecanização da agricultura voltada principalmente para os produtos de exportação, possibilitando a mudança no setor produtivo nacional e regional.

A década de 60 marcou, portanto, a manifestação da ampliação da Base de Exportação do Oeste, caracterizada pelo desenvolvimento das culturas novas, soja e trigo, em detrimento das tradicionais, embora sem ainda ter um suporte de recursos de financiamentos por parte do governo federal assim como de tecnologia mais avançada, o que acabou acontecendo no final da década e intensificou-se durante a década de 70.

Na década de 60, o uso da terra foi intensificado e ampliado com o desenvolvimento das culturas temporárias em substituição às culturas permanentes, conforme demonstra a Tabela 6.

TABELA 6 - EXTREMO OESTE PARANAENSE - ÁREA DE LAVOURAS PERMANENTES E TEMPORÁRIAS - 60/70/75.

Áreas de Lavouras	Permanentes	Temporárias
Ano		
1960	1,3	6,3
1970	4,5	17,6
1975	6,2	22,9

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário do Paraná - 1970

Sinopse preliminar do Censo Agropecuário do Paraná - 1975

In: CODESUL. O papel social do pequeno estabelecimento rural no Paraná
Agosto 1978. P. 147.

As lavouras temporárias tiveram amplo destaque sobre as permanentes. Em 1960 a área ocupada pelas temporárias foi de 6,3% e as permanentes apenas 1,3%. Em 1970 essas lavouras representam 17,6% enquanto as permanentes tiveram um crescimento de 4,5%.

A soja foi a mais importante das lavouras temporárias e a principal responsável pelo crescimento da produção agrícola e da região, seguida pelo trigo, conforme a TABELA 7.

TABELA 7 - EXTREMO-OESTE PARANAENSE - ÁREA COLHIDA DAS PRINCIPAIS CULTURAS TEMPORÁRIAS - VARIAÇÃO PERCENTUAL - 1960 - 1970.

PRODUTOS	VARIAÇÃO %
Cana-de-Açúcar	23,3
Algodão	87,5
Milho	2.118,4
Arroz	2.252,8
Feijão	2.516,8
Trigo	3.474,7
Soja	23.019,8

FONTE: IPARDES - Estruturas Agrícolas do Paraná - Sub-setores Lavouras - 1960-1970 a 1973.

In: CODESUL - Op. Cit. Agosto 1978. P.149

A soja apresentou o maior crescimento relativo no período de 70/60 de 23.019,8% sobre as demais lavouras, ou seja, representou um aumento de aproximadamente 6 vezes. A pauta de produtos do Oeste Paranaense estava se transformando de forma rápida através da expansão das lavouras temporárias decorrente da introdução da inovação tecnológicas na base produtiva.

Quanto à distribuição dos estabelecimentos agropecuários na região, em 1960, apresentou uma participação relativa dos estabelecimentos maiores de 50 hectares de 62,7% e em 1970 representou 39,9% conforme a TABELA 8.

TABELA 8. - DISTRIBUIÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA DO NÚMERO E DA ÁREA AGREGADA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DO EXTREMO OESTE CONFORME O ESTRATO DE ÁREA 1960/70.

Em mil estabelecimentos e mil ha.

ESTR. DE ÁREA	DISTRIBUIÇÃO ABSOLUTA				DISTRIBUIÇÃO RELATIVA			
	1960		1970		1960		1970	
	ESTAB.	ÁREA	ESTAB.	ÁREA	ESTAB.	ÁREA	ESTAB.	ÁREA
<i><10</i>	2,5	14,8	41,9	226,2	17,9	2,4	50,8	14,0
<i>10 - 20</i>	2,9	39,4	21,1	290,4	20,7	6,3	25,6	18,0
<i>20 - 50</i>	6,0	177,8	15,6	455,2	42,8	28,6	18,9	28,1
<i>>50</i>	2,6	390,1	3,9	645,0	18,6	62,7	4,7	39,9
<i>Total</i>	14,0	622,1	82,5	1616,8	100	100	100	100

Fonte: IBGE - Censo Agrícola do Paraná 1960 e Censo Agropecuário do Paraná 1970. In: MELLOS, Erasto Castilhos,

pág. 129.

O maior aumento na participação no total da área em 1.970 ocorreu nos estratos de até 10 hectares e entre 10 e 20 hectares, isto é, passando em 1.960 de 6,3% para 18% em 1.970. Isso revela que o aumento da área é decorrente do aumento dos estabelecimentos e que na década de 60 a Região Oeste estava passando por intenso processo de ocupação com base em pequenos estabelecimentos, além de ser a última Região de ocupação no Paraná.

Na década de 60 o Brasil avançou no caminho da industrialização moderna e integrou os espaços regionais agrícolas ao novo modelo de desenvolvimento. A modernização da agricultura no Brasil permitiu a expansão da divisão social do trabalho

dentro do País, de modo a especializar certas regiões em determinadas atividades e aproveitar ao máximo as condições particulares a cada uma delas. Nesse contexto, a Região Oeste especializou-se na base de exportação de soja e trigo no final da década de 60 e ao longo da década de 70.

A nova política de modernização do setor agrário voltada fundamentalmente para os produtos de exportação determinou ao Oeste do Paraná um crescimento de sua base de exportação e, conseqüentemente, sua vinculação com resto do País, através da compra de instrumentos modernos e vendas de produtos desta base.

Esse estágio de expansão econômica da região estava fortemente relacionado com os elementos propulsores de crescimento tais como: expansão e facilidade de obter crédito rural subsidiado a juros negativos para compra de máquinas/equipamentos, insumos modernos necessários para a produção da soja, e ainda, seguro e garantia de preços no mercado nacional e internacional, e outros.

O crescimento do Oeste estava acoplado e integrado com a dinâmica de expansão econômica, isto é, o período do “milagre econômico” por que passou a economia nacional com enfoque da política econômica voltada mais para o desenvolvimento industrial, na integração e modernização da agricultura nacional.

A integração da agricultura oestina com a indústria, por sua vez, significou a transformação da agricultura em ramo de produção semelhante a uma indústria que passou a comprar insumos da indústria, “a montante,” e produzir matérias-primas para outros ramos de produção, ou seja, a agroindústria processadora ou indústria “a jusante”. Essa integração combinou a dinâmica geral do crescimento da economia do Oeste do Paraná assentada em sua Base de Exportação como impulsionadora de novas atividades econômicas na região.

A Base de Exportação formou-se principalmente pelas culturas temporárias que passaram a figurar mais intensamente no espaço regional agrícola, no qual a soja apresentou-se como destaque na participação do total do Estado conforme mostra a Tabela 9. A produção da soja apresentou uma participação no total produzido no Estado do Paraná de 9,5% em 1960 passando para 38,1% em 1970, representando um crescimento de quatro vezes em relação a 1960. O maior destaque foi para o trigo que em 1960 teve uma participação de 2,8% e em 1980 passou para 36,2% apresentando um crescimento de aproximadamente 13 vezes em relação a 1960. O milho também destacou-se nesse período devido à sua importância como alimento para o rebanho suíno que tem significativo desempenho econômico na região.

TABELA 9 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA PRODUÇÃO DO ALGODÃO, MILHO, SOJA E TRIGO DA MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA EXTREMO OESTE PARANAENSE NO TOTAL PRODUZIDO PELO ESTADO DO PARANÁ, 1960/80.

Culturas	1960	1970	1980
<i>algodão</i>	4,5	3,1	5,5
<i>milho</i>	1,7	18,2	15,5
<i>soja</i>	9,5	38,1	36,1
<i>trigo</i>	2,8	17,1	36,2

Fonte: IPARDES, Estatísticas Agrícolas do Paraná, sub-setor lavouras, 1982. p. 173-194.

IPARDES: Elaboração base do IPARDES (1976). In: Folhetos do IPARDES (1994).

As políticas governamentais de modernização implementadas repercutiram no aumento da produtividade agrícola regional graças a efetivação de um bloco de medidas, tais como: o aumento da oferta do crédito rural, implantação de uma política de preços de garantia, juros negativos, assistência técnica, implementos e insumos modernos e outros,

associado aos recursos naturais (fertilidade do solo, clima subtropical etc.) da região possibilitaram o aumento da produção regional.

As culturas tradicionais, que são basicamente os produtos básicos de alimentação (arroz, feijão, mandioca, etc.) foram substituídas pelas culturas modernas de maior lucratividade. Isso pode ser verificado pelo aumento das áreas com as novas culturas como mostra a Tabela 10.

TABELA 10- EVOLUÇÃO DA ÁREA PLANTADA (HA), DO ALGODÃO, MILHO, SOJA E TRIGO, NA MRH - EXTREMO OESTE PARANAENSE 1960/80.

CULTURAS	1960	1970	% 70/60	1980	(ha e %)
					% 80/70
<i>ALGODÃO</i>	6.880	13.895	102,0	18.710	34,7
<i>MILHO</i>	14.490	321.450	2.118,4	334.900	4,2
<i>SOJA</i>	484	111.900	23.019,8	871.468	678,8
<i>TRIGO</i>	1.519	54.300	3.474,7	591.508	989,3
<i>TOTAL</i>	23.373	501.545	2.045,8	1.816.586	262,2

Fonte: IPARDES - 1976/1994.
IPARDES, op. cit., 173-194

Até a década de 60, as culturas de subsistência (tradicionais) tinham predominância. A partir dessa década as culturas modernas foram dominando a paisagem territorial da região e se destacando com participações cada vez maiores diante das tradicionais.

A região Oeste em 1960 tinha como maior participação sobre as demais culturas o milho, o qual possuía uma evolução na área plantada de 14.490 ha, o algodão representava 6.880 ha, enquanto que a soja era de 484 ha. A evolução da produção de milho estava atrelada a suinocultura regional. A evolução da área plantada de algodão em

1970 foi de 13.895 ha, representando um percentual de 102,0% em relação a 1960. O milho em 1970 foi de 334.900 ha, representando 2.118,4% de expansão em relação a 1960, enquanto a soja teve a maior expansão nesse período, ou seja, uma evolução de área de 23.019,8%, seguido do trigo em 3.474,7%. A soja continuou crescendo, tanto que em 1980 incorporou uma área de 871.468 ha, enquanto que o trigo incorporou 591.508 ha representando, respectivamente, 678,8% e 989,3% em relação a 1970, vide Tabela 10.

Esse período (60/70) pode ser considerado como o da formação da base de exportação agrícola da região oeste. No item seguinte será analisada a sua evolução.

5.4. A Evolução dessa base (1970-1980)

Essa década teve como principal característica o aprofundamento da inserção da economia do Oeste na dinâmica nacional, puxada principalmente pela soja e trigo. Essa Base constituiu-se parte integrante de difusão para os demais segmentos de atividades econômicas regionais tornando agente propulsor de crescimento da Região.

A inserção da região à dinâmica nacional, como já foi dito, estava relacionada aos processos de produção agropecuária e agro-industrial, aos setores fornecedores das máquinas, equipamentos, insumos, sementes etc., aos setores de serviços financeiros, industriais e comerciais, assim como aos processos de assistência técnica e sociais ligados à produção agrícola.

A Região Oeste teve maior participação entre as principais regiões do Estado do Paraná tanto na produção como na incorporação de áreas cultivadas de soja e trigo no período de 1970 a 1980, ocupando o primeiro lugar na participação destas culturas sobre as demais regiões do Estado, conforme TABELA 11.

TABELA 11 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS REGIÕES DE SOJA E TRIGO NA ÁREA E PRODUÇÃO TOTAL DESTAS CULTURAS NO ESTADO. 1970-1980

Em (t e %)

REGIÕES	1970				1973				1975				1978				1980			
	SOJA		TRIGO		SOJA		TRIGO		SOJA		TRIGO		SOJA		TRIGO		SOJA		TRIGO	
	ÁRE A	PRO D.	ÁRE A	PROD.	ÁRE A	PROD.	ÁREA A	PROD.	ÁRE A	PRO D.	ÁREA A	PROD.	ÁRE A	PRO D.	ÁRE A	PROD.	ÁRE A	PRO D.	ÁRE A	PRO D.
<i>Norte Novo de Maringá e Londrina</i>	14	14	6	6	10	10	7	7	7	13	4	10	13	14	14	7	11	7	13	17
<i>Sudoeste Paranaense</i>	15	15	17	15	16	15	9	7	11	9	3	7	10	8	2	1	10	8	6	3
<i>Estremo Oeste Paranaense</i>	37	36	19	17	38	40	34	33	42	46	29	28	37	35	45	49	36	39	44	42
<i>Campo Mourão</i>	8	9	6	5	9	8	7	7	11	11	5	13	15	14	17	12	14	15	14	14
<i>Campos de Ponta Grossa</i>	2	2	10	12	3	4	9	11	3	3	3		4	4	6	8	5	4	3	3
<i>Campos de Guarapuava</i>	3	4	14	20	4	4	7	8	4	4	1	9	4	4	1	3	5	4	3	3
<i>Norte Novíssimo de Umuarama</i>	12	9	2	0	7	6	1	1	3	3	0	2	3	3	1	0	2	2	2	2
<i>N. Apucarana</i>	1	1	2	2	2	2	1	1	2	2	0	2	3	3	2	2	3	3	3	4
<i>Colonial de Irati</i>	-	-	4	3	0	0	3	2	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2	0
<i>Médio Iguaçu</i>	0	0	3	2	2	2	2	1	1	1	0	1	2	2	0	0	2	2	0	0
ÁREA CULTIVADA E PRODUÇÃO TOTAL NO ESTADO.	304.211	368.006	287.598	283.310	817.815	1.327.418	341.015	384.713	1.631.897	3.624.946	800.000	443.600	2.348.541	3.150.103	1.354.094	1.050.000	2.410.800	5.400.192	1.440.006	1.350.006

Fonte: IPARDES - Estatística Agrícola do Paraná - Subsetor Lavouras - Curitiba - 1975 - P. 131.

- Anuário Estatístico do Paraná - SEE/DEE SEP/DEE - V.2. 1973. P. 52-86.

- Anuário Estatístico do Paraná - SEE/DEE SEP/DEE - V.3. 1979. P.262-271.

- Anuário Estatístico do Paraná - 1980 - 81 - SEE/DEE SEP/DEE - Curitiba - 1982 - P. 173

Em 1970 esta Região teve uma extensão de áreas ocupadas com soja em 111.900 ha, ou seja, 37% no total do Estado que era de 304.211 ha enquanto a do trigo foi de 48.364 ha tendo uma participação de 19% no total do Estado que era de 287.598 ha. Obteve-se uma produção de soja de 180.786 toneladas, isto é, uma participação de 36% no total do Estado e para o trigo teve uma participação de 48364 toneladas, ou seja, 17% no total do Estado.

Houve na Região uma incorporação de áreas para o cultivo da soja em 1975 de 683.700 ha, uma participação em relação ao total do Estado de 42% para uma produção de 1.664.569 toneladas que representou uma participação ao total do Estado de 46%. Em 1980 a região apresentou uma incorporação de áreas de 871.468 ha, o que significa uma participação de 36% do total do Estado, obtendo uma produção de 2.128.977 toneladas, tendo uma participação de 39% sobre o total do Estado.

Quanto ao trigo, em 1970 a região teve uma incorporação de 54.300 ha e uma produção de 48.364 toneladas, uma participação em relação ao Estado de 19% e 17% respectivamente. A incorporação de áreas e de produção para o trigo vai acontecer a partir de 1.973, representando nesse ano uma participação no total do Estado de 34% na incorporação de áreas (118.568 ha) e 33% na produção (128.889 toneladas).

A maior participação na incorporação de área dessa cultura aconteceu em 1978, incorporando uma área de 581.097 ha, significando uma participação de 45% no total do Estado, enquanto a produção representou uma participação de 49%. Em 1980 a participação do trigo sobre o total do Estado tanto na incorporação de área como na produção, apresentou predomínio sobre as demais regiões do Estado, ou seja, incorporou 44% de área e 42% na produção.

Esses dados revelam que o Oeste Paranaense foi a região que mais cultivou soja e trigo no Estado do Paraná nesse período, apresentando uma participação na produção mais do que o dobro do que qualquer uma das outras regiões do Estado. Isso quer dizer que o crescimento da região estava estreitamente ligado nesta base de produção.

O processo de crescimento do Oeste Paranaense está estruturado-se pelos seus setores econômicos, principalmente, e de forma destacada, o setor primário, o qual representou o setor básico (ou exportável). Isso pode ser verificado a partir da TABELA 12, quando se analisa a participação dos setores para os diversos anos.

TABELA 12 : RENDA INTERNA DA AGRICULTURA (1), INDÚSTRIA (2) E COMÉRCIO (3) DA REGIÃO OESTE 1970/80.

(em CR\$ 1.000,00 correntes)

Ano Sector	1970	1971	1972	1973	1974	1975
1	295.386	465.002	627.768	1.139.409	2.018.317	2.654.865
2	60.084	103.426	174.846	291.558	449.407	590.932
3	184.702	181.525	384.461	638.409	1.027.944	1.562.738
Ano Sector	1976	1977	1978	1979	1980	
1	3.429.118	7.697.573	6.171.697	10.701.411	25.809.992	
2	1.222.929	1.325.255	1.953.840	3.305.483	6.983.268	
3	2.610.388	4.448.808	4.407.187	7.976.165	16.628.420	

Fonte: IPARDES. In.: Renda Interna do Paraná por Microrregiões Homogêneas e Municípios Seleccionados Agosto/1982.

OBS.: Não está incluída no total a renda interna dos outros sub-setores de serviços.

A participação do setor primário do Oeste Paranaense apresentou no período de 1970 a 1980 aproximadamente 53,8%, enquanto o setor secundário foi de 13,8% e o setor comércio em 32,4% conforme TABELA 13.

**TABELA 13 : PARTICIPAÇÃO DOS SETORES ECONÔMICOS REGIONAIS NO
ANO 1970-80.**

(em CR\$ 1.000,00 correntes)

Ano Sector	1970	1971	1972	1973	1974	1975
1	54,68	62,00	52,88	55,06	57,74	55,21
2	11,12	13,79	14,73	14,09	12,86	12,29
3	34,19	24,20	32,39	30,85	29,41	32,50
Ano Sector	1976	1977	1978	1979	1980	
1	47,22	57,14	49,24	48,68	52,22	
2	16,84	9,84	15,59	15,04	14,13	
3	35,94	33,02	35,17	36,28	33,65	

Fonte: IPARDES. In.: Op. Cit. 1982

No capítulo anterior foi possível realizar um exercício onde foi estimado um multiplicador de emprego básico para o Oeste Paranaense. Os dados de rendas setoriais, apresentados na tabela 13, são muito precários e não permitem a estimativa de um multiplicador equivalente para a renda regional. No entanto, um exercício com os Quocientes de Localização possibilitam algumas inferências sobre as transformações da Base Econômica no período.

Quando se analisa a Região pelo Quociente de Localização está se identificando as atividades básicas da mesma, ou seja, pode-se afirmar que o setor (primário, secundário e terciário) da região é um setor exportador, quando o Quociente de localização for maior que um, $QL > 1$. É uma medida da proporção que uma atividade representa na região comparada com a proporção da mesma atividade a nível nacional. A hipótese subjacente é que a quantidade exportada do setor corresponde ao excesso de

produção (ou emprego ou de outra variável)⁴ necessária para abastecer a região, considerando-se que ela consumiria a mesma proporção que o País como um todo.

Desse modo, ao analisar os setores da Região Oeste no período de 1970 a 1980 foi verificado que para os anos de 70 a 75; 77 e 80 o setor primário apresentou $QL > 1$, como pode ser verificado na TABELA 14.

TABELA 14: QUOCIENTES DE LOCALIZAÇÃO DA REGIÃO OESTE POR SETORES ECONÔMICOS 1970/80

Ano Sector	1970	1971	1972	1973	1974	1975
1	1,053335	1,19436	1,01868	1,06061	1,11218	1,06352
2	0,79413	0,98460	1,05158	1,00589	0,91785	0,87738
3	1,00334	0,71025	0,95035	0,90525	0,86288	0,95364
Ano Sector	1976	1977	1978	1979	1980	Total
1	0,90953	1,10065	0,94858	0,93771	1,00597	
2	1,20222	0,70233	1,11303	1,07352	1,00880	
3	1,05471	0,96902	1,03187	1,06467	0,98729	

Fonte: IPARDES. In.: Op. Cit. 1982

Isso significa afirmar que o setor é básico e, portanto, exportador, ou seja, o tamanho (relativo) do setor é maior que no País em seu conjunto. Nesse caso pode-se dizer também que se trata de uma situação de especialização regional nessa atividade.

Para os anos 76; 78 e 79 estão muito próximo ao $QL=1$, significando que para estes anos o setor regional agrícola é quase idêntico ao tamanho relativo do mesmo setor em todo o País.

⁴BOISIER, Sérgio. *Técnicas de Análisis Regional con Informacion Limitada*. ILPES, Santiago 1980. P. 61-72.

Quanto ao setor secundário da região apresentou Quociente Locacional $QL > 1$ para os anos 72 e 73; 76; 78 a 80. Isso quer dizer que esse setor passou a ser um setor exportador, ou seja, um setor básico. O setor terciário (comércio) teve um $QL > 1$ nos anos 70; 76 e 78 a 79, significando que esse setor também passou a ser um setor básico, nesse caso um setor exportador nestes anos.

Esses índices revelam que o setor primário foi o principal setor exportador da região, neste caso um setor básico regional. Todavia, ao verificar os anos 78 a 80 houve praticamente uma participação quase idêntica do $QL = 1$ dos três setores econômicos da região, isto pode revelar que está acontecendo uma difusão do setor básico primário para outros setores ou atividades e, ainda uma diversificação na economia do Oeste Paranaense.

Em suma, a estrutura da base de exportações da região Oeste e sua inserção no âmbito nacional esteve associada ao marco histórico de sua economia, iniciando sua base de exportação na economia extrativa e de subsistência (1950-1960). A seguir apresentou-se a formação efetiva dessa base no período de 1960/70 devido ao início das transformações na base espacial da estrutura agrária regional e atingiu sua evolução no período de 70/80 decorrentes ao auge das transformações e modernização da agricultura brasileira e da Região Oeste Paranaense. A dinâmica do crescimento do Oeste, que esteve associada à sua base de exportação determinados pelos fatores exógenos e endógenos em função da dinâmica nacional, modernização, crédito rural e infra-estrutura regional durante os anos 70, é objeto de estudo do próximo capítulo.

VI. A DINÂMICA DO CRESCIMENTO DO OESTE: PRINCIPAIS FATORES DETERMINANTES DA SUA INSERÇÃO NA ECONOMIA BRASILEIRA DURANTE OS ANOS 70

6.1. O crescimento Regional e modernização

6.1.1. Modernização

A década de 70 marcou as grandes transformações na base técnica da agricultura paranaense, especificamente da Região Oeste do Estado.

O processo de modernização ocorrido no Brasil nos anos 70 introduziu na agricultura do estado do Paraná características modernas e altamente tecnificadas que permitiram a expansão das lavouras temporárias num contexto de intensificação acentuada do processo produtivo, em que a difusão acelerada da mecanização impulsionou a explosão da área cultivada, principalmente a da soja.

Nesse sentido Mesquita e Silva afirmam que “o crescimento da área dos estabelecimentos pelas condições históricas de ocupação regional e pelas circunstâncias favoráveis à expansão do cultivo da soja, concentrou-se no Estado do Paraná, onde esse

crescimento representou 72,9% do aumento verificado na Região”. (Mesquita e Silva 1.987 : 161)

O estado do Paraná, em especial a Região Oeste, apresentou os requisitos necessários ao processo de modernização do setor rural, e a soja foi a cultura que melhor representou a transição e substituição da agricultura moderna e altamente tecnicizada desde o preparo, plantio e colheita. Enfim, apresentou melhores condições de mecanização em todas as operações.

A agricultura do Oeste paranaense sob o comando da sua base econômica de exportação das culturas temporárias modernas (soja e trigo), conjuntamente com a política de modernização agrícola pautada na aquisição de máquinas e insumos modernos, crédito abundante, preços favoráveis, juros negativos e outros, foram responsáveis pelo crescimento da Região nas décadas de 60 e 70. A soja foi o principal produto, contribuindo significativamente para esse desempenho regional em função do avanço tecnológico, uso de insumos modernos e adaptação a todas as etapas de modernização e condições de solo e clima da região.

Mesquita e Silva apontam que,

...a expansão das lavouras temporárias e, em especial a soja, ao se constituir num dos fatos marcantes da evolução da agricultura na Região Sul, veio reforçar uma tendência, já esboçada em décadas anteriores, de a lavoura ocupar, indiferencialmente, área de vegetação original de mata e de campo, deixando claro que a ocupação de processos amplos como a da capitalização do campo, ligado a interesses nacionais e transacionais reorganize, de forma semelhante, espaços que haviam sido estruturados de modo bastante diferenciado. Assim, as áreas de mais forte variação absoluta da superfície

em lavouras temporárias correspondem, em geral, à porção ocidental da Região Sul. Abrangem, no Paraná áreas estruturadas em função da composição cafeeira, como Londrina e Maringá, áreas de campos, como os de Ponta Grossa e Palmas e, áreas organizadas com base na pequena propriedade familiar policultura-suinocultura, como é o caso do Oeste e Sudoeste do Estado. Nestas duas áreas, as Microrregiões Extremo Oeste paranaense (288) e Sudoeste paranaense (289) responderam por 44,7% do crescimento absoluto da área de lavouras temporárias do Estado do Paraná, sendo que, na primeira delas, foi especialmente intenso tanto o processo de conquista de novas áreas para produção de grãos, quanto a emprego de meios modernos de produção. (Mesquita e Silva op. cit : 165).

A expansão da soja está associada ao processo de modernização agrícola regional e simultaneamente favoreceu também ao cultivo do trigo no Paraná e em particular na Região Oeste. Esses autores argumentam que a produção de trigo está relacionada,

...em função da alternância desses dois cultivos, no decorrer de um ano agrícola. É nos Estados do Rio Grande do Sul e do Paraná que se encontram os mais altos volumes de produção, tendo, no primeiro deles, a expansão do trigo, em escala comercial, precedendo a da soja, enquanto que, no Paraná, a evolução do binômio soja-trigo esteve condicionado à difusão acelerada do cultivo a soja na década de 70. Apesar das diferenças ocorridas na evolução do binômio soja-trigo nos dois Estados, vale ressaltar que as principais Microrregiões produtoras de trigo, em 1980, coincidiram com áreas em que a expansão das lavouras temporárias associadas à difusão da soja se fez de

forma pronunciada, na década de 70. Incluem-se entre elas, no Paraná, a Extremo Oeste paranaense, concentrando-se 41,8% da produção tritícola estadual. (Mesquita e Silva op. cit : 168)

A cultura da soja do Oeste do Paraná exigiu alto investimento em capital semifixo, insumos modernos, crédito rural subsidiado, etc., para a formação da infraestrutura da modernização do campo, que resultou em um setor mais dinâmico da agricultura do Estado.

No entendimento de Mesquita e Silva,

...a reorganização produtiva correspondeu uma reestruturação profunda dos padrões técnicos da produção. A modernização das diferentes etapas do processo produtivo caracterizou, de forma marcante, a década de 70, sendo a utilização dos meios modernos de produção viabilizada pela concessão de crédito altamente subsidiado, ao qual tiveram acesso mesmo os pequenos produtores, desde que a escala de seus estabelecimentos fossem compatível com a nova organização produtiva. Nesse contexto, a mecanização, um dos elementos do pacote tecnológico que, acompanhou a expansão da lavoura da soja em escala altamente mercantil, difundiu-se de forma acelerada, o que significou um rompimento com aos aspectos técnicos até então vigentes representados de tração animal. A mecanização englobou estabelecimentos de dimensão diversificada e se processou em áreas com características topográficas bastante diferenciadas - a topografia plana dos campos, as de relevo pouco movimentado de grandes áreas de vegetação original de mata, como o Oeste do Paraná (...). A variação do número de tratores retratou de forma significativa, um aspecto peculiar da década de 70, que foi a

incorporação acentuada de máquinas ao processo produtivo. (Mesquita e Silva op. cit : 172-173)

O estoque de tratores das diversas Microrregiões do Estado e especificamente a do Oeste teve significativa importância devido à acelerada rapidez e expressiva evolução de implementos agrários que se deu na região sobre as demais do Estado do Paraná, e que serviu como indicador para avaliar a rápida transformação que ocorreu na agricultura regional como mostra a Tabela 15.

TABELA 15 - DISTRIBUIÇÃO DE TRATORES, EM NÚMEROS ABSOLUTOS E RELATIVOS, SEGUNDO AS MICRO REGIÕES DO PARANÁ - 1970 - 1975 - 1980.

MICRORREGIÃO		1970		1975		1980	
		Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
268/1	Curitiba	556	2,99	1.075	2,05	2.325	2,92
269/2	Litoral Paranaense	85	0,46	189	0,36	492	0,62
270/3	Alto Ribeira	12	0,06	12	0,02	80	0,10
271/4	Alto Rio Negro Paranaense	20	0,11	56	0,11	236	0,30
272/5	Campos da Lapa	286	1,54	743	1,42	1.382	1,73
273/6	Campos de Ponta grossa	1.022	5,49	1.924	3,66	2.907	3,65
274/7	Campos de Jaguariaíva	191	1,03	399	0,76	727	0,91
275/8	São Mateus do Sul	36	0,19	164	0,31	451	0,57
276/9	Colonial de Irati	147	0,79	551	1,05	1.364	1,71
277/10	Alto Ivaí	114	0,61	691	1,32	973	1,22
278/11	Norte Velho de Wenceslau Braz	394	2,12	956	1,82	1.714	2,15
279/12	Norte Velho de Jacarezinho	2.773	14,89	5.277	10,05	5.852	7,34
280/13	Algodoeira de Assai	1.594	8,56	2.047	3,90	2.560	3,21
281/14	Norte Novo de Londrina	3.280	17,62	6.426	12,24	8.301	10,42
282/15	Norte Novo de Maringá	1.232	6,62	3.791	7,22	4.393	5,51
283/16	Norte Novíssimo de Paranavaí	757	4,07	1.865	3,55	2.903	3,66
284/17	Norte Novo de Apucarana	894	4,80	2.869	5,47	4.393	5,51
285/18	Norte Novíssimo de Umuarama	640	3,44	2.105	4,01	3.253	4,08
286/19	Campo Mourão	1.444	7,76	5.299	10,09	8.390	10,45
287/20	Pitanga	101	0,54	572	1,09	1.052	1,32
288/21	Extremo Oeste Paranaense	1.725	9,26	10.216	19,46	15.853	19,90
289/22	Sudoeste Paranaense	380	2,04	2.986	5,69	6.028	7,57
290/23	Campos de Guarapuava	728	3,91	1.565	2,98	2.577	3,23
291/24	Médio Iguaçu	208	1,10	720	1,37	1.521	1,91
Total		18.619	100,0	52.498	100,0	79.682	100,0

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário do Paraná, 1970 - 1975.

IBGE - Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário, 1980.

Apud. IPARDES- Impactos das culturas voltadas as alternativas... maio 1.983 p.9

Na análise dos dados apresentados pode-se verificar um aumento significativo da evolução desses implementos agrários em todo o Estado e de modo singular na Região Oeste. Desse modo, o estudo feito pelo IPARDES enumera que os tratores,

...se multiplicaram mais de quatro vezes no período considerado, no entanto, a nível Microrregional apesar de todas elas apresentarem acréscimos absolutos, observa-se que essa evolução mecânica ocorreu de forma concentrada nas Microrregiões que integram o Norte paranaense e o Extremo Oeste que agregados, detém 70,0% dos tratores no Estado. (...) outras Microrregiões tiveram incrementos absolutos muito superiores. Esse é o caso, principalmente, das Microrregiões Extremo Oeste e Sudoeste paranaense onde as quantidades de tratores existentes se multiplicara por 9,2 e 15,9 vezes, respectivamente, no período analisado, elevando com isso a importância relativa das regiões agregadas de 11,% em 1.970 para 27,5% em 1.980. (IPARDES 1.983 : 10)

O Extremo Oeste tem se destacado em números absolutos e relativos sobre as demais regiões, ou seja, em 1970 a região Oeste apresentou 1.725 unidades que correspondia a uma participação de 9,3% em relação ao total do Estado. A partir de 1975 a Região passou a ser a primeira em utilização de tratores no Estado, conforme a Tabela 15. A evolução em 1980 foi de 15.853, ou seja, um percentual de 19,90% praticamente o dobro da segunda colocada (Campo Mourão).

Mesquita e Silva mostram que:

...o Paraná posicionou-se em segundo lugar quanto ao nível de modernização. Além das microrregiões com índices mais altos de mecanização, situados nos Campos de Ponta Grossa e no Norte, de estruturação cafeeira e com posterior avanço da soja, é expressiva a posição que ocupam as microrregiões do Oeste, com índices imediatamente inferiores àquelas das áreas de maior tradição de modernização agrícola e cujo posicionamento em 1980 se deveu basicamente, à difusão do uso de tratores, verificada na década de 70. Os índices altos de mecanização de duas Microrregiões do Oeste paranaense (Oeste e Campo Mourão) são especialmente significativos quando se tem em conta particularmente de sua estrutura fundiária contar com mais de 90,0% de estabelecimentos de dimensão inferior a 100 hectares. (Mesquita e Silva op. cit : 176)

O Oeste paranaense incorporou os meios de produção modernos articulados a lavoura da soja, ou seja, isto se deve, segundo Mesquita e Silva,

...não só as condições favoráveis à implantação da organização produtiva comandada pela lavoura da soja, como também dispunha de espaços a serem integrados à ocupação produtiva. Na porção Oeste do Estado, duas Microrregiões fortemente submetidas ao processo de mudanças de estrutura produtiva - Extremo Oeste paranaense e Campo Mourão - respondem 1/5 do aumento absoluto da área dos estabelecimentos no Paraná. (Mesquita e Silva op. cit : 176)

A modernização da região foi estimulada pelas políticas governamentais de incentivos aos produtos de exportação tendo como propósito para o governo federal obter

superávit na balança comercial e gerar divisas para o País pelos bons preços no mercado internacional principalmente com soja e seus derivados.

Dessa forma, o IPARDES apresenta um conceito de agricultura moderna, ou seja:

...entende-se por modernização a crescente utilização na produção agropecuária, de máquinas, equipamentos, bem como de insumos industriais. Esta prática provoca verdadeira mudança na base técnica da economia agrícola estadual e implica em novas formas de estruturação da produção, ou seja, afeta a estrutura fundiária, a pauta dos principais produtos, etc. Isto é explicado pela diversificação e ampliação da indústria nacional que possibilitaram o surgimento de modernos setores produtores de máquinas e insumos para a agricultura. Assim a implantação de fábricas de tratores e equipamentos, da petroquímica à produção padronizada de rações e sementes, a expansão de frigoríficos, etc, vão impulsionar, apoiadas no crédito rural, a modernização do setor agrícola. (IPARDES, 1982 : 25)

A modernização da agricultura do Oeste estava assentada na grande penetração e utilização de vários modelos de tratores, assim como de colhedeiças e outros tipos de equipamentos no período de 1970 a 1980.

Esse avanço dos instrumentos tecnológicos (máquinas, equipamentos e outros) no Extremo Oeste (Oeste do Paraná) serve para sinalizar a expansão acelerada da modernização da agricultura regional que apresentou expressivo percentual de força mecânica em relação as demais regiões do Estado e, aliado a isso, impulsionou seu crescimento vinculado sobre a base de exportação da soja e trigo.

Essa modernização beneficiou amplamente as lavouras modernas de exportação em detrimento das tradicionais que cederam lugar principalmente para a produção da soja, em primeiro lugar, e trigo.

O produtor rural regional estimulado pela facilidade de acesso ao crédito e aos instrumentos produtivos modernos passou a substituir algumas lavouras que estavam estruturadas em função de produtos comerciais alimentares tais como: feijão, arroz, milho e no caso suíno. Todavia, na década de 70 a agricultura do Oeste mostrou-se mais dinâmica sendo que tal dinamismo é decorrente do seu caráter essencialmente mercantil ao responder aos incentivos dados pelo governo federal, os quais eram dirigidos à ampliação das culturas temporárias modernas de exportação de soja e trigo principalmente, como pode ser conferido na Tabela 16.

TABELA 16 - EVOLUÇÃO DA ÁREA COLHIDA E VARIAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA DAS PRINCIPAIS LAVOURAS TEMPORÁRIAS NO EXTREMO-OESTE PARANAENSE - 1970-1975-1980. (EM MIL HA).

CULTURAS TEMPORÁRIAS	ÁREA			Variação Absoluta	Variação Relativa
	1.970	1.975	1.980	1980 - 1970	1980 - 1970
ALGODÃO	12,6	8,3	23,3	10,7	84,9
ARROZ	43,7	85,4	27,9	(15,8)	(36,2)
CANA	0,6	0,1	0,7	0,1	16,7
FEIJÃO	108,8	85,7	61,2	(47,6)	(43,8)
MANDIOCA	38,6	9,0	17,7	(20,9)	(54,1)
MILHO	395,6	329,3	266,8	(128,8)	(32,6)
SOJA	151,5	582,2	747,7	596,2	294
TRIGO	141,6	226,8	496,9	355,3	151

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário do Paraná, 1970, 1975, 1980.
(Dados Brutos) - Apud. Mellos, Erasto Castilhos p. 180.

As lavouras tradicionais apresentaram quedas em termos absolutos em sua área colhida durante a década de 70, enquanto as lavouras modernas de exportação, as principais, soja e trigo, nesse mesmo período obtiveram aumento de 294% e 151%.

As lavouras tradicionais que apresentaram maiores quedas no período de 70/80 foram: a mandioca 54,1%, feijão 443,8% e arroz 36,2%.

Cabe ressaltar que a produção de soja, inicialmente destinava-se à alimentação de suínos. A partir da década de 70 passou a representar a consolidação da base de exportação regional vinculada ao comércio interno e principalmente ao mercado externo, ou seja, seu valor econômico passou a ser um produto essencialmente comercial.

Todavia, com a integração da suinocultura regional com a indústria, a soja passou a desempenhar uma função indispensável nessa relação, constituindo um elemento importante de ração animal produzido pela indústria, o farelo.

Com essa mesma visão, o estudo elaborado pelo IPARDES assinala que :

...a fase em que a soja paranaense se expande com grande intensidade já não tem mais como impulsionador o óleo de soja, mas o seu farelo, e já não mais para o mercado interno, mas para o mercado externo. O impulso recebido pelo complexo soja, a nível mundial, a partir do fim dos anos sessenta, apoia-se em dois fenômenos: em primeiro lugar, uma rápida mudança nos hábitos alimentar dos países capitalistas desenvolvidos e, em segundo lugar, numa sucessão de incidentes climáticos, e políticos os que tumultuaram as fontes de fornecimento de proteínas alimentares. Nesse momento deu-se no Paraná um salto no segmento agrícola da soja: esta cultura na ocasião apoiada com um pé na suinocultura e com o outro na indústria de óleos voltada para o

mercado interno, teve que se tornar inteiramente autônoma e produzir para a indústria do farelo para a exportação. (IPARDES, 1981 : 60-61)

A expansão da área da soja estimulada pelo pacote tecnológico introduzido no espaço regional não se processou somente sobre a redução de áreas cultivadas com lavouras temporárias denominadas de tradicionais, mas também na redução de áreas dedicadas às culturas permanentes no período de 1970/1980 conforme se verifica na Tabela 17.

TABELA 17 - DISTRIBUIÇÃO ABSOLUTA E VARIAÇÃO RELATIVA DA ÁREA SEGUNDO UTILIZAÇÃO DAS TERRAS NO EXTREMO OESTE PARANAENSE 1970-1975-1980.

Utilização das Terras	DISTRIBUIÇÃO			(Em mil ha)	
				Variação Absoluta 1980-1970	Variação Relativa 1980 - 1970
	1970	1975	1980		
<i>Total</i>	1552,5	1670,1	1760,5	208,0	13,4
<i>Lavouras</i>	658,5	1087,7	1188,1	529,6	80,4
<i>Permanentes</i>	59,4	70,4	52,8	(6,6)	(11,11)
<i>Temporárias</i>	599,1	1017,3	1135,3	536,2	89,5
<i>Pastagens</i>	248,4	267,0	348,4	100,0	40,3
<i>Naturais</i>	20,1	34,4	36,4	16,3	81,1
<i>Plantadas</i>	228,3	232,6	312,0	83,7	37
<i>Matas e Florestas</i>	495,0	183,9	158,6	(336,4)	(68)
<i>Naturais</i>	472,7	170,9	135,2	(337,5)	(71,4)
<i>Plantadas</i>	22,3	13,0	23,4	1,1	5
<i>Terras em Descanso e Não utilizadas</i>	150,6	131,5	65,4	(85,2)	(57)

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário do Paraná, 1970, 1975 e 1980.

A utilização da terra (solo) para culturas permanentes, que em 1970 representavam 59,4 mil ha, reduziram em 1980 para 52,8 mil ha, ou seja, houve uma variação negativa de 11,11%, enquanto as lavouras temporárias que em 1970 representaram 599,2 mil ha passaram para 1.135,3 ha, representando em termos absolutos um aumento de 536,2 mil ha, correspondendo a uma variação positiva de 89,5%. As maiores reduções são representadas pelas áreas de florestas e matas naturais. Isto se deve à expansão da fronteira agrícola nessas áreas para o cultivo principalmente da soja.

A mudança que ocorreu na base agrícola regional não afetou somente na utilização da terra, mas também na estrutura fundiária, como demonstra a Tabela 18.

TABELA 18 - DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO E DA ÁREA, VARIAÇÃO RELATIVA DA ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DO EXTREMO OESTE PARANAENSE, SITUADO NOS ESTRATOS INFERIORES E SUPERIORES A 50 HA - 1970 - 1975 - 1980.

ÁREAS AGREGADAS	(Em mil Estab. e mil ha)							
	1970		1975		1980		VARIAÇÃO RELATIVA % 1980/1970	
	ESTAB.	ÁREA	ESTAB.	ÁREA	ESTAB.	ÁREA	ESTAB.	ÁREA
< 50 HA	78,6	971,8	86,2	995,2	69,4	893,0	(11,7)	(8,1)
> 50 HA	3,9	644,9	4,6	753,2	5,7	944,5	46,1	46,5
TOTAL	82,5	1616,7	90,8	1748,4	75,1	1837,5	(9,0)	13,7

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário do Paraná, 1970 - 1975 - 1980.

Analisando os dados da Tabela 18, esta aponta que no período 1970/80 houve uma incorporação no total de áreas de 220.800 ha dos estabelecimentos, enquanto houve uma redução no número total de estabelecimentos em 7.400.

Em 1970 o número de estabelecimentos com menos de 50 ha que eram de 78.600 reduziram para 69.400 em 1980, ou seja, representou um decréscimo de 11,7%, enquanto os estabelecimentos superiores a 50 ha, para o mesmo período, apresentaram um crescimento de 46,1%. Essa concentração foi provavelmente a incorporação de novas áreas para a mecanização.

Estudo realizado pelo IPARDES concluiu com evidência as particularidades na relação que se estabelece entre a inovação técnica da agricultura e a concentração fundiária no Oeste do Paraná, e aponta que:

...no caso da soja nas regiões de pequenas propriedades do Paraná, o processo (de concentração fundiária) adquire uma feição particular devido à necessidade de impor o pacote tecnológico característico desse progresso técnico a uma estrutura fundiária incompatível com ele. Isto foi viabilizado pelas diversas políticas governamentais centradas nos subsídios creditícios e no contexto de preços elevados dos mercados de proteaginosas e oleaginosas. Nesse contexto os produtores agrícolas mais abastados adquirem tratores de elevadas potências. A sua utilização não pode ser total porque as áreas dos compradores são geralmente menores que o mínimo necessário para a potência do "bloco mecânico" adquirido. Como essa potência não pode ser modificada, pois a sua imposição reflete exatamente a hegemonia oligopólica, os seus proprietários tem, como alternativa mais óbvia, a aquisição de áreas adicionais de terra. (IPARDES, 1981 : 296-297)

O processo do avanço da modernização na região, articulado e correlacionado com a política governamental ligada ao crédito abundante e barato, assistência rural e pela poupança gerada pelos bons preços dos produtos da base de exportação (soja e trigo principalmente), possibilitaram a concentração fundiária, assim como a centralização da exploração dos estabelecimentos na figura do médio e grande proprietário de terra que detém maior acesso à tecnologia enquanto os pequenos proprietários têm dificuldades de obter os instrumentos de inovação técnica.

6.1.2. O Crédito Agrícola

A política de crédito rural subsidiado foi um dos maiores instrumentos para a introdução da modernização tecnológica e do processo de consolidação do complexo agro-industrial na região, articulando os interesses dos proprietários rurais e dos capitais de origem urbana, tais como: bancos, indústrias, comércios e outros .

O estudo feito pelo IPARDES mostrou que:

...implementado o programa de crédito rural, a década de 70 assiste a uma verdadeira explosão na expansão deste crédito e no período de 1970 a 1979 o crédito agrícola cresce no Paraná, em termos reais, por volta de 500%. Esta taxa indica a crescente dependência da agropecuária ao crédito oficial, já em 1970 o crédito representava cerca de 37% do valor bruto da produção, proporção essa que salta para cerca de 80% em 1979. Por outro lado, excluindo-se a pecuária, o crédito para a agricultura vai atingir a 89,43% do valor da produção agrícola. (IPARDES, 1982 : 32)

É relevante ainda ressaltar, com relação ao crédito rural, as seguintes observações feitas por Leão:

a) o crédito de custeio é concedido num volume significativamente maior que o crédito para investimento e comercialização, embora seu crescimento tenha sido inferior ao dessas outras duas modalidades. Grande proporção do crédito de custeio se dirige para a compra de insumos industriais que são beneficiados pelo crédito agrícola. O crédito de investimento também apresenta grande percentagem de seu total voltada para a compra de produtos industriais (...);

b) a agricultura é o segmento do Setor Primário a observar a maior parcela de crédito rural. O crédito se dirige em proporções crescentes para culturas modernas, maiores consumidoras de insumos e equipamentos industriais (...);

c) o crédito abrange uma proporção pequena (menos de um terço) dos produtores. Ao mesmo tempo sua captação pelos pequenos e mini produtores é reduzida. Na verdade, o programa de crédito rural não apenas deixa de proteger o pequeno agricultor como parece ter aumentado suas dificuldades, à medida que a vinculação do crédito ao uso de uma certa tecnologia e as dificuldades de acesso ao mesmo estimulam a concentração fundiária. (Leão 1989: 42);

O crédito agrícola constituiu-se, por muitos anos, desde que foi institucionalizado em 1965 pela lei 4.829 até 1980, o principal instrumento da política agrícola, permitindo estimular a expansão de produtos selecionados para exportação, e

simultaneamente fortalecer o produtor rural para que adotasse métodos técnico-produtivos racionais. A utilização do crédito rural passou a ser decisiva para o produtor rural, porque possibilitou ao mesmo a inserção na política agrícola de modernização nacional, seguida da assistência técnica, garantia de preços, seguro agrícola e outros tornaram-se instrumentos fundamentais.

Com isso, o crédito rural converteu-se em gerador e dinamizador de riquezas nas regiões de predominância agrícola (caso do Oeste Paranaense), pois forneceu recursos a juros subsidiados, facilitando a introdução e a implementação do pacote tecnológico.

A política do governo federal procurou estimular as culturas de exportação com o propósito de obter fontes de divisas para o país. As culturas privilegiadas foram a soja e o trigo, que receberam maior incentivo pela utilização do crédito rural.

O Paraná está praticamente estruturado numa economia de base agrícola, por isso teve crescente injeção de concessão de crédito destinado a custeio, investimento e comercialização no período 1970/79, conforme demonstra a Tabela 19.

**TABELA 19 - EVOLUÇÃO DO CRÉDITO RURAL CONCEDIDO AO PARANÁ
(VALORES CONSTANTES DE 1979) 1970-79**

ANOS	CUSTEIO		INVESTIMENTO		COMERCIALIZAÇÃO		TOTAL	
	Cr\$ 1000	%	Cr\$ 1000	%	Cr\$ 1000	%	Cr\$ 1000	%
1970	8.784.788	56,61	2.436.257	16,25	3.768.496	25,14	14.989.541	100,00
1971	8.439.962	52,18	3.677.481	22,73	4.064.170	25,12	16.181.613	100,00
1972	10.535.163	44,20	7.495.772	31,45	5.802.935	24,35	23.833.870	100,00
1973	16.115.648	46,22	9.357.056	26,84	9.394.678	26,94	34.867.382	100,00
1974	21.507.497	47,99	11.321.168	25,28	11.988.641	26,75	44.817.304	100,00
1975	27.176.985	40,91	19.141.591	28,81	20.115.798	30,28	66.434.374	100,00
1976	29.887.045	44,28	16.140.253	23,91	21.472.077	31,81	67.499.375	100,00
1977	53.398.354	47,03	12.252.831	16,28	27.621.061	36,69	75.272.246	100,00
1978	37.058.608	53,94	9.342.477	13,60	22.304.318	32,46	68.705.403	100,00
1979	49.415.120	56,11	11.273.961	12,80	27.372.259	31,08	88.061.340	100,00

Fonte: BACEN/DERUR, Fundação IPARDES

Deflator: FGV - Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - Coluna 2, in, IPARDES, Paraná: Economia e Sociedade, pág. 32.

Observa-se que os dados apontam para uma crescente evolução do crédito rural concedido ao Paraná num total de 14.989.541 em 1970, passando para 88.061.340 em 1980, ou seja, representando um crescimento de 487,5%.

O crédito de custeio teve supremacia em relação aos créditos de investimentos e de comercialização.

O crédito de custeio foi consumido em torno de 95,0% para o período de 1970/79, como pode ser verificado na Tabela 20.

TABELA 20 - CRÉDITO DE CUSTEIO CONCEDIDO AO PARANÁ - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS ITENS NO TOTAL - 1970-79.

DISCRIMINAÇÃO	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
Agricultura	94,28	94,46	95,11	95,12	95,60	89,23	94,21	94,67	92,72	94,00
Algodão	13,36	10,34	8,47	7,03	9,23	4,27	7,18	5,93	5,08	6,20
Amendoim	2,81	1,90	0,68	0,29	0,07	0,25	0,11	0,07	1,48	1,14
Arroz	2,14	2,07	2,54	2,31	4,01	5,31	3,16	1,81	1,48	1,14
Batata	-	-	-	-	12,43	1,89	2,15	1,92	2,18	1,43
Café	44,37	40,78	40,80	32,54	28,58	12,20	12,45	11,43	4,84	12,81
Cana-de-açúcar	0,28	0,48	0,34	0,80	0,43	0,39	0,95	0,67	0,67	0,51
Feijão	2,17	1,39	0,95	2,31	0,87	0,44	0,57	1,52	1,28	1,12
Milho	10,43	9,43	7,01	8,45	6,86	7,83	7,42	4,11	4,52	5,72
Soja	5,14	11,54	14,80	24,56	25,87	30,91	32,45	27,81	25,14	24,28
Trigo	5,01	4,95	7,48	4,48	12,62	19,51	33,14	18,32	21,38	15,74
Outros	4,09	4,34	3,82	3,72	2,71	3,48	3,89	5,22	9,04	8,29
A Cooperativas										
À Própria	1,99	3,54	1,76	3,80	-	-	-	14,25	15,04	15,71
Repasse	2,50	3,71	5,83	5,05	1,90	2,77	1,78	1,83	0,92	0,76
Pecuária	5,72	5,54	5,59	4,89	4,4	10,77	5,79	5,33	7,28	6,00
Aves	-	-	-	-	1,20	1,26	1,20	0,98	1,23	1,17
Bovinos	2,54	2,47	2,18	1,88	1,09	6,90	2,14	1,59	1,89	1,83
Ovinos	0,15	0,03	0,03	0,02	0,00	0,01	0,00	-	-	0,00
Suínos	1,25	1,45	1,43	1,22	1,69	1,91	1,74	1,50	2,04	1,7
Outros	1,45	1,35	1,19	1,42	0,37	0,67	0,70	0,88	1,11	0,75
A Cooperativas										
À própria	0,14	0,04	0,37	0,18	-	-	-	0,41	1,00	0,75
Repasse	0,18	0,20	0,42	0,20	0,04	0,03	0,01	-	0,01	0,01
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: BACEN/DERUR - Elaboração Fundação IPARDES, in, IPARDES, Paraná: Economia e Sociedade, pág. 34.

Verifica-se que a demanda por crédito para custeio cresceu em geral para todas as culturas, mas não foi de forma homogênea para todos os produtos como é o caso da soja e trigo que a partir de 1975 tiveram crescimento acima dos demais, ou seja, utilizavam juntos em torno de 47,0% do total do crédito concedido em relação a outros produtos.

O crédito de custeio apresentou-se com maior proporção do seu total destinado à aquisição de insumos industriais para culturas de soja e trigo como mostra a Tabela 21.

TABELA 21 - PARTICIPAÇÃO DAS CULTURAS E TOTAL DOS FINANCIAMENTOS CEDIDOS AO PARANÁ PARA AQUISIÇÃO DE INSUMOS - 1979

CULTURAS	CORRETIVOS FERTILIZANTES E INOCULANTES	DEFENSIVOS	SEMENTES E MUDAS MELHORADAS	TOTAL	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS CULTURAS NO CUSTEIO
<i>Algodão</i>	339.937	510.641	138.098	988.675	5,33
<i>Arroz</i>	329.525	49.807	37.132	416.484	2,25
<i>Batata</i>	332.265	49.432	157.424	539.121	2,91
<i>Café</i>	750.718	185.972	951	897.641	4,84
<i>Cana-de- açúcar</i>	66.935	4.749	1.751	73.435	0,4
<i>Feijão</i>	109.885	44.646	48.105	202.636	1,1
<i>Milho</i>	542.305	87.976	159.847	790.128	4,26
<i>Soja</i>	4.110.070	1.868.055	1.845.024	7.823.149	42,17
<i>Trigo</i>	2.075.034	1.364.448	1.453.418	4.892.800	26,37
<i>Outras lavouras</i>	1.164.013	428.861	334.411	1.927.285	10,39
<i>Agricultura</i>	9.820.687	4.594.587	4.176.161	18.551.435	-

Fonte: BACEN e DERUR, FUNDAÇÃO IPARDES. In: Paraná: economia e sociedade, pág. 32.

Dos financiamento concedidos ao Paraná para aquisição de insumos modernos para a agricultura num total de Cr 18.551.435, a soja e o trigo tiveram uma participação de 42,17% e 26,37% respectivamente. A soma das duas culturas tiveram larga participação na aquisição de insumos industriais sobre as demais culturas, cerca de 68,5%.

Observa-se que este predomínio se verifica sobre todos os tipos de insumos utilizados, corretivos, fertilizantes, defensivos, sementes, etc..

Isso mostra que as culturas, soja e trigo, mantêm um relacionamento mais estreito com a indústria e que a mesma tem se beneficiado com o programa de crédito agrícola.

Esse tipo de crédito teve grande influência na Região Oeste com a presença de inúmeras empresas de porte variado, que passaram a oferecer diferentes tipos de insumos em razão dos recursos do crédito rural.

As empresas de grande porte não só ofereciam insumos, mas também bens de capital para os produtores rurais (máquinas agrícolas e implementos), como foi o caso das empresas ligadas ao setor rural, Giombelli, Herbioeste, Dal’oglio e outras, além das Cooperativas.

O crédito destinado à comercialização está direcionado mais para a cultura da soja como demonstra a Tabela 22.

**TABELA 22 - EVOLUÇÃO DO CRÉDITO RURAL CONCEDIDO AO PARANÁ,
ESTIMADO À COMERCIALIZAÇÃO (VALORES CONSTANTES DE
1979) - 1974/79.**

(Em %)						
CULTURAS	1974	1975	1976	1977	1978	1979
AGRICULTURA	92,17	92,89	91,74	90,26	86,23	86,19
<i>Algodão</i>	12,90	10,79	9,39	11,37	9,84	11,11
<i>Arroz</i>	3,23	1,98	4,75	2,73	0,41	0,47
<i>Cafê</i>	18,29	11,15	10,46	3,13	7,93	3,95
<i>Milho</i>	4,63	3,73	6,56	3,93	2,07	3,78
<i>Soja</i>	38,75	56,57	52,60	37,28	27,75	27,04
<i>Outros</i>	8,02	6,94	7,51	6,61	11,59	12,49
À COOPERATIVA						
<i>À própria</i>	-	-	-	24,11	23,51	24,42
<i>Repasses</i>	1,34	2,13	0,46	1,10	3,14	2,94
PECUÁRIA	7,83	7,11	8,26	9,63	13,77	13,81
<i>Aves</i>	2,14	0,48	1,72	0,38	0,85	0,95
<i>Ovinos</i>	0,00	-	0,00	0,04	0,01	0,07
<i>Suínos</i>	3,02	2,06	2,48	1,98	1,03	0,84
<i>Outros</i>	6,67	0,53	0,49	0,87	1,60	1,82
À COOPERATIVA						
<i>À própria</i>	-	0,63	-	1,23	2,05	2,12
<i>Repasses</i>	0,08	0,00	0,02	0,67	0,61	0,40
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: FGV - Dados inflacionados pelo índice geral de preços - disponibilidade interna coluna 2. In: Paraná: Economia e Sociedade, pág. 33.

Em 1975 a soja teve sua maior participação na comercialização de 56,17%, depois houve queda, mas manteve-se nos últimos anos 78/79 em torno de 27,0%, sendo ainda o produto que tem participação sobre as demais, em contrapartida, o café (cultura permanente) teve grande decréscimo no recebimento do crédito de 1974 a 1979, ou seja, 18,29% e 3,95%.

O crédito destinado a investimento foi concedido para a aquisição de bens de capital tais como: máquinas, tratores, equipamentos, etc., bem como para cobrir os custos do capital existente, como pode ser observado na Tabela 23.

TABELA 23 - EVOLUÇÃO DO CRÉDITO RURAL DESTINADO A INVESTIMENTO NO PARANÁ - 1970/79.

DISCRIMINAÇÃO	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
Agricultura	63,68	72,97	80,84	77,82	85,44	76,55	76,55	85,36	69,08	63,73
floresta e reflorestamento	0,81	0,58	0,11	0,28	0,10	0,23	0,23	0,16	0,02	0,05
fundação de lavouras	14,34	22,84	33,32	4,95	-	-	-	-	-	-
fundiárias	0,47	-	0,03	0,01	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00
melhoramentos e eqtos.	44,96	42,31	42,12	65,50	-	-	-	-	-	-
outros investimentos	1,98	3,30	1,62	12,81	3,32	5,41	6,02	5,05	10,10	7,69
café	-	-	-	-	5,26	10,92	11,86	13,42	9,88	1,22
M. I. p/ cultivo preparo solo	-	-	-	-	4,87	4,84	4,30	4,48	2,58	2,88
M. I. p/ cultivo e corr. do solo	-	-	-	-	2,44	2,36	1,88	2,55	1,91	1,96
M.I. p/ colheita e transp.	-	-	-	-	14,41	11,39	11,41	8,27	5,33	9,19
Depósito para Armazém de Produção	-	-	-	-	7,33	9,17	6,89	4,94	4,47	2,71
Eletrificação	-	-	-	-	1,01	1,24	1,48	2,30	3,30	4,10
Eqtos. p/ ind. ou Benef.	-	-	-	-	10,13	10,74	1,51	1,22	1,45	0,86
Melhoramento das Explorações	-	-	-	-	7,48	4,25	4,25	5,21	5,95	5,04
Proteção do solo	-	-	-	-	17,79	18,86	19,5	0,83	6,69	0,33
Tratores	-	-	-	-	2,94	2,91	3,97	19,46	13,78	15,9
Veículos automotores	-	-	-	-	0,36	1,57	2,26	3,56	2,87	4,62
A cooperativa										
A própria	0,49	3,08	3,38	-	-	-	-	12,18	5,37	4,73
repassa	0,63	0,86	0,26	0,20	0,38	0,20	0,10	0,31	0,05	0,39
pecuária	36,32	27,03	19,16	22,18	19,34	14,55	23,45	14,64	30,92	36,37
reprod. bovinos	10,93	11,07	6,68	7,79	1,49	0,56	0,57	0,52	0,96	1,39
Outros bovinos	6,78	3,45	3,47	5,47	9,08	5,33	4,70	5,02	12,08	10,32
suínos	1,36	0,62	0,38	0,34	0,54	0,27	0,21	0,41	0,46	0,88
outros animais	0,43	0,35	0,33	0,25	0,08	0,08	0,05	0,05	0,12	0,21
Melhoramentos e Eqtos.	15,85	9,78	7,27	6,87	-	-	-	-	-	-
Outros investimentos	0,62	0,76	0,60	0,39	0,76	0,82	1,94	1,12	1,18	1,48
aves	-	-	-	-	0,21	0,03	0,03	0,09	0,13	0,21
M.I. para adap. e prep. solo	-	-	-	-	0,21	0,17	0,41	0,26	0,38	0,42
M.I. colheita e transporte	-	-	-	-	0,24	0,07	0,12	0,08	0,16	0,42
Depósito p/ amaz. produção	-	-	-	-	0,15	0,29	0,03	0,16	0,49	0,61
Eletrificação	-	-	-	-	0,16	0,19	0,58	0,35	0,85	1,35
Equip.p/ indústria beneficiamento.	-	-	-	-	0,60	0,41	0,25	0,44	1,08	0,94
granjas avícolas	-	-	-	-	0,48	0,10	0,68	0,27	0,73	2,49
Melhoramentos das Expl.	-	-	-	-	3,67	3,80	6,59	2,89	7,46	10,92
Pastagens permanentes	-	-	-	-	0,66	1,41	4,60	0,49	1,30	1,64
Tratores	-	-	-	-	0,76	0,74	1,29	0,84	1,24	1,50
Veículos automotores	-	-	-	-	0,17	0,22	0,43	0,36	0,88	0,91
A cooperativa										
A própria	0,31	0,15	0,08	0,24	-	-	-	0,84	1,41	0,54
Repassa	0,04	0,35	0,35	0,83	0,09	-	0,00	0,46	-	0,04
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: BACEN - DERUR - dados inflacionados em IGP - coluna 2 FGV. Elaboração Fundação IPARDES. In: Paraná: Economia e Sociedade, pág. 33.

Analisando-a pode-se verificar que no item melhoramentos e equipamentos para a agricultura foi registrado, para o ano de 1970, um percentual de 44,96% e subiu para 65,50% em 1973. O item tratores apresenta também como tomador de crédito em 1974 de 2,94% e cresceu para 19,46% em 1977 e depois declinou permanecendo em média 14,80% para os anos de 1978 e 1979.

A análise do IPARDES (1982 : 33) aponta que “em 1979, cerca de 40,0% dos gastos do crédito em investimento eram destinados à compra de máquinas e equipamentos agrícolas, o que mais uma vez confirma os benefícios trazidos pelo programa de crédito ao setor industrial”.

Desta forma, o IPARDES em seu estudo aponta que:

...o crédito dirige-se cada vez em maiores proporções para as culturas modernas, culturas que evidentemente consomem mais insumos e equipamentos industriais. Para que se tenha a dimensão deste movimento, basta que se indique a soja e trigo são culturas que mais demandam insumos industriais, como proporção do crédito de custeio 65,% e 62,0%, respectivamente, ao passo que esta proporção para o café é de somente 14,0%. (IPARDES op. cit : 34)

No entendimento de Algorta Pla :

...o crédito agrícola constitui por muitos anos (1964 a 1980) o principal instrumento da política agrícola, permitindo incentivar o desenvolvimento de produções selecionadas. O crédito agrícola foi colocado à disposição dos produtores a juros inferiores aos de mercado financeiro, sendo que muitos vezes esses juros não chegavam a acompanhar sequer a taxa de inflação. A diferença entre o custo real do

dinheiro e os juros pagos pelos produtores, constituía o subsídio pago pelo Tesouro Nacional. A garantia dada pelos produtores para a concessão de crédito da produção era a própria colheita que iria ser obtida. (Algorta Pla, 1992 : 30-35)

As taxas reais de juros foram importantes nesse processo de tomada de recursos de crédito para a modernização e produção de culturas modernas. Nesse sentido, as taxas de juros altamente subsidiadas tiveram valores reais negativos no período de 1974 a 1985 como demonstra a Tabela 24.

TABELA 24 - VALOR REAL DO CRÉDITO DESTINADO À ATIVIDADE AGRÍCOLA DO BRASIL E DO PARANÁ - TAXA REAIS DE JUROS E VALOR DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA, 1974 / 85.

ANOS	CRÉDITO RURAL À ATIVIDADE AGRÍCOLA		TAXA REAL DE JUROS	VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA PR	B/A*
	BRASIL (A)	PARANÁ(B)			
1974	41.753,7	8.903,8	-17,6	15.659,7	21,3
1975	59.613,2	12.975,7	-14,4	16.897,2	21,8
1976	61.806,7	13.038,2	-24,3	12.878,4	21,1
1977	60.192,7	12.108,6	-19,9	18.258,2	20,2
1978	57.538,2	10.633,7	-18,3	12.452,3	18,5
1979	71.259,7	13.581,5	-33,4	12.978,8	19,1
1980	76.186,3	13.101,8	-42,7	15.367,6	17,2
1981	69.461,1	12.242,9	-28,0	15.747,8	17,6
1982	107.314,7	12.052,2	-30,0	11.717,0	17,7
1983	51.248,4	8.839,8	-23,0	12.004,0	17,2
1984	32.204,1	6.217,4	-5,0	13.727,8	17,3
1985	47.347,3	8.720,4	-2,0	17.570,2	18,4

Fonte: Pereira & Lugnani (1990)

* Dados da pesquisa.

De 1974 a 1980 as taxas de juros apresentaram índices negativos, a partir desse período elas se elevaram, decorrentes das decisões de mudanças e do novo direcionamento da política agrícola para a concessão de crédito agrícola.

A forte injeção de subsídios sobre os financiamentos apresentou para o período (74/85) taxas de juros negativas atingindo um percentual de 42,7% para o ano de 1980.

Na visão de Paula (op. cit : 164-165) “o crédito rural, todavia, só se efetivou como instrumento decisivo do processo de modernização por contar com forte dose de subsídio, que acabou sendo um estímulo à indústria, com juros sobre os financiamentos chegando até mesmo a taxas negativas.”

A distribuição do crédito rural para as diversas regiões do Paraná não se deu de forma homogênea. Houve regiões que obtiveram maior participação na concessão do financiamento efetuado pelo Banco do Brasil para o setor agrícola, como se deu na Região Norte e Oeste do Estado do Paraná no período 1972/73/74 como mostra a Tabela 25.

TABELA 25 - PARANÁ - FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS PELO BANCO DO BRASIL S/A, A PRODUTORES E COOPERATIVAS PARA O CUSTEIO E COMERCIALIZAÇÃO DA ATIVIDADE AGRÍCOLA, PERÍODO 1972 - 1974.

MRH	1972 - (a)					1973 - (b)					1974 - (c)					(a) + (b) + (c)				
	Nº de Contratos	%	Vlr. (1) Cr\$ MIL	%	Vlr. Médio por contratos	Nº de Contratos	%	Vlr. (1) Cr\$ MIL	%	Vlr. Médio por contratos	Nº de Contratos	%	Vlr. (1) Cr\$ MIL	%	Vlr. Médio por contratos	Nº de Contratos	%	Vlr. (1) Cr\$ MIL	%	Vlr. Médio por contratos
01	983	1,6	16.941	0,6	17.234	1.003	1,5	73.331	2,0	73.311	1.170	1,5	52.521	0,9	44.890	3.156	1,5	142.993	1,2	45.308
02	189	0,3	11.715	0,5	61.984	214	0,3	7.966	0,2	37.224	117	0,2	7.801	0,1	66.675	520	0,3	27.482	0,2	52.850
03	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
04	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
05	881	1,4	11.745	0,5	13.331	1.046	1,6	19.061	0,5	18.223	1.132	1,5	33.223	0,6	29.349	3.059	1,5	64.029	0,5	20.931
06	2.765	4,5	127.163	5,0	45.990	2.554	3,9	242.357	6,7	94.893	2.867	3,7	555.348	9,3	193.704	8.186	4,0	924.868	7,6	112.982
07	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
08	467	0,8	2.587	0,1	5.540	591	0,9	5.150	0,2	8.714	807	1,0	11.078	0,2	13.727	1.865	0,9	18.815	0,2	10.088
09	1.609	2,7	13.982	0,5	8.690	1.447	2,2	18.358	0,5	12.687	1.571	2,0	36.063	0,6	22.955	4.627	2,3	68.403	0,6	14.783
10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
11	2.374	3,9	48.036	1,9	20.234	2.613	4,0	85.212	2,4	32.611	3.266	4,2	127.578	2,1	39.062	8.253	4,1	260.826	2,2	31.604
12	7.946	13,1	353.439	14,1	44.838	8.936	13,6	383.013	10,6	42.862	9.081	11,6	746.909	12,5	82.250	25.933	12,7	1.486.361	12,3	57.249
13	1.447	2,4	77.633	3,1	53.651	1.917	2,9	110.114	3,0	57.441	2.276	2,9	193.616	3,2	85.069	5.640	2,8	381.363	3,1	67.618
14	6.538	10,9	450.545	17,8	68.702	9.052	13,3	532.927	14,7	58.874	8.931	11,4	750.378	12,6	84.019	24.541	12,0	1.733.850	14,3	70.851
15	1.608	2,7	214.316	8,5	133.281	1.816	2,8	223.553	6,2	123.102	2.698	3,5	385.157	6,5	142.756	6.122	3,0	823.026	6,8	134.437
16	8.124	13,4	258.442	10,2	31.812	9.267	14,1	322.020	8,9	34.749	9.214	11,8	415.016	7,0	45.042	26.605	13,0	995.478	8,2	37.417
17	4.551	7,5	101.774	4,0	22.363	4.800	7,3	136.259	3,8	28.387	5.201	6,7	181.420	3,0	34.882	14.552	7,1	419.453	3,5	28.824
18	7.380	12,2	172.331	6,8	23.351	5.802	8,9	227.890	6,3	39.278	10.018	12,8	340.775	5,7	34.016	23.200	11,4	740.996	6,1	31.939
19	3.476	5,8	214.653	8,5	61.753	3.232	4,9	260.394	7,2	80.567	4.998	6,4	635.492	10,7	127.149	11.706	5,7	1.110.539	9,2	94.969
20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
21	3.903	6,5	234.105	9,2	59.981	4.175	6,4	545.861	15,1	130.745	5.196	6,7	864.050	14,5	166.291	13.274	6,5	1.644.016	13,6	123.852
22	2.629	4,4	96.343	3,8	36.646	2.779	4,3	193.541	5,3	69.644	4.316	5,5	236.586	4,0	54.816	9.724	4,8	526.470	4,3	54.141
23	1.987	3,3	100.926	4,0	50.793	2.870	4,4	200.744	5,5	69.946	3.706	4,7	332.777	5,6	89.794	8.563	4,2	634.447	5,2	70.092
24	1.550	2,6	23.933	0,9	15.441	1.441	2,2	31.968	0,9	22.185	1.498	1,9	52.689	0,9	35.173	4.489	2,2	108.590	0,9	24.190
Total do Estado	60.427	100	2.533.609	100	41.929	65.555	100	3.619.919	100	55.220	78.063	100	5.958.477	100	76.329	204.045	100	12.112.005	100	59.359

FONTE: Banco do Brasil S/A - Estatísticas de Créditos concedidos a atividade rural - Mapas ESDP 1.230

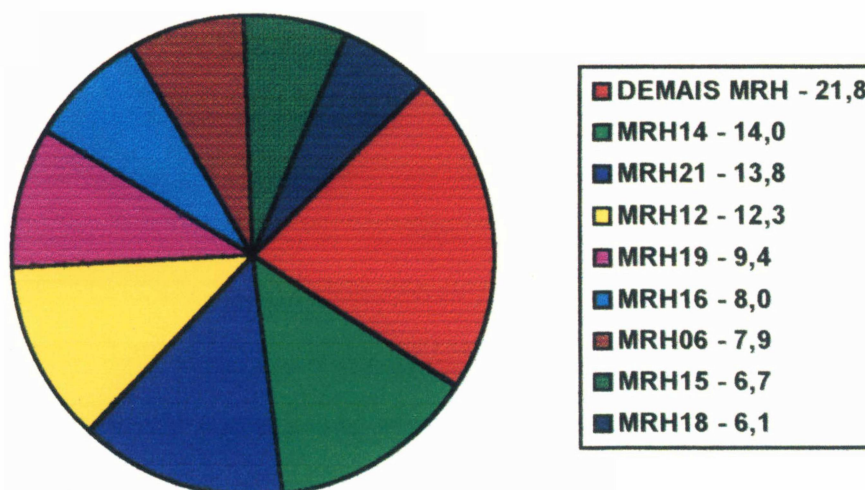
(1) - Valores inflacionados a preços de 1976, com base na coluna 2 do Índice Geral de Preços da F.G.V. (Base: 1.965/67 = 100).

In: IPARDES-CODESUL - Contribuição ao Estudo do Crédito Rural no Paraná-Julho/78-pág.162

A distribuição se deu de maneira desigual devido às condições endógenas de cada Região (solo, relevo, clima e outros) de responderem e de se adaptarem ao processo de modernização e às novas culturas de facilidade combinação com as técnicas empregadas.

Assim, o Norte do Estado teve maior participação nos financiamentos e a seguir o Oeste do Paraná que representaram 14,5% e 13,6%, respectivamente, conforme Tabela 25, assim como mostra a Figura 2.

FIGURA 2 - PARTICIPAÇÃO DAS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS DO PARANÁ NO VALOR TOTAL DO CRÉDITO RURAL - PERÍODO 1972/73/74.



Fonte: Banco do Brasil S.A - Estatística de Créditos a atividade rural

IPARDES-CODESUL - Op. Cit. pág. 163.

O total de crédito concedido ao Estado do Paraná no valor de Cr 2.533.609 em 1972 à Região Oeste do Paraná absorveu Cr 234.105, participando com 9,2% apenas, colocando-se em quarto lugar em relação às demais regiões do Estado.

Isso quer dizer que esta região estava entrando no processo de modernização cuja mecanização ia se dar de forma acelerada através da expansão da fronteira agrícola com as culturas de soja e trigo.

Nesse sentido, pode ser verificado que no ano seguinte (1973), a concessão de crédito foi na ordem de Cr 545.861 do total do Estado, ou seja, dos Cr 3.619.919, teve uma participação de 15,1%. Nota-se que a Região passou a ser a primeira em participação na obtenção de recursos de crédito sobre as demais regiões do Estado para os anos de 73/74.

A concessão de crédito para a Região Oeste teve crescimento intenso de 1972 a 1974. Em 1972 recebeu Cr 234.105 em valores de crédito, já em 1974 foi de Cr 864.050. Representou, nesse período, um crescimento em termos percentuais de 269,0%, ou ainda, um aumento de 3,7 vezes referente ao ano de 1972, enquanto o total do Estado em 1972 era de Cr 2.533.608 e passou para Cr 5.958.477 em 1974, tendo uma participação percentual de 135,0%, ou seja, aumentou 2,4 vezes no período considerado.

Isso significa que a Região Oeste passou a demandar um volume maior de crédito devido ao favorecimento das políticas a nível nacional e das culturas temporárias modernas principalmente soja e trigo, que estavam se mostrando mais adaptáveis à conformação plana do terreno e principalmente à fertilidade do solo da região.

Observando ainda a Tabela 26 nota-se que o Norte Novo, composto pelas Microrregiões Homogêneas (MRH), Londrina (14), Maringá (15) e Apucarana (17), teve participação de 24,1% do valor total da concessão de crédito rural. A Microrregião

Homogênea de Londrina (14) na série de anos como um todo foi a que obteve o maior volume de recursos do total de créditos, ou seja 14,3%. A destinação deste montante está relacionada ainda com a boa produção do café e início do desenvolvimento de outros produtos como a cana-de-açúcar, algodão, soja e outros.

O Norte Velho, composto pelas Microrregiões Homogêneas (MRH) de Wenceslau Bráz (11), Jacarezinho (12) e Algodoeira de Assai (13), em conjunto absorveram 17,6% do montante de crédito do Estado do Paraná. Os recursos obtidos eram destinados para o cultivo do café, algodão, cana-de-açúcar, milho, etc.

O Norte Novíssimo composto pelas Microrregiões de Paranavaí (16) e Umuarama (18) e a Região de Campo Mourão (19) absorveram 23,5% do total do crédito. Esta demanda pelo crédito está relacionada ao cultivo da soja, trigo, algodão, milho e outros.

O Extremo Oeste Paranaense (21) denominado também por Região Oeste, teve uma importante participação na parcela de financiamentos, ou seja, uma participação de 13,8% do total do Estado.

Esta participação foi devido à intensa rapidez da expansão da fronteira agrícola da soja e trigo em áreas em que ainda havia matas e florestas. O expressivo montante de crédito utilizado na região estava diretamente relacionado com as culturas modernas.

O crédito é considerado instrumento-financeiro estratégico do novo padrão tecnológico de desenvolvimento nacional, implementado pelo Estado ao setor rural, capaz de transformar aceleradamente o crescimento agrícola regional, funcionando como elemento incorporador de novos instrumentos técnico-produtivos e de insumos nas funções das economias regionais com base em produtos tradicionais.

O Sistema Nacional de Crédito (SNCR), implantado em 1965 sob a lei 4.829, foi um dos fatores de suporte financeiro do processo de crescimento da Região Oeste paranaense, constituiu e promoveu a ampliação e o auge da sua Base de Exportação estruturado no ciclo da soja e trigo na década de 70, e a inserção da agricultura regional com os segmentos a montante (produtos de bens de capital e insumos para a agricultura) e com os a jusante (processadores de produto agrícolas).

6.1.3. Infra Estrutura

O crescimento do Oeste está ligado também a dotação de uma infra-estrutura de apoio às atividades agrárias (rodovias, estradas, telecomunicações, rede bancária, agroindústrias, Cooperativas, etc.) e das condições favoráveis de acesso aos grandes mercados do País e aos portos de exportação para aquisição de bens de capital, insumos modernos e financeiros, principalmente para comercializar os produtos regionais.

É próprio do sistema capitalista procurar a expansão de investimentos em outras regiões, ou seja, incorporando novas áreas. Assim, a Região Oeste interliga-se ao sistema nacional de produção à medida que se especializa e passa a estabelecer fluxos de mercadorias, serviços e financeiros com o sistema externo à região.

Os processos dessa inserção são determinados pela ação de fatores externos (as políticas públicas) e pelos fatores internos, isto é, as características particulares da região (os recursos naturais).

Durante os anos 60, intensificou-se o processo de unificação da economia paranaense, particularmente da Região Oeste ao núcleo do Centro Sul, especificamente São Paulo que detém a polarização industrial e o principal fornecedor de bens de capital para o resto do País.

Esses processos estão intimamente associados a partir de dois movimentos: primeiro estão ligados às políticas governamentais e de suas características de crescimento da economia brasileira a partir do Plano de Metas, que introduziu e fixou no Brasil um moderno parque industrial, comandado pela ação das indústrias de bens de consumo duráveis, de bens de produção e de insumos básicos, voltados para abastecer todo o mercado nacional. Todavia, para a consolidação dessas indústrias era exigido por parte dos capitalistas, via órgãos públicos, a necessidade de inserção das economias regionais. Segundo, internamente o setor público paranaense, com finalidade de implantar um projeto de desenvolvimento para o Estado, implantou uma infra-estrutura social (rede de água, esgoto, educação, etc.) e uma infra-estrutura física (ferrovias, rodovias, porto marítimo, energia elétrica, etc.), esta última permitindo as condições essenciais para o escoamento da produção agrícola das diversas regiões do Estado, em particular a região Oeste do Paraná que passou a associar-se ao segmento industrial dos centros dinâmicos nacionais.

O processo de inserção regional na economia nacional se tornou mais estreito nos anos 70, principalmente na fase do “milagre econômico,” através do qual foi possível expandir e consolidar as bases de transformação na região.

As transformações qualitativas na atividade agrícola regional se deram com a penetração de culturas tecnificadas decorrentes da estreita relação entre a agropecuária e a indústria.

O ciclo de expansão da economia nacional no período 1967/73 encontra a economia do Paraná, especificamente o Oeste Paranaense, em condições internas favoráveis para reagir aos estímulos de crescimento da economia brasileira.

O projeto político das reformas estruturais na década de 60 tinha como objetivo eliminar os pontos de estrangulamento da economia brasileira como por exemplo,

Reforma Tributária - para alocação de recursos e financiamento públicos; Reforma Financeira, Bancária e a criação do Sistema Financeiro de Habitação, com a finalidade de financiar as indústrias de bens de consumo duráveis e a construção civil.

A política agrícola está voltada fundamentalmente para priorizar a agricultura de exportação mais precisamente a sua modernização que abre um mercado potencial para a dinamização da indústria de máquinas, implementos e insumos agrícolas e, em contrapartida, demanda produtos da lavoura em sua forma de “in natura” ou em fase de pré-elaboração.

Esse movimento da expansão da economia nacional aliado aos fatores internos da região possibilitou a região, através do projeto de desenvolvimento nacional, a transformação do setor produtivo agrário regional.

O resultado da ação das políticas de desenvolvimento nacional na década de 70 e início de 80 proporcionou um movimento de capitais em direção aos espaços vazios assim como intensificou a integração das regiões à matriz produtiva nacional.

Durante um longo processo de concentração espacial da atividade produtiva da economia brasileira, desde o início de sua industrialização (década de 30), a partir da década de 70 e início de 80, sob o impacto da política nacional de desenvolvimento, proporcionou um processo de desconcentração espacial das atividades econômicas a partir do Sudeste, particularmente São Paulo, privilegiando novas áreas como o Centro -Oeste, Norte e Nordeste como se verifica na TABELA 26.

TABELA 26 - PARTICIPAÇÃO DAS GRANDES REGIÕES BRASILEIRAS NO PIB - 1970-85

REGIÕES	1970	1975	1980	1985
NORTE	2,16	2,05	3,18	3,87
NORDESTE	11,71	11,0	11,9	13,06
SUDESTE	65,55	64,86	62,28	57,60
SUL	16,71	17,90	16,98	16,70
CENTRO-OESTE	3,87	4,11	5,59	8,77
BRASIL	100	100	100	100

FONTE: IBGE

APUD. ROLIM, Cássio Frederico Camargo. Paraná Urbano e o Paraná ...

In.: Revista Paranaense de Desenvolvimento. P. 52.

Os dados revelam que o Sudeste teve uma participação no PIB nacional de 65,55% em 1970 e, em 1980 cai para 62,28% e apresenta em 1985 uma queda mais acentuada com uma participação de 57,6%. Enquanto as outras regiões apresentam crescimento positivo, a Região Sul apresenta uma participação, constante no PIB nacional, de aproximadamente 17,3%. Este resultado, significa que outras regiões estavam se integrando à matriz produtiva nacional.

A economia paranaense, particularmente da Região Oeste do Paraná, reagiu positivamente aos estímulos da política nacional e cresceu em função do ciclo econômico 67/73, especificamente com o estímulo da política agrícola, no qual a renda interna dos três setores na metade da década de 70 a Região Oeste apresentou um crescimento em valores nominais de 790% conforme TABELA 27 superando os já elevados índices do Paraná de 672% (ver TABELA 28) e do Brasil 428% (conforme TABELA 29).

TABELA 27 - TAXA DE CRESCIMENTO E EVOLUÇÃO DA RENDA INTERNA DA MICRORREGIÃO EXTREMO-OESTE PARANAENSE POR SETORES ECONÔMICOS. 1970-1980

(Cr\$ 1000 correntes)

	Setor	%		Setor	%		Setor	%			%	
	I	Tx.	EVOL.	II	Tx.	EVOL.	III	Tx.	EVOL.	Total	Tx.	EVOL.
1970	295.396	-	-	60.084	-	-	184.702	-	-	540.172	-	-
1975	2.654.865	799	8,9	590.532	884	9,8	1.562.738	746	8,5	4.808.535	790	8,9
1980	25.809.991	872	9,7	6.983.268	1.082	11,8	16.628.420	964	10,6	49.421.679	928	10,3

FONTE: IPARDES - In: Renda Interna do Paraná por Microrregiões homogêneas e Municípios Selecionados. Agosto 1982.

Obs.: *Estão incluídos apenas renda interna da agricultura - indústria e comércio.*

TABELA 28 - TAXA DE CRESCIMENTO E EVOLUÇÃO DA RENDA INTERNA DO PARANÁ POR SETORES. 1970-1980

(CR\$ 1000 CORRENTES)

	Setor	%		Setor	%		Setor	%			%	
	I	Tx.	EVOL.	II	Tx.	EVOL.	III	Tx.	EVOL.	Total	Tx.	EVOL.
1970	2.111.747	-	-	1.394.623	-	-	1.643.498	-	-	5.149.468	-	-
1975	16.058.646	660	7,6	10.921.151	683	7,8	12.781.295	678	7,8	39.761.092	672	7,7
1980	122.853.081	665	7,7	186.125.468	1.604	17	131.203.382	927	10,3	440.181.931	1.007	11,1

FONTE: IPARDES - In: Renda Interna do Paraná por Microrregiões homogêneas e Municípios Selecionados. Agosto 1982.

Não está incluída no total da renda interna dos outros sub-setores de serviços.

TABELA 29 - TAXA DE CRESCIMENTO E EVOLUÇÃO DA RENDA INTERNA DO BRASIL POR SETORES - 1970/80.

(Cr\$ 1000 correntes)

	Setor	%		Setor	%		Setor	%			%	
	I	tx.	EVOL.	II	tx.	EVOL.	III	Tx.	EVOL.	Total	Tx.	EVOL.
1970	17.125.636	-	-	46.314.580	-	-	91.097.637	-	-	154.453.853	-	-
1975	97.055.887	467	5,7	259.953.824	461	5,6	458.408.355	403	5,0	815.418.066	428	5,3
1980	1.446.050.117	1.390	14,9	3.008.096.877	1.057	11,6	5.880.459.308	1.183	12,8	10.334.606.302	1.167	12,7

FONTE: IPARDES/CODESUL . In: Análise da Renda Interna do Paraná - Anexo Estatístico - Setembro/83 . Conjuntura Econômica nº12 Vol. 35. Dez/81.

Essa expansão se verifica em todos os setores da economia do Oeste

Paranaense quando se analisa a relação do período entre 75/70, a Renda Interna da

Agricultura apresenta uma taxa de crescimento de 799%, a Indústria 884% e no Comércio 746%. Houve nesse período, na Região Oeste, uma evolução média dos setores em aproximadamente 9 vezes, enquanto para a economia brasileira foi 5,3 vezes e a paranaense em 7,7 vezes.

O Oeste Paranaense teve uma participação na renda interna do Brasil no total dos três setores econômicos de 0,6% em 1975 em relação a 1970 que foi de 0,3%. E em relação à renda interna do Paraná o Oeste teve uma taxa de crescimento em valores nominais de 12,1%. Significando que nesse quinquênio houve um crescimento em dobro, enquanto que o Paraná respondeu por 4,9%, conforme TABELA 30.

TABELA 30 - PARTICIPAÇÃO TOTAL DA RENDA INTERNA DA REGIÃO OESTE E DO PARANÁ NA DO BRASIL SEGUNDO SETORES ECONÔMICOS 70/75/80.

	Região Oeste			Paraná		Brasil
	R. Oeste	R.O./Br	R.O./Pr	Paraná	Pr/Br	Brasil
1970	540.172	0,3	10,5	5.149.868	3,3	154.453.853
1975	4.808.535	0,6	12,1	39.766.092	4,9	815.418.066
1980	49.421.679	0,5	11,2	440.181.931	4,3	10.334.606.302

FONTE: IPARDES/CODESUL . In.: Análise da Renda Interna do Paraná - Anexo Estatístico - Setembro/83 .
Renda Interna do Paraná por Microrregiões Homogêneas e Municípios Seleccionados - 70/80.

As transformações ocorridas na estrutura dos setores produtivo do Oeste, principalmente no tocante à agricultura que forma a base de exportação da região, provocou efeitos multiplicadores sobre o crescimento do setor terciário (comércio) e na indústria. Esse efeito pode ser verificado pela tabela anterior, de número 27, em relação

ao período 80/75. O setor agrário apresentou um crescimento em valores nominais de 872%, a indústria 1.082% e o comércio 964%.

O Oeste Paranaense, através da agricultura, desempenha importante papel no abastecimento dos centros/urbanos industriais no fornecimento de matérias-primas. Por outro lado, demanda bens de capital e insumos das indústrias, sendo parte integrante do núcleo capitalista da economia nacional. A região contribuiu com uma significativa parcela na produção da agricultura nacional, participando em 1975 com um percentual de 2,7% em relação à produção agrícola do Brasil, enquanto a economia paranaense participou com 16,5%, conforme TABELA 31.

TABELA 31 - PARTICIPAÇÃO DA RENDA INTERNA DA REGIÃO OESTE E DO PARANÁ NA RENDA INTERNA DO BRASIL, SEGUNDO O SETOR AGRÁRIO - 70/75/80.

Em Cr\$ 1.000 correntes					
	Região Oeste		Paraná		Brasil
	R. Oeste	R.O./Br	Paraná	Pr/Br	Brasil
1970	295.386	1,7	2.111.747	12,3	17.125.636
1975	2.654.865	2,7	16.058.646	16,5	97.055.887
1980	25.809.991	1,8	122.853.081	8,5	1.446.050.117

FONTE: IPARDES/CODESUL . In.: Análise da Renda Interna do Paraná - Anexo Estatístico - Setembro/83 .
Renda Interna do Paraná por Microrregiões Homogêneas e Municípios Selecionados - 70/80.

O Oeste Paranaense teve sua inserção nos setores industriais fornecedores de máquinas, insumos e outros a montante da agricultura regional, que se associa à fase de desenvolvimento da economia nacional, principalmente ao núcleo industrial instalado na Região Metropolitana de São Paulo. Além disso, a estrutura interna da economia regional se insere a jusante da agricultura, a agroindústria, pois a maior parte da indústria está

acoplada à agropecuária, através do processamento de seus produtos, via fornecimento de máquinas, equipamentos e insumos, ou seja, o setor agrícola regional é ao mesmo tempo fornecedor de matérias-primas e um mercado regional consumidor para a indústria.

Dessa forma, o setor agrícola regional é extremamente importante para o Oeste paranaense, onde a atuação dos dois conjuntos de indústrias ligados entre si, um a montante e outro a jusante da produção agrícola, é que insere a agricultura regional, especialmente o Oeste Paranaense e sua base de exportação através dos produtos agrários contribuem e refletem significativamente no crescimento dos vários segmentos da economia regional. Esta expansão foi possível devido à conjugação de alguns elementos como:

a- a existência de produtores capitalistas e uma grande maioria de produtores, mercantes, que apesar de não possuírem grandes recursos para investimento já estavam integrados ao mercado nacional e mesmo com o exterior; a substituição dos produtos domésticos pelos produtos de exportação;

b- localização e qualidade do solo da região e sua aptidão e altitude para o desenvolvimento dos cultivos modernos, sobre os quais se concentraram os créditos e incentivos da política agrícola;

c- o rápido aumento da área desses cultivos que se refletem no aumento das relações de trocas a montante e a jusante do processo de produção de soja e do trigo; a comercialização feita pelas cooperativas, que se tornaram órgãos oficiais na recepção

desses produtos e de outros comercializados pelos preços mínimos que refletiu no incremento da produção recebida⁵;

d- apoio credetício do Estado, tanto através de financiamento para investimento em infra-estrutura de equipamentos, máquinas, implementos e plantio e, infra-estrutura para comercialização, transporte e armazenagem compatíveis com o volume de produção;

e- a construção de rodovias, principalmente a BR 277 na década de 60 que ligou Foz do Iguaçu ao Porto de Paranaguá, atraiu um fluxo contínuo de empresários agrícolas e industriais que intensificaram o uso das terras. Esta mesma rodovia, diminuindo os custos do transporte, facilitou e intensificou as relações de trocas internas e externas pela especialização e comercialização da produção regional.

O processo de crescimento e inserção do Oeste surgiu fundamentalmente de fatores exógenos à região, mais especificamente aos movimentos de capitais e pessoas que migraram de uma região para outra devido às políticas adotadas pelo Estado através de seus instrumentos de política econômica.

Esse crescimento esteve intrinsicamente ligado a dois elementos básicos externos à região: primeiro, à prática de uma política econômica do Estado, pela rápida ampliação do crédito rural abundante de longo prazo e a juros negativos, voltada para a modernização agrícola, especialmente para os produtos de exportação (soja e trigo) da região, que por sua vez facilitou e conduziu a importantes transformações na base técnica da produção agrícola regional; segundo, pela conjuntura internacional extremamente favorável do mercado internacional de matérias-primas, com rápida subida dos preços do

⁵ Nesse sentido ver MELLOs, Erastos C. de. *A mercantilização da produção agrícola regional...* (dissertação de mestrado) CEDEPLAR, Belo Horizonte, 1988.

soja e de seus derivados (farelo, proteaginoso e oleaginoso) que foi um dos grandes fatores responsáveis pela expansão dessa cultura na região, em grande parte graças às políticas públicas adotadas. Além desses fatores, outros influenciaram nesse crescimento, a política de preços mínimos, a de seguro agrícola, a de subsídios e de assistência técnica.

A capacidade da Região reagir aos estímulos externos está vinculada aos fatores internos (endógenos), isto é, no começo eram a terra fértil, abundante e barata para compra e os recursos naturais capazes de produzir bens extrativos (erva-mate e madeira) e os primeiros mercados locais de comercialização de alimentos e de produtos da lavoura além de pequenos núcleos de colonos oriundos do sul do país que cultivavam lavouras temporárias (de subsistência) em pequenas propriedades que constituíam os primeiros elementos de atração e respostas favoráveis à dinâmica nacional. Posteriormente, a mudança e combinação de fatores produtivos e do desenvolvimento tecnológico e da infraestrutura mais especificamente na década de 70, permitiram a imigração de capitais e trabalho mais especializado para a região, que possibilitou a criação de um mercado interno mais dinâmico, ou seja, uma ampla variedade de atividades locais (rede bancária, atacadistas de secos e molhados, armazéns, lojas, cooperativas, agroindústrias, etc.) destinados a atender as necessidades da população da região, e que respondeu de forma mais completa aos requerimentos externos (exógenos).

Dessa forma, o mercado interno teve seu considerável papel de responder aos impulsos exógenos oferecendo e se especializando em seu particular de recursos naturais e da combinação dos fatores produtivos, isto é, exercendo influência na quantidade e qualidade de recursos naturais renováveis, disponibilidade de capital regional e atividade da região para o capital extraregional, quantidade, qualidade dos recursos humanos nos

diferentes níveis da capacitação, disponibilidade e acesso à tecnologia, à estrutura e às característica do setor público regional.

Portanto, o desenvolvimento da Região Oeste resultou da ação conjunta dos fatores exógenos e endógenos. Os fatores endógenos determinaram as respostas que podem ser positivas ou negativas da Região aos impulsos exógenos. Assim, os fatores internos determinaram a medida na qual podem materializar-se os fatores externos. O resultado da interação de fatores internos e externos determinaram o grau de dinâmica do desenvolvimento da Região Oeste. A existência de impulsos externos foi uma condição necessária, mas não suficiente para o desenvolvimento da Região, foram necessários também os fatores internos favoráveis.

6.2. Os fatores exógenos e endógenos

O crescimento da economia agrícola regional foi decorrente das transformações que se deram a nível nacional sob o impacto da modernização da agricultura nacional a qual se estendeu até a região Oeste que tinha características específicas inerentes aos seus recursos naturais. Entretanto, estas políticas favoreceram aos fatores endógenos (internos) e exógenos (externos) que conjugados auxiliaram no crescimento, modernização e diversificação da região. Deve-se ressaltar que as características endógenas da região foram importantes em função de responder e de se adaptar ao novo processo dinâmico do modelo de desenvolvimento nacional.

A modernização acelerada que propagou pelo espaço regional corresponde ao período do “boom econômico” quando iniciaram as formulações políticas de crescimento e

seus instrumentos para difundir e acelerar a modernização de regiões que detinham fatores internos favoráveis tais como: solo fértil, relevo de conformação plana e de fácil mecanização, elemento humano de colonizações anteriores que detinha experiências em culturas de modernização (soja e trigo), caso específico dos gaúchos e catarinenses. Esses colonizadores possuíam algum capital em forma de poupança/dinheiro para investirem em tecnologias.

Os fatores que atuaram de forma decisiva e também participaram como elementos integradores de comercialização e simultaneamente proporcionaram maior contato com os mercados nacionais e com o resto do mundo foram a expansão dos meios de comunicação e das melhorias na infra-estrutura, principalmente no que diz respeito ao transporte (Rodovias, estradas, entroncamentos de rodovias), bem como a criação e expansão da rede bancária e do setor comercial em geral.

Já os fatores exógenos de crescimento regional estão ligados à política econômica nacional que direcionou o modo de produção pelo qual a economia regional conseguiu se expandir e se manter inserida, em virtude da ação dos instrumentos da política nacional mais precisamente representada pela intensa modernização agrícola ocorrida na década de 70.

Nesse sentido o estudo elaborado pelo IPARDES aponta que :

...no último ciclo expansivo experimentado pela economia capitalista nacional, período 1.968/73, a agricultura como seu setor integrante não permaneceu imune a esse surto expansivo. Nela, em especial numa parte importante do setor localizado no Estado do Paraná verificou-se uma aceleração do processo de penetração do capital, do qual a soja foi o veículo avançado provocando profundas transformações ao nível da produção do campo paranaense. (IPARDES, 1983 : 6)

Esta afirmação revela a forma rapidíssima com que as culturas temporárias se expandiram na região Oeste, com destaque para a soja.

A expansão da soja e do crescimento do Oeste estão fundamentalmente associados aos fatores exógenos, os quais tiveram atuação decisiva no crescimento da base econômica, tais como, o crescimento da economia nacional no período de 67/73 e a política de desenvolvimento nacional, que estimularam os movimentos de capital e de pessoas em busca de novas áreas.

Os instrumentos de incentivo de política econômica intensamente subsidiados favoreciam as condições oportunas de lucratividade das culturas ditas modernas, quase sempre produtos de exportação e/ou de transformação industrial tais como, café, soja, trigo, cana-de-açúcar, etc.

O ritmo da modernização e da expansão das culturas ocorreram na década de 70, época em que a agricultura regional foi altamente estimulada e induzida a substituir as culturas tradicionais pelas modernas com ênfase para o cultivo da soja e trigo, e que estendeu suas áreas exploradas devido aos altos e bons preços principalmente os da soja no mercado internacional, incentivo governamental e ao espaço territorial geográfico da região Oeste oferecer condições propícias à mecanização desses produtos.

Além dos fatores internos e externos que impulsionaram a economia paranaense e em especial o crescimento do Oeste Paranaense, destaca-se também uma parte substancial da economia paranaense que tem como propósito a especialização de produção de mercadorias que evitaria a competição direta com as do Estado de São Paulo. Ao contrário, mantinha-se a relação de troca, na qual as matérias-primas e/ou insumos eram demandados pelo parque industrial de São Paulo.

Nesse sentido, a Região Oeste, que tem sua base agrícola de exportação, se beneficiou pelos efeitos de estímulos decorrentes do aumento da demanda externa principalmente por parte da indústria paulista. A base de recursos naturais e os fatores de produção regional responderam de forma favorável à economia nacional, através do setor agrícola moderno de produtos da base de exportação.

6.3. O Crescimento da Região pela base de Exportação

A agricultura do Oeste, mais especificamente o cultivo da soja e do trigo, formaram sua Base de Exportação que impulsionou o crescimento de toda a Região oestina. Como já foi visto, o início da Base de exportação do Oeste se deu nos anos 50, sua ampliação na década de 60 e seu auge na década de 70, apoiada nos instrumentos modernos de produção, recursos do crédito rural, insumos modernos etc.

Os impulsos dados pela política governamental, através da implementação de uma estrutura creditícia, auxílio tecnológico, armazenagem, acessibilidade à comercialização para os grandes centros do País e do mundo, tornaram-se os responsáveis pela difusão e introdução de uma agricultura de base moderna na região e acoplada ao sistema econômico nacional.

O crescimento da Base de Exportação do Oeste Paranaense está vinculado a três fatores externos: a mobilização dos recursos financeiros do crédito rural subsidiado; a conjuntura extremamente favorável do mercado internacional de matérias-primas, e aos bons preços no mercado mundial e nacional da soja. Isto possibilitou a expansão de bons

negócios, graças ao dinamismo da agricultura, em torno dos quais passou a girar praticamente toda a economia regional.

O processo de modernização da Base de Exportação com seu auge na década de 70 (mais especificamente no final da década), surgiu no âmbito de processos externos (exógenos) da realidade regional e local, os quais estão assentados nas decisões do Estado, da indústria, dos mercados internacionais e de um sistema financeiro interligado a esses setores. Por outro lado, as características territoriais geográficas e a disposição própria do empresário regional, que já detinha experiências anteriores da colônia gaúcha para a adoção de novas práticas agrícolas e pecuárias, a introdução de produtos dinâmicos modernos, voltados para a exportação, e mesmo a transformação e comercialização dos próprios produtos agrícolas na própria região pelos Complexos Agropecuários Industriais-CAIs⁶, os quais estão principalmente estruturados e organizados nas cooperativas da região, atuam como fatores endógenos do Oeste em respostas as macro-decisões a nível nacional.

A inserção da Base de Exportação regional na década de 70, adaptou-se aos movimentos de capitais e de pessoas sob a nova forma de divisão social do trabalho e ao novo modelo de integração e acumulação capitalista no Brasil.

A abundância de crédito rural destinado às regiões do Estado do Paraná, mais especificamente para o Oeste do Estado, foi, certamente, o principal elemento que propiciou a difusão das técnicas modernas, as quais expandiram a Base de Exportação com os produtos modernos, atingindo o auge na década de 70. Isso era feito sobretudo pela característica de indução tecnológica para a super-utilização de máquinas, equipamentos,

⁶ Nesse sentido, ver RIPPEL, Ricardo. **Os encadeamentos produtivos...** (dissertação de mestrado). Curitiba: UFPR, 1995.

implementos e insumos modernos amparados pela ação do Estado, via grande volume de crédito destinado à agricultura da região.

A concessão do crédito para a intensa utilização de instrumentos produtivos modernos é devido à forma criteriosa da indústria e o sistema financeiro de amarrar o produtor a aquisição desses instrumentos, isto é, o produtor não pode sacar o recurso de crédito (dinheiro) para si, mas repassá-lo diretamente para a empresa vendedora de insumos, máquinas, etc., contra apresentação da nota fiscal, assim também aconteceu com a comercialização na qual o tomador de empréstimo deve preferivelmente quitar os débitos junto as instituições financeiras.

Essa Base de Exportação Regional proporcionou a transmissão de excedentes gerados pelos bons preços e crédito abundante e ao mesmo tempo subsidiado para outros setores da economia regional, por exemplo o comércio, a agroindústria regional, etc..

A Base de Exportação propagou efeitos de crescimento para toda a região Oeste, principalmente para áreas de urbanização com maior expressão populacional, tais como: Cascavel, Toledo, Marechal Cândido Rondon e Foz do Iguaçu.

Os centros urbanos da região nasceram primeiramente sob o impacto inicial da colonização e das condições privilegiadas do espaço territorial (de solo fértil, relevo, etc.) e, em segundo lugar, pela forma mais intensa e evolutiva sob as condições externas (internacionais e nacionais) sobre as condições regionais, ou seja, sob as políticas governamentais de desenvolvimento do País, tais como: industrialização e modernização da agricultura, integração regional, etc. Dessa forma, a região, na década de 70, ampliou e melhorou a rede de transporte, comunicação e investimentos através da política econômica nacional geral, financeira, fiscal e urbana que pelos bons preços dos produtos de exportação regional possibilitaram a transmissão de excedentes da comercialização aliados

ao crédito rural para o setor urbano local, como a criação e expansão de empresas nas vendas de máquinas, implementos e insumos modernos, empresas no ramo de confecções e vendas de roupas e sapatos, empresas no ramo da construção civil, supermercados e outros.

6.4. O Crescimento em Função da Dinâmica Nacional

O Oeste está vinculado às grandes decisões e organizações do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, o qual penetrou de forma abrupta no início da década de 70, modificando as relações de produção e as forças produtivas regionais, e reestruturou e inovou o funcionamento dos setores: transporte, comunicação, bancos e créditos, serviços de apoio à produção, lojas, supermercados, escritórios e unidades produtivas, etc.

O crescimento e desenvolvimento do Oeste implicou necessariamente no aparecimento de novas atividades na região. Nesse sentido, os recursos do crédito rural e a renda gerada pela agricultura criaram um encadeamento de unidades produtivas e de comercialização interligadas com o mercado nacional e regional, impondo um determinado processo de produção espacial na região.

A nova relação de produção e de mercantilização das mercadorias oriundas da Base de Exportação da região estavam articuladas com a dinâmica do padrão de desenvolvimento do capitalismo nacional, graças ao desenvolvimento necessário das trocas (vendas) dos produtos de exportação que cresceram e se difundiram para outros setores da economia do Oeste.

Essa situação é melhor entendida por North quando afirma :

...um estado cuja base de exportação consiste principalmente, de produtos agrícolas pode ter uma porcentagem baixa de sua força de trabalho na atividade primária e uma alta porcentagem, nas ocupações terciárias e ainda ser basicamente dependente da agricultura, em razão da alta renda per capita que esta possui. São os produtos agrícolas de exportação que fornecem a alta renda que permite ao estado sustentar um alto nível de serviços. Num caso como esse as atividades secundárias e terciárias são “locais,” e somente podem sobreviver em razão do sucesso da base de exportação. Em resumo, (...) pode significar o simples fato de que os fazendeiros estão recebendo altas rendas por suas culturas e, assim, compram mais bens e serviços das indústrias locais. (North, 1977 : 306).

Essa situação se deu no Estado do Paraná e de forma mais nítida no espaço da região Oeste paranaense quando North sustenta que :

O sucesso da base de exportação foi o fator determinante da taxa de crescimento das regiões (...). A importância da base de exportação é o resultado de seu papel básico na determinação do nível de renda absoluta e per capita de uma região, e conseqüentemente na determinação da quantidade de atividades locais, secundárias e terciárias, que se desenvolverão (...). À medida que cresce a renda da região, as poupanças locais tenderão a se extravar para novos tipos de atividades. (North op. cit: 312-313)

Padis (1981: 170-171) afirma que “em razão da boa qualidade dos solos e da superação do nível de auto consumo, as unidades agrícolas começaram a ver surgir um excedente de produção que podia ser comercializado.”

A rápida transformação que ocorreu na agricultura regional possibilitou a consolidação da base de exportação do Oeste na década de 70, a renda agrícola gerada se elevou e se encadeou para outros setores. Na afirmação de Padis,

...o considerável aumento da renda monetária da população radicada na área provocou um inevitável aumento da demanda de bens manufaturados. Em consequência, houve uma multiplicação do número de estabelecimentos comerciais e um notável incremento do dinamismo dos centros urbanos existentes. O rápido processo de urbanização e a divulgação da notícia de uma verdadeira transformação econômica na área trouxeram consequências para a região cujo reflexo podem ser sentidos até hoje. (Padis, op. cit.: 171).

As transformações ocorridas na base econômica da região pressionaram o setor de serviços (comércio) a modernizar-se para responder mais adequadamente às necessidades das novas formas de organização produtiva (ou empresarial). Isso quer dizer que a estrutura comercial tradicional da região não respondia mais aos esquemas de comercialização necessários para o nível de desenvolvimento dessa escala de produção agrícola modernizada.

O volume de produção agrícola regional, acrescido pela penetração de equipamentos mecânicos e insumos industriais, promoveu a reestruturação da comercialização em geral.

As transformações ocorridas no Oeste Paranaense promoveram uma intensa concentração de população vinda do campo, como mostra a Tabela 32.

TABELA 32- POPULAÇÃO DO EXTREMO OESTE PARANAENSE - 1970/ 80/1991

Extremo Oeste	TOTAL	URBANO	%	RURAL	%
1970	753.432	149.516	20	602.916	80
1980	960.709	484.504	50,4	476.205	49,6
1991	1.015.929	728.126	72	287.803	28

FONTE: IBGE - Censo Demográfico do Paraná 1970/1980/1991.

A população do Oeste Paranaense em 1970 era de 752.432 habitantes, 20% estavam no centros urbanos e 80% no setor rural. Em 1980 a região tinha 960.709 habitantes, população urbana e rural praticamente se igualavam, ou seja, 50,4% e 49,6% respectivamente. Em 1991 acontece a inversão, a população urbana representa 72% enquanto a população rural cai para 28% de um total de 1.015.929 habitantes.

Essa concentração espacial da população expressou o processo de adequação do espaço geográfico às transformações que ocorreram na estrutura produtiva. Além disso, exerceu o papel de estimuladora sobre os centros urbanos em termos de infraestrutura, saúde, educação, transporte urbano, água, esgoto, etc..

O setor produtivo moderno da região exigiu do setor comercial e serviços uma nova estruturação de comercialização de seus produtos e insumos. A transformação dessa estrutura se deu em boa parte pelas Cooperativas da região, interligando as transações entre os setores industrial e agrícola. A infra-estrutura de transporte e armazenamento, principalmente de produtos agrícolas, foi obrigada a adequar-se às mudanças da pauta de

produção da região, aliada ao crescimento dos aglomerados urbanos do Oeste Paranaense.

Isso propiciou um aumento nos estabelecimentos comerciais como mostra a TABELA 33.

TABELA 33 - TAXA DE CRESCIMENTO E CRESCIMENTO ABSOLUTO DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS DO EXTREMO OESTE PARANAENSE - 1970/ 75/80.

	Nº Estab.	TX. CRESC.			Crescimento Abs.		
		75/70	80/75	80/70	75/70	80/75	80/70
1970	3.432	-	-	-	-	-	-
1975	4.900	42,8%	22,9%	75,44%	1.468	1.121	2.589
1980	6.021	-	-	-	-	-	-

FONTE: IBGE - CENSO COMERCIAL 1970/75/80

O número de estabelecimentos comerciais na Região Oeste Paranaense em 1970 era de 3.432, em 1975 representava 4.900 estabelecimentos. Houve um crescimento em termos absolutos de 1.468 estabelecimentos nesse período, ou seja, cresceu a uma taxa de 42,8%. Em 1980 o número de estabelecimentos foi de 6.021, o que, em relação a 1975, apresentou um crescimento de 22,9%. E para o período de 70 a 80 foi de 75%.

Analisando os dois períodos, 75/70 e 80/75, foi verificado que um maior crescimento total de estabelecimentos aconteceu no período 75/70 de 43%. Isso quer dizer que os reflexos da modernização e a difusão da base de exportação exigiu reformas na estrutura do comércio regional bem como sua especialização e organização administrativa.

Além disso, as cadeias de comercialização se estreitaram devido à nova forma de organização da produção, rapidez na comercialização (rotação do capital) e as novas formas de competição, que permitiram a eliminação de sucessivos elos, levando ao desaparecimento gradativo dos diversos agentes de comercialização, principalmente os

pequenos comerciantes que não conseguiram incorporar-se aos novos fluxos de comercialização e que perderam espaço para as grandes empresas nacionais e estrangeiras.

A urbanização do Oeste passou a ter profundas ligações com o sucesso da base de exportação agrícola. Nesse sentido, a respeito da década de 60, Padis afirma que:

...a maior parte dos núcleos urbanos surgidos nas duas últimas décadas - e foram muitos, como se viu - não podem ser considerados como grandes centros prestadores de serviço, com vida própria e autônoma. Na verdade, trata-se de núcleos criados como projeção das atividades econômicas agropastoris, sendo, portanto, dependentes delas. O nível das atividades desenvolvidas nesses centros, e especialmente a sua diversificação, são diretamente decorrentes da intensidade e da extensão alcançadas pelo setor primário. (Padis, op. cit. : 174-175)

O comércio da região Oeste cresceu em função do crescimento da sua base de exportação agrícola. Parte da renda proveniente dessa base se deslocou para o comércio e a agroindústria da região.

No início da colonização esse crescimento foi se desenvolvendo de forma independente, com o surgimento de lojas de secos e molhados denominadas de armazéns ou empórios, onde se vendia um pouco de tudo, e que operavam também na compra e venda de cereais (produtos agrícolas tradicionais e suínos), assim como havia um grande número de médios e pequenos comércios em ramos específicos.

O setor rural regional aumentava a produção agrícola e com isso influenciava a expansão de grande número de comércios, denominados de cerealistas, ligados à venda de produtos agrícolas e suínos, e que ainda vendiam gêneros alimentícios e bens de consumo. As lojas tradicionais operavam com vendas de roupas calçados, tecidos, cintos e outros.

A comercialização passou a ser de grande importância para a região, pois desempenhava funções de encadeamento entre a agricultura e indústria no que tange ao abastecimento alimentar e de matérias-primas, e com mais expressão no relacionamento entre os agentes comerciais e produtores, com o propósito, desses agentes, de se apropriarem do excedente gerado na produção agrícola.

Nesse contexto, muitos agricultores, face as dificuldades de comercialização devido à concentração da mesma por agentes comerciais e indústrias e pelos baixos preços pagos aos produtores regionais, organizaram-se e criaram as empresas de cooperativas agrícolas, as quais passaram a atuar na esfera da comercialização, bem como da produção por meio de recursos financeiros e assistência técnica, e na armazenagem.

Deve-se ressaltar, por outro lado, que as empresas de cooperativismo surgiram num momento muito específico, dadas as condições objetivas de então, atenderam as necessidades e interesses que não eram apenas dos agricultores, mas na ação mobilizadora da política agrícola do Estado que, baseado em experiências já desenvolvidas em outros Estados ou regiões (ex. Rio Grande do Sul), o Estado percebeu que as cooperativas podiam atuar como elo de ligação no repasse de tecnologia e disciplinadoras da produção e da aplicação do crédito agrícola por este agente intermediário (cooperativas) o qual também atuou como articulador ao processo de modernização da agricultura, beneficiando principalmente o setor produtivo de máquinas e insumos modernos, destinados ao plantio e colheita das culturas modernas, soja e trigo principalmente.

Dessa forma, o impacto da modernização agrícola permitiu a fixação do desenvolvimento do padrão capitalista moderno na região Oeste do Paraná, interligou um crescimento das áreas urbanas e agrícolas pela implantação de projetos de agro-indústrias, principalmente as cooperativas regionais, para tornar urbano e rural ao mesmo tempo uma

cadeia do crescimento econômico imposta pelo padrão capitalista nacional e sustentado pela Base de Exportação regional.

Nesse sentido, as cooperativas foram surgindo nos núcleos de maior importância econômica agrícola, de comercialização e de população tais como: COOPAVEL com sede em Cascavel, COOPACOL em Cafelândia, COPERVALE em Palotina, COTREFAL em Medianeira, COPAGRIL em Marechal Cândido Rondon, COOPAGRO em Toledo (hoje em fase de liquidação e extinção).

No início da década de 70 foi criado o Projeto Iguaçu de Cooperativismo - PIC, para atender as necessidades e interesses regionais e nacionais. Logo a seguir foi criada a Cooperativa Central Regional Iguaçu Ltda. (COTRIGUAÇU), composta por oito cooperativas singulares do Oeste e Sudoeste paranaense. Faziam parte desse projeto agricultores de 45 municípios da regiões Oeste e Sudoeste do Paraná através de 14 cooperativas⁷.

As cooperativas regionais passaram a desempenhar papel no armazenamento e comercialização de produtos agrícolas e a influir decisivamente no comércio de cereais.

As cooperativas se expandiram pelas regiões devido, principalmente, aos incentivos dados de financiamentos a juros reais negativos para comercialização da produção e investimento da infra-estrutura de armazenagem e beneficiamento etc., concedidos pelo Banco do Brasil, Banco Nacional de Crédito Cooperativo- BNCC e Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul-BRDE, e primordialmente também por ser uma região de economia essencialmente agrária, ou seja, o crescimento e

⁷ Nesse sentido, ver MELLO (1988), em que analisa o processo de acumulação de capital e a expansão das cooperativas no Extremo Oeste Paranaense.

consolidação da produção e comercialização estavam vinculados em torno da sua Base de Exportação da soja e trigo como mostra a Tabela 34.

TABELA 34 - EVOLUÇÃO DO VOLUME DA PRODUÇÃO COMERCIALIZADA PELAS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS SINGULARES E PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DA COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS, NO PERÍODO DE IMPLANTAÇÃO DO PROJETO IGUAÇU POR PRODUTO, SEGUNDO A REGIÃO EXTREMO-OESTE - 1971/74.

(Em T e em %)

PRODUTO	COOPERATIVAS							
	Extremo-Oeste				Participação sobre o total*			
	1971	1972	1973	1974	1971	1972	1973	1974
<i>ARROZ</i>	-	5	183	38	-	0,0	0,06	0,0
<i>FEIJÃO</i>	-	429	557	1.000	-	0,4	0,2	0,2
<i>MILHO</i>	1.986	13.189	19.053	40.018	4,0	11,2	6,0	6,1
<i>SOJA</i>	27.002	74.872	178.671	309.870	50,2	63,6	55,3	47,5
<i>TRIGO</i>	24.750	29.168	124.583	300.780	46,1	24,8	38,6	46,2
<i>TOTAL</i>	53.738	117.663	325.047	651.706	100	100	100	100

Fonte: IPARDES / INCRA, 1976: 237 - 238. In: Mello, Erasto Castilhos, p.201

* Dados da Pesquisa

As cooperativas do Extremo Oeste que integraram o Projeto Iguaçu refletiram um crescimento positivo obtido na comercialização da produção no período de 1971 a 1974, cujos reflexos podem ser observados nesta tabela, onde a soja e o trigo, nesse

período, apresentam destaque em relação aos demais produtos na comercialização dos produtos pelas cooperativas.

A evolução do volume da produção para a comercialização da soja foi de 27.002t em 1971 e passou a 309.870t em 1974, um acréscimo de 1.047,6%, enquanto o trigo em 1971 foi comercializado 24.750t e passou para 300.780t, ou seja, houve um crescimento de 1.115,2%.

O total de produtos comercializados pelas cooperativas foi de 53.738t em 1971, e passou para 651.706 t em 1974, isto é, em quatro anos houve um acréscimo de 1.112,7%.

A soja e o trigo apresentaram supremacia total sobre os demais produtos comercializados e juntos tiveram uma participação de mais de 93% nesse período.

O milho serviu ao consumo interno regional devido a ser um produto para ração animal, principalmente a suinocultura, assim como para a subsistência alimentar familiar.

Embora nas cooperativas estivessem centralizadas, a maioria dos serviços de comercialização dos produtos agrícolas regionais, a modernização da agricultura possibilitou a inovação e especialização dessa Base de Exportação, que através de poupanças geradas no setor, desempenhou encadeamento simultaneamente para várias atividades econômicas, funções, cargos e empregos, comercialização de semente selecionadas, adubos e defensivos químicos, empresas de representação comercial de máquinas, implementos, assistência técnica, oficinas autorizadas e empresas que atuam no comércio em geral de peças de reposição, bem como ligações com lojas em seus vários ramos de negócios, supermercados e outros.

As funções, cargos e empregos estão estritamente ligados ao crescimento e desempenho da expansão das atividades empresariais, as quais estão vinculadas ao sucesso da Base de Exportação regional. Desse modo, ela representa a expansão das forças produtivas, dos negócios e das oportunidades de geração de novos espaços de trabalho na Região Oeste do Paraná.

Além da venda de máquinas, implementos e de insumos modernos essa base se difundiu para outros setores, aumentando a comercialização de produtos alimentícios, eletrodomésticos e outros através dos supermercados e por casas de comércio especializadas em bens de consumo duráveis e de consertos.

Deve-se ressaltar que, a partir da década de 70, as cooperativas que faziam parte integrada com a industrialização e transformação da economia nacional propiciaram a debilidade de muitas empresas cerealistas, empórios de secos e molhados, bodegueiros, etc. que não acompanharam o processo moderno com o restante da economia nacional e regional. Aqueles que se adaptaram ao processo de inovação e especialização sobreviveram.

Algumas empresas cerealistas que operavam na venda de gêneros alimentícios foram se especializando e passaram a atuar no ramo de supermercados. Outros simplesmente desapareceram, como por exemplo os armazéns de secos e molhados, empórios e quitandas.

A Base de Exportação motivou a instalação de muitas empresas comerciais especializadas na venda de máquinas e implementos agrícolas, reposição de peças e consertos, insumos e fertilizantes, e ainda algumas empresas ofereciam assistência técnica.

O setor produtivo regional (a agricultura) mudou a posição das atividades tradicionais do setor terciário (comércio e serviços). Incluem-se nas atividades tradicionais

do comércio, os gêneros alimentícios, comércio ambulante, feiras, mercearias, mercantes, roupas e confecções manufaturadas, sapatarias, ferrarias, casas de secos e molhados, bodegas e outros. As atividades modernas de serviços e comércio, as quais responderam ao processo intenso de transformação da economia nacional, principalmente no perfil do setor agrícola no qual o Oeste está inserido, possibilitaram o surgimento de supermercados, lojas especializadas, shoppings, serviços bancários, etc. Quanto aos insumos e equipamentos modernos para a agricultura, praticamente são exercidos pelas cooperativas, algumas das quais também vendiam produtos alimentícios, eletrodomésticos e outros através de supermercados como por exemplo, a COPERVALE de Palotina, COOPACOL de Cafelandia, COTREFAL de Medianeira e outras.

O comércio varejista e atacadista transformou a estrutura do comércio da região com a presença de estabelecimentos comerciais de porte maior e com capacidade de atender um maior número de consumidores, conseqüentemente os estabelecimentos tradicionais de pequeno porte que não se modernizaram tiveram que paralisar suas atividades. Além da concorrência com os grandes capitais comerciais, os pequenos enfrentaram a crise e a inflação em desvantagem, devido à falta de uma estrutura para remarcar os preços e assegurar a reposição dos seus estoques.

A base de exportação regional sob o impacto da modernização repassou os impulsos dinâmicos direcionados a outros setores, principalmente ao setor terciário a partir da metade da década de 70, ampliando suas atividades comerciais e de serviços e se implantando em uma escala mais elevada de modernização e especialização, compatível com o adensamento populacional nos grandes centros. A difusão da base de exportação expandiu-se e diversificou-se a partir do final da década de 70. Como foi visto, outras atividades apareceram como bases exportadoras.

O crescimento econômico regional fez crescer o número de construtoras e empresas no ramo da construção civil, como por exemplo, lojas de materiais de construção e outros. Aumentou a circulação financeira e incentivou o desenvolvimento bancário na região, principalmente nas cidades que detinham poderes de polarização e concentração de negócios oriundos da base agrícola (Cascavel, Toledo, Palotina, Assis Chateaubriand e Marechal Cândido Rondon), onde as principais instituições financeiras do País instalaram e/ou ampliaram agências.

O crescimento urbano nessas principais cidades, exceto Foz do Iguaçu, (onde ocorreu o impacto da construção da Hidrelétrica de ITAIPU), esteve associado a essa base derivada da super-mecanização do campo que obrigou os trabalhadores rurais empregados e os pequenos proprietários a morarem nos maiores centros urbanos regionais ou irem para outros Estados do País. Isso ocorreu devido ao novo modelo agrícola implantado que exigia uma estrutura fundiária viável de garantia de hipoteca. Esse processo provocou um volume maior de demanda por serviços urbanos, tais como: hospitais, escolas, rede de água e esgoto, energia elétrica, telecomunicações, etc.

O comércio na década de 70 teve excepcional crescimento e sofreu profundas transformações. A estrutura anterior dos armazéns familiares de secos e molhados, empórios e outros foram substituídos por supermercados num total de 138 estabelecimentos na região, os quais 54,3% estão localizados em Foz, Cascavel e Toledo e lojas especializadas, pois tornaram-se inviáveis e encerraram suas atividades devido à falta de adaptação ao novo processo de industrialização e organização da produção de bens e serviços que estava acontecendo a nível nacional. Por outro lado, os reflexos da modernização agrícola na região permitiram aos empresários inovadores bons negócios em função da renda agrícola oriunda da Base de Exportação da região Oeste paranaense.

O comércio regional no final da década de 70 apresentou-se de forma moderna e especializada, entretanto muito mais dependente das condições da Base de Exportação e de sua sazonalidade das safras de soja e trigo.

No capítulo anterior observou-se que o crescimento do Oeste Paranaense e sua inserção na década de 70 foi em função da dinâmica nacional pela sua base de exportação de soja e trigo, determinado pelos fatores exógenos e endógenos, ou seja, pela conjuntura econômica e financeira favorável do mercado internacional e nacional, pela política econômica e agrícola nacional (crédito rural, juros, etc.), pela infra-estrutura regional e outros. Esses dois fatores conjugados proporcionaram, além do crescimento da base de exportação da região, a sua inserção à dinâmica nacional.

Em síntese, o processo de modernização ocorrido no país durante os anos 70 introduziu na agricultura do Oeste Paranaense características de instrumentos agrários modernos e altamente tecnificados que permitiram a expansão da base de exportação de soja e de trigo, conseqüentemente, o crescimento da região e sua inserção na economia brasileira. Esse crescimento esteve associado à modernização, ao crédito rural e à infra-estrutura regional, o qual foi determinado pelos fatores exógenos e endógenos em função da dinâmica nacional.

VII- CONSIDERAÇÕES FINAIS

7.1 Um Quadro de Síntese

O principal objetivo deste trabalho foi analisar o crescimento do Oeste Paranaense e sua inserção na dinâmica nacional dos anos 70, adotando um ponto de vista no qual se utilizou uma perspectiva eminentemente nacional para a abordagem do crescimento da economia regional. Neste sentido, o estudo foi direcionado na questão de como o Oeste cresceu e quais foram os fatores determinantes desse crescimento e da sua inserção na dinâmica nacional. Neste contexto, este trabalho foi apresentado em sete capítulos:

No primeiro e no segundo capítulos foi explicitada a parte introdutória que enunciou os objetivos, as justificativas e a formulação do problema que tem como questionamento, por que e como o Oeste cresceu e quais foram os fatores determinantes que impulsionaram esse crescimento e a inserção da região à dinâmica nacional. Em seguida, tratou-se da análise espacial e espacialidades concretas sobre as principais teorias de desenvolvimento regional, as quais serviram como suporte básico de direcionamento e contribuição deste estudo. A contribuição de Douglas North sobre a Teoria da Base de Exportação serviu para analisar o crescimento de regiões que tiveram seu desenvolvimento a partir de uma base de exportação, ou seja, uma região cresce em função das atividades

básicas, principalmente regiões de colonização recente e que estão assentadas nos produtos primários de exportação. Outra contribuição foi a de José L. Coraggio que analisou a divisão social do trabalho e as condicionantes naturais do território e da população residente nesse território, assim como entende a região como sendo o “Locus” de um determinado fenômeno regional. A contribuição dos trabalhos de Lemos, Denis, Carleial e outros foi utilizada para tratar dos movimentos de capitais e pessoas na espacialidade da economia brasileira. Quanto à formação espacial do Paraná, teve-se como contribuição o trabalho de Pedro Calil Padis “A formação de Economia Periférica, o caso do Paraná”, no qual ele trata o Paraná dentro de uma visão tradicional, ou seja, como sendo uma economia periférica e dependente dos estímulos dos pólos externos da economia paulista.

No quarto capítulo, analisou-se a Região Oeste e sua base de exportação desde o início de sua ocupação a partir do final da década de 40 e complementando sua colonização e ocupação na década de 60, assim como estudou o início da formação da base econômica da região na década de 50 e a formação da mesma na década seguinte. Essa base de exportação inicialmente era estruturada por produtos agrícolas de subsistência. A partir da década de 60 e durante a década de 70, essa base passou a se intensificar e modificar devido às políticas nacionais de desenvolvimento, especificamente a política agrícola de modernização nacional que viabilizou a implantação e expansão de empreendimentos econômicos modernos na região, assim como introduziu as culturas modernas como a soja e trigo, permitindo a integração da agricultura regional sob o comando do capital industrial.

O crescimento do Oeste Paranaense assentou-se fundamentalmente na soja e no trigo. Porém a sua base de exportações não se resume a esses produtos. Fez-se um

estudo de estimativa dessa base e, em decorrência obteve-se também um multiplicador da base de exportação. Apresentou-se uma estimativa rudimentar do emprego básico e não-básico do Oeste Paranaense no início e no final do ano de 1970. Chegou-se a um resultado em 1970 de 107.089 de emprego básico para uma população economicamente ativa da região de 263.493 em relação ao do País que era de 29.516.436. Isso correspondeu a um multiplicador de emprego de 2,5.

Em 1980 verificou-se uma intensificação e expansão da base de exportação, pois o multiplicador de emprego foi de 3,8. Isso quer dizer que a base de exportação diversificou-se e se difundiu para outros setores. Os resultados para os anos 1970 e 1980, confirmaram a função fundamental das atividades agropecuárias na formação da base de exportação do Oeste Paranaense. Posteriormente, o quinto capítulo abordou estudos sobre a estrutura da base de exportações da Região Oeste e sua inserção no âmbito nacional.

O Oeste Paranaense passou por uma sequência de estágios de crescimento ou seja de construção de sua base de exportação, dos quais três foram fundamentais. O primeiro estágio foi de uma economia extrativa, de subsistência e de quase auto-suficiência que se deu na década de 50. O segundo estágio se deu durante a década de 60 quando a base de exportação se formou. O terceiro estágio foi decorrente das políticas de modernização da agricultura no Brasil que permitiu a expansão da divisão social do trabalho dentro do País, de modo que espacializou para certas regiões em determinadas atividades e aproveitou ao máximo as condições particulares de cada uma delas. Nesse sentido, o Oeste Paranaense cresceu e especializou-se na produção de soja e trigo no período de 70 a 80, o qual marcou também a evolução da base de exportação e o aprofundamento da inserção da economia do Oeste na dinâmica nacional, puxado principalmente pela soja e trigo.

No sexto capítulo, analisou-se a dinâmica do crescimento do Oeste, a modernização, a infra-estrutura e os principais fatores determinantes de sua inserção na economia brasileira durante os anos 70. A política agrícola adotada pelo governo federal caracterizou uma transformação nos padrões técnicos de produção, reorganização e uma reestruturação profunda da base da agricultura, particularmente na Região Oeste Paranaense. O processo de modernização ocorrido no País introduziu na região os instrumentos mecânicos modernos de alta tecnologia (máquinas, equipamentos, insumos modernos), créditos subsidiados, assistência técnica, preços de garantia e outros que permitiram a expansão acelerada da mecanização e da evolução da área cultivada com as culturas novas (modernas).

O crédito rural propiciou a difusão das técnicas modernas, as quais expandiram a base de exportação, atingindo o auge na década de 70, integrando os interesses dos proprietários rurais e, principalmente dos capitais de origem urbana (bancos, indústrias, comércios e outros).

O crescimento do Oeste Paranaense está acoplado e correlacionado pelos fatores externos e internos da região. Os fatores externos foram decisivos para o crescimento regional e foram representados principalmente pelas políticas de desenvolvimento nacional e pela dinâmica da economia nacional e mundial. Enquanto os fatores internos da região foram necessários para responder aos estímulos externos. Eles estão representados pela dotação suficiente de recursos naturais (terra fértil e de conformação plana, facilidade de mecanização possibilidades mínimas de erosão, clima subtropical, recursos hídricos e outros), empresários capitalistas que já estavam integrados ao mercado nacional, dotação de uma infra-estrutura física já existente tais como: rodovias, estradas, telecomunicações, melhorias na comercialização assim como na infra-

estrutura social (moradias, transportes urbanos, saúde, escolas, etc.) os quais, em seu conjunto, permitiram acessibilidade do Oeste aos grandes centros do País.

O crescimento da Região Oeste resultou da ação conjunta desses fatores exógenos e endógenos que foram responsáveis pela introdução e difusão de uma agricultura de base moderna e articulada ao sistema nacional.

O Oeste cresceu e se inseriu através de uma base de exportação decorrente da organização da dinâmica do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, que modificou as relações de produção e as forças produtivas da região, e reestruturou as atividades econômicas difundindo-se para outros ramos de atividades (pecuária, atividades industriais, indústrias de transformação e beneficiamento, construção civil, comércio e outros).

E por último, faz-se, agora, as considerações finais nas quais apresentam-se dois quadros: um de síntese e outro da atual economia do Oeste Paranaense.

A região oeste Paranaense teve seu crescimento ligado a certos elementos determinantes, ou seja, aos fatores exógenos e aos fatores endógenos já descritos anteriormente, que impulsionaram a dinâmica da economia regional.

O desenvolvimento econômico do Oeste esteve e está difundido pelo processo de diversificação em torno de sua base de exportação centrada nos produtos primários especificamente soja “in natura”, beneficiada e/ou processada que possibilitou a formação de acumulação de capital e poupanças regional, influenciando uma gama de oportunidades de investimentos nos mercados internos, ou a extensão da diversificação e inovações tecnológicas dos meios de produção e comercialização do setor exportador ao complexo agro-industrial.

A região atualmente está estruturada sobre a pecuária e agricultura moderna de exportação que geram renda, empregos e impulsionam o comércio local, fornecendo as

bases para implantação de indústrias principalmente as ligadas ao setor agrícola e, portanto, traduz efeitos de dispersão (difusão) da base de exportação sobre a economia e a sociedade do Oeste Paranaense, isto é, provocando um movimento de capitais, serviços e de pessoas especificamente nos aglomerados urbanos, nos quais o crescimento das cidades depende das atividades básicas (de exportação) que, por sua vez, induziram o crescimento das atividades não básicas (locais).

A produção de soja e de trigo são responsáveis pela constituição da base de exportação do Oeste Paranaense e com a aplicação de instrumentos modernos de tecnologia no setor favoreceram aos encadeamentos diversificados para frente e para trás, principalmente investidos na agroindustrialização dos produtos primários, bem como difundiram esse dinamismo para outros setores como a agroindústria do leite e da carne que abrange quase a totalidade das pequenas propriedades rurais.

Os elementos atuais de crescimento do Oeste Paranaense estão ainda fortemente ligados à sua base de exportação, entretanto diversificada e altamente tecnificada com impulsos de irradiações de recursos para novas atividades econômicas. Ela é a âncora da manutenção e difusão de crescimento para todos os setores da região, nas novas relações de produção, processamento e comercialização e, nas novas relações da divisão do trabalho face ao novo sistema de desenvolvimento científico e tecnológico aplicado no sistema produtivo regional.

O crescimento da região foi decorrente da dinâmica nacional, precisamente quando da sua inserção na dinâmica nacional na década de 70, ou seja, pelos elementos externos, tais como as políticas governamentais de desenvolvimento nacional e regional principalmente pela concessão de crédito rural para inovação tecnológica de investimento, custeio e comercialização, bem como para a compra de insumos indústrias, pelos bons

preços no mercado internacional e ainda contava com a garantia de preços mínimos e seguro agrícola por parte do governo, subsídios às exportações, juros baixíssimos, etc. Esses recursos, provenientes do crédito, das transferências de fundos de participação aos municípios e do ingresso de investimentos federais em infra-estrutura física e de serviços adicionados aos lucros dos capitalistas da região, oriundos da base de exportação através da venda dos produtos agrícolas, foram elementos exógenos propulsores para propagar o desenvolvimento no espaço regional.

Os elementos endógenos (fatores internos) têm características muito particulares, inerentes ao Oeste Paranaense e de uma habilidade oportunista de seus capitalistas ao responderem pelas ações da política nacional de desenvolvimento. Elas estão fortemente ligadas à sua própria formação econômica, política e social da região pela forma de ocupação, colonização recente e, produção em pequenas e médias propriedades rurais, assim como passaram a ter coesão no discurso político dos empresários e das autoridades regionais para reivindicações em prol da região.

Os recursos naturais, especialmente o solo de alta fertilidade, relevo de conformação plana que propicia o uso da terra sem erosão, que permite com facilidade a prática da modernização mecânica, manuseio e insumação da produção agrária.

A conformação plana do espaço territorial regional possibilitou a via de acesso aos demais centros urbanos regionais, estadual e nacional com a construção de estradas asfálticas e rodovias. Isso facilitou a movimentação de capitais e pessoas com o resto do mundo a qual impulsionou o crescimento dos centros urbanos do Oeste e, conseqüentemente, a sua base de exportação. Dessa forma, a infra-estrutura rodoviária dos transportes foi um fator interno muito importante, porque permite aos bens e serviços da região serem altamente competitivos com outras regiões pelo barateamento de custos de

transferências e simultaneamente encurta a distância entre os mercados produtores e consumidores e induz investimentos na região.

A base de exportação, sob o impacto da modernização na década de 70, passou a ser diversificada a partir de 80, possibilitou a criação e expansão de novas estruturas produtivas em virtude da ampliação da base de exportação, isso foi decorrente da difusão da base de exportação que canalizou recursos auferidos nos períodos anteriores e que agora estão sendo transferidos em diversas atividades mais precisamente para o complexo de indústrias agropecuárias que permitem agregar maior valor, qualidade e concorrência no mercado externo.

7.2 O Quadro Atual

O atual padrão de crescimento da economia mundial, com intenso processo de integração e constantes investimentos que transcendem fronteiras e com aplicações de novas tecnologias no setor produtivo, busca ampliar os lucros pela maior produtividade e maior poder de competição no mercado internacional.

Isso exige que a Região Oeste Paranaense se preocupe e se prepare para enfrentar as exigências do mercado exterior modificando, diversificando e inovando tecnologicamente a sua base de exportação para conseguir ser competitiva. A continuidade de seu crescimento dependerá ainda da garantia de acesso à sua base de exportação, aos grandes mercados nacionais e internacionais. Dessa forma, é necessário enfrentar a acirrada competição com produtos em processo de crescente aprimoramento de qualidade e com preços cada vez mais atraentes. Para isso, são necessários crescentes investimentos

e permanente atualização tecnológica na agricultura, agroindústrias, indústrias e comércio em geral.

Esse crescimento poderá ser efetivado quando o Oeste obtiver ganhos expressivos de produtividade, através, principalmente, da diversificação da pauta de produtos e da ampliação de seu processamento pelas agroindústrias.

Algumas condições fundamentais são favoráveis para que o Oeste Paranaense possa ser altamente competitivo e continuar a crescer. Uma delas é a localização no epicentro do MERCOSUL. Esta posição geográfica tende a colocar a região em vantagem nas novas relações de produção e comércio, principalmente nos agro-negócios, com o resto do mundo, especialmente com os países latinos.

A localização estratégica no corredor paranaense de exportação, ou seja, o transporte de cargas pesadas são feitas pela BR 277 que liga Foz do Iguaçu e Ciudad Del Leste ao Porto de Paranaguá e a sua inteira duplicação impulsionará incrementos no setor produtivo e na melhoria dos negócios na região.

A FERROESTE, quando consolidada, e o Anel Viário de Integração, se efetivamente implantado pelo governo do Estado do Paraná, poderão caracterizar a região como um dos mais importantes entroncamentos rodoferroviários do Estado. Contribuirão para a ampliação da integração do Estado do Paraná e do Oeste com as regiões de fronteira de Paraguai e Argentina, Centro Oeste, e tendo como desaguadouro o Porto de Paranaguá.

A autorização do governo federal para a instalação de uma Estação Aduaneira do Interior (EADI) ou “Porto Seco” em Cascavel funcionará junto ao terminal rodoferroviário que facilitará o escoamento de exportações e importações regionais.

A Região passará a ter melhores condições de indução de investimentos quando sua infra-estrutura estiver consolidada com a construção da ponte sobre o Rio Paraná em Guaira ligando ao Mato Grosso do Sul e, conseqüentemente, ao Norte do País e da nova ponte ligando Foz do Iguaçu a Puerto Presidente Franco no Paraguai com a Argentina. Essas tendências serão mais importantes se com a Hidrovia do Oeste com o Tietê vierem a intensificar-se as relações de integração com os países do Prata, São Paulo e Oceano Atlântico, através do Lago de ITAIPU.

A capacidade e potencialidades dos recursos produtivos da região, infra-estrutura em geral, como por exemplo a implantação e expansão de uma infra-estrutura tecnológica e administrativa no Oeste (Parque Tecnológico Agro-industrial do Oeste) para atuar na ciência e tecnologia como integradora nos diversos ramos da economia, garantirão a Região ser competitiva com o mercado exterior, assim como na manutenção e impulsão do crescimento de sua economia regional.

Essa infra-estrutura tecnológica se encontra instalada em Cascavel formando um triplo acordo na área científica e tecnológica envolvendo os municípios de Cascavel (FUNDETEC), Toledo (FUNTEC) e Marechal Cândido Rondon (FUNDEMARC). Ela poderá atuar na realização de pesquisas, projetos e programas conjuntos com empresas rurais e urbanas, universidades ou instituições de pesquisas e desenvolvimento para o crescimento integrado do Oeste. A formação e expansão dessa estrutura poderá possibilitar a irradiação e atração de investimento diretos na região, buscando o fortalecimento das diversificações da agricultura, agroindústrias, indústrias existentes e das novas que se instalarão.

Por outro lado, o Oeste Paranaense deverá fazer investimentos na infra-estrutura básica (energia, água, transportes, etc) que constitui condição fundamental para a

geração de economias externas de aglomeração, necessárias para o desenvolvimento das agro-indústrias, indústrias e serviços; investimentos em melhorias na infra-estrutura social (habitação, saúde, educação, segurança, etc), devido ao aumento populacional pela indução e expansão das indústrias do centro urbano e da intensificação do setor de serviços e; investimentos em melhorias complementar em infra-estrutura urbana (pavimentação, rede de esgoto, coleta de lixo, transporte, etc) necessários para manter o adequado funcionamento dos centros urbanos regionais em crescimento.

Caso essas condicionantes prevaleçam pode-se esperar uma diversificação mais intensa, quantitativa e qualitativamente, das atividades econômicas no Oeste Paranaense, tornando a região mais forte para enfrentar as eventuais conjunturas adversas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ABLAS, L. A. Q. Desequilíbrios Regionais no Desenvolvimento Brasileiro. in: ROCCA, C. A. et alli (org) Brasil 1980: os desafios da crise econômica, IPE/USP, 1988.
2. ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO PARANÁ, SEED/DEE V.2 - Curitiba 1973
3. ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO PARANÁ, SEED/DEE V.3 - Curitiba 1979
4. ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO PARANÁ, 1980/81 SEED/DEE V.1 - Curitiba 1982.
5. AUGUSTO, Maria Helena Oliva. Intervencionismo Estatal e Ideologia desenvolvimentista, Estudo sobre a CODEPAR (Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná), São Paulo, Símbolo, 1978.
6. BOISIER, Sérgio. Técnicas de Análisis Regional con Informacion Limitada. Cuardenos del ILPES, série II, nº 27, Santiago del Chile, 1980.
7. CARLEIAL, Liana M. F. A Questão Regional no Brasil Contemporâneo. In: LAVINAS, L.; CARLEIAL, L. M. F.; NABUCO, M. R. Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil. São Paulo : HUCITEL - ANPUR, 1993.
8. _____. Observações sobre a Concepção de Integração do Mercado de Trabalho no Brasil. (texto para discussão, 78). Fortaleza : UFC/CAEN, 1989.
9. CODESUL. O papel Social do Pequeno Estabelecimento Rural no Paraná. Curitiba , agosto 1978.

10. CORAGGIO, José Luís. Territórios en transición: Crítica de la planificación regional em América Latina, Quito, Ciudad, 1987.
11. CRUZ, Andréa Roseli Moreira. Importância do Turismo para Economia do Estado do Paraná: estudo dos impactos dos multiplicadores de renda e emprego nas cidades de Curitiba Foz do Iguaçu. (Monografia) UFPR - Curitiba, 1997.
12. DINIZ, C. C. e LEMOS M. B. Dinâmica Regional e suas Perspectivas de 90: Prioridades e perspectivas de políticas públicas, volume 03 IPEA/IPLAN, Brasília, 1990.
13. EMER, Ivo Os. Desenvolvimento Histórico do Oeste do Paraná e a Construção da Escola. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, fundação Getúlio Vargas, 1991.
14. FUNDETEC - Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Plano Diretor. Parque Tecnológico Agro-industrial do Oeste. Cascavel, Tuicial, 1996.
15. FUNTEC - Fundação de Pesquisa, Planejamento e Desenvolvimento Científico e Tecnológico de Toledo. A Microrregião homogênea do extremo oeste do Paraná. Toledo, 1994.
16. GREGORY, Valdir. Estruturas Agrárias e Migrações: colonização do oeste do Paraná. (Projeto de Pesquisa), Unioeste-Rondon , Marechal Cândido Rondon 1994.
17. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Censo Comercial 1970.
18. ____ - Censo Comercial 1975
19. ____ - Censo Comercial 1980.
20. ____ - Censo Demográfico 1970.
21. ____ - Censo Demográfico 1980.
22. ____ - Censo Demográfico 1991.
23. ____ - Censo Agrícola do Paraná, Curitiba 1960.

24. ____ - Censo Agropecuário do Paraná, Curitiba 1960.
25. ____ - Censo Agropecuário do Paraná, Curitiba 1970.
26. ____ - Censo Agropecuário do Paraná, Curitiba 1975.
27. ____ - Censo Agropecuário do Paraná, Curitiba 1980.
28. ____ - Sinopse preliminar do Censo Agropecuário do Paraná, 1979.
29. ____ - Sinopse preliminar do Censo Agropecuário do Paraná, 1980..
30. MARIPÁ - Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S.A. (Estatuto), Toledo, 1946.
31. IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - Fundação Edison Vieira. O Paraná: economia e sociedade. Curitiba, fev. 1982.
32. _____. Estudos dos Efeitos Econômicos e Sociais da Hidrelétrica de Itaipu sobre a Região Oeste do Paraná, Curitiba, 1977.
33. _____. Informativos do IPARDES, 1976 e 94.
34. _____. Impactos das Culturas Voltadas às Alternativas Energéticas e à Exportação sobre a Agricultura de Alimentos. Vol. 1, Curitiba , maio, 1983.
35. _____. Estatísticas Agrícolas do Paraná - sub-setor lavouras. Anuários estatísticos do Paraná 1980-81. V.1. SEEP/DEE, Curitiba, 1982.
36. _____. Análise Comparativa do Progresso Técnico na Soja em uma Região Antiga de Café (Norte) e em uma Região de Culturas Alimentares (Extremo Oeste no Paraná). Curitiba, 1981.
37. _____. CODESUL. Análise da Renda Interna do Paraná. Curitiba, Setembro/1983.
38. _____. Estatística Agrícola do Paraná. Curitiba 1975

39. _____. Estrutura Agrícola do Paraná. Sub-setores lavouras, 1960, 1970, 1973.
40. _____. Renda Interna do Paraná por Microrregiões Homogêneas e Municípios Selecionados - 1970-1980. Curitiba, agosto/1982.
41. LEÃO, Igor Zanoni Constant Carneiro. O Paraná nos Anos Setenta. Curitiba, IPARDES/CONCITEC, 1989.
42. MACHADO, Brasil Pinheiro. Formação da estrutura agrária tradicional dos campos gerais. Boletim do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, n.3, 1963.
43. MANUAL AGROPECUÁRIO PARA O PARANÁ. Curitiba, 1978.
44. MELLOS, Erasto Castilhos de. A Mercantilização da Produção Agrícola Regional e o Estado da Dinâmica da Acumulação do Capital e Expansão das Cooperativas Agropecuárias Singulares: o caso do extremo-oeste paranaense. (dissertação de mestrado), CEDEPLAR, Belo Horizonte, 1988.
45. MESQUITA, Olindina Vianna; SILVA, Solange Tietzmann. A evolução da Agricultura na Região Sul na Década de 70. In: Revista Brasileira de Geografia. nº 49, Vol. 1, Pág. 159 - 195, Janeiro/março, 1987.
46. MONBEIG, Pierre. Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo. HUCITEC, São paulo, 1984.
47. NORTH, Douglas C. Teoria da Localização e Crescimento Regional. in: SCHAWARTZMAN (org) Economia Regional: textos escolhidos, CEDEPLAR, Belo Horizonte, 1977.
48. _____. A Agricultura no Crescimento Econômico Regional. in: SCHWARTZMAN (org) Economia Regional: textos escolhidos, CEDEPLAR, Belo Horizonte, 1977a.
49. OLIVEIRA, Francisco de. A economia da Independência Imperfeita. Graal, Rio de Janeiro, 1977.
50. PADIS, Pedro Calil. Formação de uma Economia Periférica: o caso do Paraná. São Paulo, HUCITEC, Curitiba, 1981.

51. PAULA, Nilson Maciel de. Os Camponeses e a Intermediação Comercial - Um estudo sobre as relações Mercantis dos pequenos produtores do Sudoeste Paranaense. Curitiba 1983, Tese de Mestrado, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
52. PEREIRA, L. B. e LUGNANI A.C. Evolução da Produção Agrícola Paranaense no Período pós-modernização: análise das principais transformações e suas causas. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, nº27, Piracicaba, 1989. Anais, Brasília, DF, SOBER, 1990, Vol. 1. p.391-415.
53. PLA, Juan Algorta. Principais Instrumentos de Política Agrícola. São Paulo, Nobel 1992.
54. RIPPEL, Ricardo. Os Encadeamentos Produtivos de um Complexo Agro-industrial: um estudo da Frigobrás-Sadia de Toledo e das empresas comunitárias (dissertação de mestrado). Curitiba : UFPR, 1995.
55. ROLIM, Cássio F. Camargo. O Paraná Urbano e o Paraná do Agrobusiness: as dificuldades para a formulação de um projeto político. In: Revista Paranaense de Desenvolvimento/IPARDES, nº 82, Curitiba, 1994.
56. ROLIM, Cássio F. C.; CARLEIAL, L. M. A integração desintegradora: estudo de caso do complexo agroindustrial do algodão no Ceará. ANAIS do XVII Encontro Nacional de Economia. Brasília : ANPEC, 1990. p. 1103-1124.
57. SANTOS, Milton. Metamorfose do Espaço Habitado, HUCITEC, São Paulo, 1988.
58. SCHALLEMBERGER, Erneldo e Colognese, Silvio Antônio. Migrações e Comunidades Cristãs: o modo de Ser Evangélico Luterano no Oeste do Paraná. Editora UNIOESTE - FACITOL, Toledo, 1994.
59. SCHWARTZMAN, J. A. Teoria da Base de Exportação e o Desenvolvimento Regional. in: HADDAD, P. R. Desequilíbrios Regionais e Descentralização Industrial, IPEA/IPLAN (monografia 16) Rio de Janeiro, 1975.
60. SCHICKLER, Samuel. A Teoria da Base Econômica Regional: aspectos conceituais e testes empíricos. In.: Haddad, Paulo R. Planejamento Regional: Métodos e Aplicações ao caso Brasileiro. Rio de Janeiro, IPE/INPE, 1972.
61. SEAG/DERAL. Cascavel e Toledo, 1996.

62. SERRA, José. Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira do Após-guerra. Revista de Economia política, São Paulo, Brasiliense, 2(6):5-46, abr./jun. 1982.
63. SILVA, Oscar et alli. Toledo e sua História. Toledo, Prefeitura Municipal de Toledo (Projeto História), 1988.
64. SPERANÇA, Alceu A. Cascavel: A História. Curitiba, Agosto, 1992.
65. UNIOESTE/FUNTEC. Programa Estratégico de Desenvolvimento do Extremo Oeste do Paraná. Cascavel, 1992.
66. WACHOWICZ, Rui Christovan. Obrageiros, Mensus e Colonos: História do Oeste Paranaense. Curitiba. Editora Vicentina, 1982.
67. _____. Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização. Curitiba, Lítero Técnica, 1985.